

Trabalho de Projeto apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais, especialização em Relações Internacionais realizado sob a orientação científica do Professor Doutor António Horta Fernandes e coorientação da Doutora Júlia Garraio.

Versão corrigida e melhorada após a sua defesa pública

We do internalize several distinct and mutually incompatible sets of expectations. And we do experience identity conflicts as we try simultaneously to wear several hats. However, we should not rush to join in the chorus of left-wing professor basing. The real contradictions of our lives notwithstanding, the radical academic is not an oxymoron

Nancy Fraser, *Unruly Practices: ...*, p. 1.

Discursos Mediáticos sobre o Oriente Violento:

A violência sexual na Síria e Iraque enquanto veículo de Islamofobia em Portugal (2010-2015)

Verónica Isabel Pedro Ferreira

[RESUMO]

As representações mediáticas da violência sexual nos conflitos da Síria e do Iraque, entre 2010 e 2015, são o caso de estudo que nos permite estabelecer as bases que possibilitarão uma análise mais abrangente sobre o papel do discurso na produção e reprodução de posições políticas e sociais de cariz islamofóbico. Através da exploração das peças jornalísticas, publicadas durante o período mencionado em três jornais portugueses - o *Público*, o *Expresso*, e o *Correio da Manhã online* - poderemos tomar conhecimento de alguns pressupostos, preconceitos e estereótipos reproduzidos pela comunicação social portuguesa que se formam a partir das estruturas e vetores discursivos que investigaremos posteriormente. Neste sentido, o plano que aqui se apresenta tem como objetivo estabelecer as bases teóricas, metodológicas e empíricas da investigação a desenvolver. Partindo da premissa segundo a qual as representações mediáticas nacionais contribuem para uma visão estereotipada da mulher muçulmana e do próprio Islão, contribuindo assim para a ideia de uma mulher vulnerável, vítima da sociedade em que se insere e da violência do homem muçulmano, podemos assumir que este tipo de representações são uma forma de violência simbólica e epistémica que se repercute efetivamente na vida, e nos corpos, das mulheres e dos homens alvo de discriminação, nomeadamente pela justificação que proporcionam a políticas de restrição de asilo, nacionalidade ou imigração, bem como políticas imperialistas de intervenção nestes países. Uma das narrativas utilizadas no processo de legitimação de ações políticas tais como intervenções armadas é a proteção das populações dos países com quem se pretende travar guerra. Ora, de entre a população existem grupos mais vulneráveis cuja proteção depende, segundo a narrativa, da intervenção militar, é o caso das mulheres e crianças, instrumentaliza-se, portanto, um certo discurso de vitimização feminina com o objetivo de legitimar a intervenção militar sobre o pretexto da violência de género praticada no Próximo e Médio Oriente. Este processo é circular e complexo, na prática faz parte de uma rede dinâmica de relações de poder que se estabelecem entre os indivíduos e as instituições através do discurso. Ou seja, as estruturas discursivas, tanto políticas como económicas, culturais e sociais, que moldam o discurso produzido e reproduzido pelos *media* são sancionadas por certas instituições feministas ocidentais. Para que seja possível examiná-las numa investigação é primeiro necessário que se analise o discurso dos *media* que não deixa de espelhar o discurso ocidental, na medida em que Portugal se insere dentro deste espaço geopolítico.

PALAVRAS-CHAVE: violência sexual, orientalismo, género, Síria, Iraque, islamofobia, discursos

Media Discourses about the Violent East: Sexual Violence in Syria and Iraq as a vehicle of Islamophobia in Portugal (2010-2015)

Verónica Isabel Pedro Ferreira

[ABSTRACT]

The media representations of sexual violence in the conflicts of Syria and Iraq, from 2010 to 2015, are the case-study that allows us to establish the basis that will enable a wider analysis of the role of discourse in the production and reproduction of islamophobic political and social stances. Through the examination of journalistic pieces, published during the aforementioned timeframe in three Portuguese newspapers – *Público*, *Expresso*, and *Correio da Manhã online* – it is possible to acknowledge some existing assumptions, prejudices and stereotypes which are reproduced by the Portuguese news media and born from the structures and discursive vectors targeted for future research. Therefore, the present research plan aims at creating the theoretical, methodological and empirical groundwork of the following investigation. Taking into consideration the fact that the national's news media representations contribute to a stereotypical view of Muslim women and Islam itself, thus reinforcing into the idea of the vulnerable woman as victim of its own society and Muslim men's violence, we can safely assume these kinds of representations are a form of symbolic and epistemic violence with real consequences in the life, and bodies, of women and men targeted with discrimination, namely the reasons provided to justify asylum restriction, nationality or immigration policies – as well as justification to for imperialist policies of foreign intervention towards these countries. One of the many narratives used in the process of legitimizing political actions such as military interventions is the protection of the invaded countries' citizens. According to the narrative, among said citizens there are groups which are more vulnerable and whose protection depends exclusively on military intervention, such is the case with women and children. Their protection is then instrumentalized in a female victimization discourse aimed at legitimizing the aforementioned military intervention under the pretext of gender violence practices in the Near and Middle East. This process is circular and complex, in practice being part of a dynamic web of power relations established between individuals and institutions through discourse. That is, the discursive structures, be they political, economic, cultural or social, that shape the discourse production and reproduction by the news media are sanctioned by certain western feminist institutions. To examine them in a future investigation it is first necessary to analyze the news media discourse which is, on itself, a reflection of western discourse, so far as Portugal falls within this geopolitical space.

KEYWORDS: sexual violence, orientalism, gender, Syria, Iraq, islamophobia, discourses

Conteúdo

Introdução.....	1
I. A Violência Sexual de Género no Oriente aos Olhos do Ocidente: Definição do Objeto de Estudo	4
II. Análise crítica do Orientalismo ao Género: Temática e Problemática.....	5
III. Violência Sexual ou o Oriente Violento: Divagações em volta do Estado da Arte	8
Conceito de violência.....	8
O conceito de Orientalismo	24
Orientalismo sob a perspetiva do Género	31
A Violência Sexual em particular	40
O contributo do conceito de Género	53
As Guerras do Iraque e da Síria	56
IV. Investigação Preliminar	64
Objetivos, teoria e metodologia	64
Reflexões metodológicas: a análise de discurso nos media.....	65
Análise dos discursos: método de pesquisa	66
Os discursos dos media portugueses: A violência sexual na Síria e no Iraque (2010 a 2015).....	68
Público.....	68
Correio da Manhã online.....	75
Expresso	80
Concatenando os resultados.....	85
V. Definição Teórica e Hipóteses.....	92
VI. Relevância do Projeto.....	96
Considerações finais.....	98
Bibliografia.....	102

Apêndice A: Entrevista.....	i
Apêndice B: Cronologias	ii

Lista de Abreviaturas

ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados.

AI – Amnistia Internacional.

CDH – Conselho dos Direitos Humanos.

FDUNL – Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa.

IASC – United Nation Inter-Agency Standing Committee.

MDH – Ministério responsável pelos Direitos Humanos no Iraque.

NATO – North Atlantic Treaty Organization.

OG – Organização governamental.

ONG – Organização não-governamental.

ONU – Organização das Nações Unidas.

PYD – Partiya Yekîtiya Demokrat (Partido de União Democrática).

RCS – Resolução do Conselho de Segurança (das Nações Unidas).

RDC – República Democrática do Congo.

UNFPA – United Nation Population Fund.

Unicef – United Nations Children’s Fund.

WHO – World Health Organization.

Introdução

«Mulheres preferem morrer a ser violadas por militantes do Estado Islâmico» (Liliana Coelho, *Expresso*, 23/12/2014). O título é sonante, capta-nos, convida-nos à empatia pelas vítimas e à repulsa contra os perpetradores. À primeira vista parece-nos apenas mais uma informação acerca das atrocidades cometidas no decorrer da Guerra Civil da Síria.

No entanto, a análise crítica ao título da notícia permite-nos questionar quais são os pressupostos inerentes à afirmação. Não vivemos no vácuo sociocultural que o culto da informação supostamente objetiva nos pretende inculcar, tudo o que dizemos enquadra-se num determinado tempo e espaço, num determinado contexto cultural, social e económico e é nessa medida que devemos analisar a construção dos discursos dos *media*. Esta consideração é particularmente válida quando nos debruçamos sobre os discursos mediáticos que se constroem à volta de um fenómeno de violência de género num local que foi construído ao longo dos séculos como o Outro – o Próximo e Médio Oriente. Como afirmou Júlia Garraio num estudo sobre a memória alemã das violações na Segunda Guerra Mundial, na análise aos discursos sobre violência sexual é essencial, no momento em que nos encontramos, analisar e desconstruir as estratégias discursivas e as normas representativas e interpretativas inerentes ao espaço público em que esses discursos são criados (Garraio, 2013).

É necessário desconstruir as narrativas presentes nos discursos acerca da violência sexual cometida em conflitos que geograficamente se localizam noutra espaço cultural e social, avaliar quais são as estruturas discursivas que os condicionam e moldam, as suas implicações e dinâmicas e, finalmente, avaliar as suas consequências enquanto incitadoras da produção e reprodução de normas e práticas sociais. Tendo por base que os discursos enquanto práticas sociais (textuais e não textuais) dependem das instituições que os reproduzem, é importante analisar ao mesmo tempo a produção e divulgação dos mesmos, i.e., compreender as supramencionadas estruturas discursivas (políticas, económicas, ideológicas e sociais) e os seus vetores, i.e., instituições que os suportam sejam elas as empresas de comunicação social, a academia ou os movimentos sociais e políticos.

Os discursos são relações de poder que se estabelecem na sociedade influenciando-a mais ou menos de acordo com circunstâncias específicas, uma delas é a

capacidade de resistência através do questionamento e de formas de divulgação de conhecimento alternativas. Esta perspectiva tem como base a crença na importância da criação, interação e impacto de todo o tipo de discurso, mesmo do académico, na prática, isto é, a forma como construímos e reproduzimos a teoria tem implicações nas ações e reações de todos os dias. Ora, é precisamente neste sentido que é preciso ter em atenção que a abordagem que utilizamos não é inconsequente, pois, parafraseando Gayatri Spivak, toda a teoria é uma prática (2008, p. 28).

A produção académica crítica pretende deslindar as relações de poder que se estabelecem na sociedade, ou seja, nas instituições e nos indivíduos que produzem e reproduzem normas, incluindo na própria academia. Neste sentido, uma das principais preocupações que se deve ter na elaboração de um projeto, cujo objetivo é oferecer um contributo para a análise dos discursos ocidentais sobre o fenómeno da violência sexual em países como a Síria e o Iraque, é a posição crítica em relação ao trabalho académico que tem sido desenvolvido por académicas e académicos ocidentais, na medida em que estes também fazem parte de uma cadeia de relações de poder. É importante, pois, notar que enquanto autora de um projeto de investigação que se destina a encontrar relações de poder entre sociedades que o detêm e sociedades que têm sido alvo de constante ingerência externa, sou obrigada a fazer uma declaração de interesses. Sendo europeia, mesmo que pertencendo a um dos países com menos poder dentro do espectro ocidental europeu, e abordando a temática do pós-colonialismo, considero que é importante frisar que a minha intenção não é falar pelas pessoas que se inserem no dito espaço oriental. O que pretendo é, não obstante, apresentar uma crítica ao discurso patente nas sociedades ditas ocidentais, incluindo, numa primeira fase Portugal. Os contributos do Sul Global que utilizo para cumprir a tarefa à qual me proponho apenas contribuiram para dar uma visão mais heterogénea à crítica. O objetivo último, de qualquer trabalho crítico, é tentar sempre, e na medida do possível, que a produção académica permita e contribua para desenvolver uma perspetiva ética, tanto na academia como na elaboração dos discursos difundidos nos meios de comunicação, que respeite, dê voz e oiça aqueles que não se conseguem fazer ouvir (Spivak, 2008).

O que se propõe no presente projeto de investigação é traçar as linhas orientadoras de uma futura investigação e elaborar uma investigação preliminar que adiante algumas respostas às questões que se pretende estudar posteriormente. Partir-se-á, portanto, da questão *de que forma os media portugueses, enquanto media ocidentais,*

retratam a violência sexual exercida por forças beligerantes/insurrecionais nos conflitos da Síria e Iraque (2010-2015)?¹ Quais são os pressupostos político-filosóficos e psicossociais por detrás desta narrativa dominante? A partir daqui utilizar-se-á o método abduutivo para validar ou refutar as respostas/hipóteses previamente estabelecidas. Assim que se chegar a uma primeira resposta poder-se-ão construir verdadeiras hipóteses, desta feita já previamente validadas através de corroboração ou refutação, que respondam à questão de partida da investigação dedutiva a realizar posteriormente, neste caso qual é a narrativa predominante nos media internacionais e dos meios feministas mainstream (de organizações internacionais; movimentos sociais e meio académico) acerca da violência sexual perpetrada por membros de forças beligerantes/insurrecionais nos conflitos da Síria e Iraque, nos períodos compreendidos entre 2010 e 2015? Quais são os pressupostos político-filosóficos e psicossociais por detrás desta narrativa? E de que forma é que ela poderá ser instrumentalizada por movimentos políticos e sociais «anti-imigração»/«anti-asilo» e/ou «pró-intervenção»?

A investigação preliminar que aqui se apresentará pretende em primeiro lugar tomar conhecimento das categorias discursivas que alimentam o discurso mediático nacional no que à violência sexual nos conflitos supramencionados concerne. Estas categorias como (e.g. «refugiados», «vítimas» etc.) baseiam-se em identidades mais ou menos essencialistas e práticas que irão contribuir para a formação das políticas públicas a nível nacional. O que se pretende é, em suma, ter um primeiro contacto com as ditas categorias para que posteriormente seja possível analisar não só as estruturas discursivas que informam os discursos como também os vetores que permitem o seu desenvolvimento. É necessário alertar, no entanto, para o carácter dinâmico desta relação: se por um lado o quadro anterior influencia as políticas públicas, estas últimas são, por sua vez, vetores dentro das estruturas discursivas, mas também alvo de resistência dentro da sociedade (Cf. Foucault, 1997, 2013, 2014).

Neste sentido, o projeto de investigação terá a mesma estrutura de um plano de investigação. Assim sendo, começar-se-á numa primeira fase por estabelecer qual é o objeto da investigação, quais são os seus objetivos e analisar o Estado da Arte existente na academia sobre os conceitos abordados ou a abordar na investigação, como sejam

¹ A definição temporal tem em consideração, em primeiro lugar, o período de retirada americana do Iraque e as primeiras eleições do país, que coincidem com uma fase aguda de contestação popular sunita contra o governo xiita eleito e, em segundo lugar, o início das revoltas árabes que inspiraram os protestos contra o regime de 2011 na Síria.

«Violência», «Orientalismo», «Género» e «Violência Sexual». Seguidamente descrever-se-ão as especificidades teóricas e metodológicas que guiarão a investigação. Na segunda parte do plano de investigação apresentar-se-ão os resultados da investigação preliminar, quer a análise das peças jornalísticas separadas em função do órgão jornalístico que as divulgou quer a análise global e interpretativa das peças em contexto. Será reservada uma secção para comentar a relevância do objeto e escolhas teórico-metodológicas da investigação. Finalmente, na última secção discutir-se-á as considerações finais, traçando caminhos para a investigação posterior tendo em conta o trabalho desenvolvido no plano e outras questões em aberto que valerão a pena serem exploradas no futuro.

I. A Violência Sexual de Género no Oriente aos Olhos do Ocidente: Definição do Objeto de Estudo

Enfim, creio que essa vontade de verdade assim suportada por uma base e por uma distribuição institucional tende a exercer sobre os outros discursos – falo sempre da nossa sociedade – uma espécie de pressão e como que um poder de coerção.

Michel Foucault, *Ordem do Discurso*, p. 16.

O objeto de estudo do presente plano de investigação são alguns discursos portugueses, pertencentes a uma dinâmica discursivo-cultural europeia, concernentes ao fenómeno da violência sexual em cenários de conflito armado no Próximo e Médio Oriente. Neste sentido, ser-nos-á possível interligar questões de Género e de Orientalismo no estudo destes mesmos discursos recorrendo sobretudo à análise crítica de peças jornalísticas de três jornais portugueses de grande tiragem.

Este plano de investigação e a supramencionada investigação pretendem ser as bases para a elaboração de uma investigação mais ambiciosa a desenvolver num projeto de doutoramento. Nessa investigação posterior tomar-se-á como objeto discursos ocidentais europeus e extraeuropeus acerca do fenómeno da violência sexual.

Concomitantemente, vale a pena frisar que o tema da violência sexual exercida nos cenários de conflito armado será o tema central sobre o qual os discursos analisados recairão. O estudo do caso português pretende oferecer um contributo para uma discussão mais alargada: perceber como é que este tipo de violência, exercido sobre praticamente todos os tipos de alvos (homens, mulheres e crianças), é descrito e interpretado no denominado Ocidente – não deixando de analisar os problemas

inerentes ao conceito, que não poderá ser entendido de maneira essencialista –, ou seja, como é que certos meios de comunicação social e certas organizações internacionais, dominadas pelos países do Norte Global, se posicionam face a este tipo de violência e quais são os discursos que veiculam. Para facilitar a análise exploratória, o objeto de estudo, tanto da investigação preliminar como da investigação posterior, recairá sobre dois casos específicos de forte presença na comunicação social internacional e nacional: o Iraque e a Síria.

O objetivo deste plano de investigação é recolher material teórico e empírico para desenvolver um teste prévio das hipóteses formuladas. Esta recolha exploratória, com incidência no âmbito teórico-metodológico, é fundamental na medida em que permite encontrar pistas de investigação e direcionamento da pesquisa. Ora, posteriormente, este plano e a investigação preliminar que nele se desenvolverá permitirão testar as bases teórico-metodológicas que estruturarão a investigação que se seguirá. Por outro lado, permitirão que se tracem algumas pistas para perceber em que medida estes discursos mediáticos poderão funcionar como violência estrutural/simbólica/epistémica da parte de entidades políticas ocidentais.

II. Análise crítica do Orientalismo ao Género: Temática e Problemática

They cannot represent themselves; they must be represented

Karl Marx, *The Eighteenth Brumaire* apud Said, 2003.

O projeto *Discursos Mediáticos sobre o Oriente Violento: A violência sexual na Síria e Iraque enquanto possível veículo de Islamofobia em Portugal (2010-2015)*² pretende ser uma análise preliminar ao objeto da investigação referido no ponto anterior: o seu objetivo primordial é o estabelecimento de bases empíricas, metodológicas e bibliográficas sólidas e estruturadas para uma investigação mais alargada. Esta fase primeira será essencial para a posterior elaboração de uma investigação teórica mais ambiciosa acerca dos conceitos de Género, Violência e Orientalismo na contemporaneidade. Neste sentido, esta investigação preliminar

² A análise da instrumentalização da violência sexual no desenvolvimento do discurso islamóforo não deve deslegitimar as experiências concretas de violência vivida pelas vítimas. Não se pretende catalogar a visibilidade da violência sexual como islamofobia, a questão prende-se antes com a forma como se representam as vítimas, os perpetradores e as estruturas discursivas que permitem a visibilidade do fenómeno, não com a visibilidade em si. Da mesma forma, não se deve criar automaticamente a suspeita segundo a qual os corpos sofridos das vítimas estão ao serviço de agendas imperialistas.

encetará um primeiro teste empírico, com o objetivo de testar a abordagem teórica que informará a investigação proposta no plano que agora se apresenta. Para esta análise prévia escolheu-se o caso português devido à facilidade na recolha dos dados, à grande dependência que os meios jornalísticos portugueses têm dos europeus – e por isso a sua análise e interpretação permitir-nos-á formar uma primeira ideia da narrativa veiculada pelos meios de comunicação sociais europeus relativamente ao «homem muçulmano» – e por último, porque, a partir do caso português, será possível compreender o papel dos discursos veiculados pela comunicação social na formação de estereótipos e preconceitos num país sem grande afluência de migrantes ou refugiados, provenientes de países islâmicos, e com uma comunidade islâmica pouco significativa a nível nacional – que se localiza sobretudo em grandes cidades como Lisboa.

O plano centrar-se-á no estudo e na análise interpretativa das notícias de jornais portugueses relativas aos casos empíricos da Síria e do Iraque, durante o período compreendido entre 2010 e 2015, visando responder à questão de partida: *de que forma os media portugueses, enquanto parte integrante dos media europeus, retratam a violência sexual exercida por forças beligerantes no período de intensificação dos conflitos da Síria e Iraque (2010-2015)?*

Simultaneamente, pretende-se com esta primeira questão contribuir para delinear os discursos hegemónicos veiculados pelos *media* dominados ou sediadas em países ocidentais. Para isso, proceder-se-á à análise crítica de discurso de peças jornalísticas portuguesas retiradas do *Público*, o *Expresso* e o *Correio da Manhã*, jornais de grande tiragem, que retratam o fenómeno da violência sexual nos dois conflitos acima referidos. Depois de estabelecido o discurso sobre o qual incidirá a investigação, tentar-se-á responder à questão: *quais são os pressupostos político-filosóficos e psicossociais por detrás da narrativa dominante na imprensa analisada?* Para tal partir-se-á dos resultados obtidos da análise empírica e comparar-se-ão com a literatura crítica de género, pós-colonialismo e biopolítica pós-política (entre a qual destaco: Butler, 2009; Foucault, 2014/1997; Said, 2003; Spivak, 2008; Mohanty, 1988; Mahmood, 2005). Ou seja, pretender-se-á analisar os dados obtidos na análise da imprensa portuguesa articulando-os com os conceitos de violência de género, na sua vertente sexual, Orientalismo e o discurso dos Direitos Humanos com o objetivo de gizar os pressupostos político-filosóficos e psicossociais inerentes à narrativa disseminada pelos *media* analisados, questionando de que forma a narrativa dominante poderá ser

instrumentalizada por determinados movimentos/instituições do Ocidente, tendo presentes os pressupostos da teoria crítica.

Os fundamentos teórico-metodológicos utilizados no estudo que neste plano se desenvolve, enquanto investigação preliminar, e que servirá de base à investigação proposta, envolverão uma abordagem crítica dos estudos políticos, culturais e de género. Esta abordagem tem dois pressupostos: em primeiro lugar, que o conhecimento não é um tipo de discurso – o discurso científico – *a priori* objetivo, pois «todo o sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles transportam consigo» (Foucault, 1997, pp. 33-34) e, em segundo lugar, uma atitude socialmente comprometida para com o conhecimento, na medida em que o objetivo final é o conhecimento emancipatório, i.e. o conhecimento compromete-se com o objetivo teleológico da emancipação dos grupos marginalizados através de uma análise que desconstrua os interesses sociais por detrás das narrativas veiculadas e dos programas políticos que as instrumentalizam.

Por conseguinte, será necessário compreender de que forma o discurso poderá contribuir para construir, reproduzir e fortalecer a estrutura de dominação de certas forças geopolíticas, bem como privilegiar certos discursos político-sociais em detrimento de outros, tendo sempre presente que a própria opinião pública também influencia a seleção do conteúdo jornalístico. A análise, primeiro abductiva e seguidamente dedutiva, parte assim da teoria crítica com o objetivo de refutar/corroborar as hipóteses formuladas e, neste sentido, contribuir para fortalecer a teoria através de métodos como a análise crítica de discurso, na senda de autores como van Dijk (que articulam a dimensão discursiva com o poder e a política), Lazar e Fraser (que por sua vez articulam a dimensão discursiva, e as relações de poder que a informam, com o conceito de género), dos *media* que analisam o fenómeno em causa (Cf. Dijk, 2001; 1991; 1988; Lazar, 2005; Fraser, 1989).

Ou seja, o que se pretende com a análise preliminar é apenas delinear a narrativa através da análise crítica de discurso. A análise crítica de discurso oferece um modo ou uma perspetiva de teorização, análise e aplicação dentro do campo da análise de discurso ao rejeitar a ideia da ciência objetiva, uma vez que parte do princípio que qualquer discurso, inclusivamente o académico, é influenciado pela estrutura social, decorrente da interação social (Dijk, 2001, p. 352).

A investigação mais abrangente terá que contar também com uma análise crítica às instituições que permitem a reprodução dos discursos a analisar. Isto é, enquanto a investigação preliminar permitirá testar a teoria e contribuir para a construção de hipóteses preliminares, a investigação que se desenvolverá no seu seguimento terá, para além da análise de discursos, que compreender as formas de funcionamento das instituições que sancionam e reforçam as práticas discursivas analisadas (cf. Foucault, 1997). É nessa medida que se pretende analisar o funcionamento e os discursos de diferentes organizações feministas transnacionais formadas no Ocidente na investigação posterior. Essa análise é remetida apenas para um momento mais avançado da pesquisa porque se considerou a influência decisiva das fontes noticiosas estrangeiras ao nível noticioso nacional bem como a ênfase do movimento feminista em Portugal em problemas nacionais (e.g. violência doméstica, violência no namoro, mutilação genital feminina em território nacional).³ Partimos igualmente da hipótese segundo a qual o discurso feminista transnacional *mainstream* contribuiu para a construção dos discursos mediáticos pela ligação automática entre patriarcado e Islão, aceite de forma acrítica em diversos setores feministas e conseqüentemente de alguns discursos anti-imigração/asilo ou a favor de intervenções internacionais lideradas pelo Ocidente. Para, por fim, perceber a razão pela qual a narrativa veiculada é construída e de que forma poderá ser instrumentalizada por certos movimentos sociais e políticos ocidentais recorrer-se-á à análise crítica da literatura de género, filosófica e pós-colonial.

III. Violência Sexual ou o Oriente Violento: Divagações em volta do Estado da Arte

Humans are terrible with twos. [...] We tend to order twos into binaries: complementary, opposite, or ranked with respect to one another.

Sara Richardson, *Sex Itself*, p. 203.

We start here not because there is a human condition which is universally shared – this is surely not yet the case. The question that preoccupies me in light of the recent global violence is, Who counts as human? Whose lives count as lives? And finally, what makes for a grievable life?

Judith Butler, *Precarious Life: The Power of Mourning and Violence*, p. 20.

Conceito de violência

³Ver UMAR em <http://www.umarfeminismos.org/>.

O conceito de violência, objeto de extensa reflexão, entra em interação com conceitos tão vastos como a guerra ou o poder (Ribeiro, 2013, p. 9), o que torna a sua discussão uma tarefa extremamente complexa. Se se tiver em consideração a dificuldade inerente ao ato de definir um conceito tão abrangente, perceber-se-á o quão difícil é considerá-lo como um conceito operativo (*Id.*, p. 7). Em primeiro lugar, a violência é incorporada num espectro que vai desde a manifestação mais velada até à demonstração de força física mais flagrante, i.e., poderá manifestar-se através de formas psicossociais, jurídicas, legais, institucionais ou físicas e o significado que adquirem varia consoante o contexto em que se insere (*Id.*, p. 8). Neste sentido, será útil delimitar o âmbito no qual se pretende desenvolver o conceito de violência tendo em conta o objetivo da investigação que se propõe realizar. Por outro lado, é importante ter em conta o carácter subjetivo/objetivo e intersubjetivo dos fenómenos/manifestações de violência, ou seja, se partirmos do princípio que a violência é um meio para atingir determinado fim, é inevitável que se pense na subjetividade/objetividade do agente executor de violência e na subjetividade do recetor dessa mesma violência, em cuja relação intersubjetiva se determina a eficácia e as consequências do ato violento. Considerar o contexto e as relações inerentes à violência é encará-la, em suma, «como um processo» (*Id.*, p. 8).

Desta forma, interessa-nos analisar duas formas muito específicas de violência: a violência inerente ao fenómeno bélico e a violência objetiva das práticas sociais e políticas, formais e informais. A primeira forma ser-nos-á útil para compreender o fenómeno da violência sexual em contexto de conflito armado, sobre o qual se debruçam os discursos que se analisarão na investigação preliminar. A segunda permitir-nos-á avaliar os discursos enquanto narrativas difundidas e veiculadas na sociedade que influenciam e por ele são influenciadas.

Começando por recorrer às definições de um dos mais influentes filósofos atuais, Slavoj Žižek, destaca-se aquela que diz respeito, em primeiro lugar, aos «atos de crime e de terror, confrontos civis e conflitos internacionais», i.e., a «violência ‘subjetiva diretamente visível, exercida por um agente claramente identificável» (Žižek, 2009, p. 9). Este tipo físico é o mais comumente analisado tanto por teóricos como por leigos como a expressão mais óbvia da violência para o senso comum.

Para além da violência subjetiva, Žižek assevera que a violência pode, ainda, ser analisada como fenómeno simbólico e sistémico (*Id.*, p. 9-10). Estes dois tipos de violência são as causas profundas das «explosões “irracionais” de violência subjetiva»

(*Id.*, p. 10; ver também pensamento anterior de Arendt neste sentido em Arendt, 2014, p. 83/87), isto é, os fenómenos de violência visível são a culminação destes dois tipos de violência normalizada e objetiva – na medida em que se referem às estruturas sociais e económicas em cujas repercussões se abatem sobre as condições materiais da vida das populações, ou seja, a sua realidade.⁴

Aquilo que Žižek considera violência simbólica e sistémica são formas ou instrumentos objetivos de violência. A violência simbólica parece ser um dos conceitos teoricamente mais interessantes, um sentido que aliás já foi amplamente explorado por outros autores. Na verdade, o conceito utilizado pelo filósofo esloveno assemelha-se à definição de violência simbólica do sociólogo francês Pierre Bourdieu, na medida em que o último a define como o conjunto de estruturas objetivas e representações sociais que constituem a dominação. Ora, estas formas de dominação estão incrustadas no tecido social e, por isso, não são formas de dominação conscientes. Para ilustrar este tipo de violência o sociólogo francês recorre ao exemplo da dominação masculina na sociedade ocidental (Bourdieu, 2012). Esta forma de violência não se limita apenas à sua face estatal mas estende-se a todas as vertentes da sociedade como é o caso dos meios de comunicação social que aqui analisaremos em particular.

Ainda nesta linha, poderemos ver semelhanças entre o conceito de violência simbólica de Žižek e o conceito de violência cultural de Johan Galtung (Galtung, 1990, Ribeiro, 2013, p. 10), esta última referindo-se a «[...] *those aspects of culture, the symbolic sphere of our existence – exemplified by religion and ideology, language and art, empirical science and formal science (logic, mathematics) – that can be used to justify or legitimize direct or structural violence*» (Galtung, 1990, p. 291). Com efeito, a violência cultural manifesta-se, segundo Žižek, em aspetos da cultura moldando a nossa forma de encarar a violência, tornando-a «[...] como o seu contrário, como a espontaneidade do meio que habitamos, do ar que respiramos» (Žižek, 2009, p. 39).

Concomitantemente é imperativo que se atente na possibilidade de a associação da violência à cultura, preconizada por Galtung, poder ser usada para legitimar novas formas de violência, como é o caso da associação automática que certos discursos e

⁴ Neste aspeto em particular, Hannah Arendt (1906-1975) parece antecipar, quarenta anos antes, a análise do perigo da dominação burocrática para que Žižek aponta. Para esta análise muita influência tiveram as vivências da filósofa na Alemanha da República de Weimar e no Terceiro Reich, o expoente máximo da eficácia mortífera da burocracia. Não obstante, o perigo da burocracia já fora explorado noutras áreas como é o caso da literatura, onde as obras de Kafka, ainda durante o Império Austro-húngaro são paradigmáticas, vide *O Processo* (1925).

poderes fazem entre o Islão e atos de terrorismo, usando esses estereótipos, por exemplo, para restringir a entrada de migrantes económicos e refugiados provenientes do Médio Oriente. Embora o próprio Galtung enfatize que «*entire cultures can hardly be classified as violent; this is one reason for preferring the expression 'Aspect A of culture C is an example of cultural violence' to cultural stereotypes like 'culture C is violent'*» (Galtung, 1990, p. 291), se tivermos em conta que a religião é encarada por Galtung como uma componente da cultura (*Id.*, p. 296), e não uma cultura em si, facilmente se poderá manter a preocupação referenciada.

Por outro lado, a violência simbólica de Galtung é um conceito que não pode ser pensado sem o conceito de violência estrutural do autor. Este conceito, também ele muito semelhante ao conceito de violência objetiva de Žižek, reflete-se na repressão que as estruturas sociais exercem sobre as pessoas impedindo o acesso das mesmas à justiça social. Ora, uma primeira crítica que se poderá fazer a ambos os conceitos, e por extensão aos de Žižek, prende-se com esta mesma ideia em articulação com a análise do poder em Foucault. Segundo este último autor, o poder disciplinador, aquele que marca a sociedade em que vivemos, cria uma rede complexa de relações mutáveis, reversíveis e instáveis e, por isso mesmo, não pode ser possuída, ao invés circula e cria modos de subjetividade (Sørensen, 2014). A norma, enquanto instrumento, é prescritiva, define uma forma de comportamento imperativa que impele à conformidade. É a conformidade à norma que permite aos indivíduos serem tomados em conta enquanto co-sujeitos nas ações que tomam durante o dia-a-dia permitindo-lhe apropriar-se da norma e moldá-la (*Id.*, 2014). Assim, o que Foucault nos diz acerca das relações de poder é que estas podem ser perigosas na medida em que terão que ser constantemente vigiadas, caso contrário poderão dar origem a cenários de violência, isto é, a um estado de dominação (*Id.*, 2014). Não obstante, Foucault permite-nos perceber que dentro das relações de poder há sempre possibilidade de resistência. Para compreendermos as relações de poder que caracterizam determinado espaço-tempo, deveremos questionar quais são os discursos que legitimam esta relação de dominação, como se formaram e quais são as possibilidades de resistência que nos oferecem. A violência física em Foucault reflete-se em micropráticas quotidianas das instituições sobre os corpos das pessoas, é uma violência difusa, consensual e omnipresente constituinte da estrutura social – reflexo do biopoder (Ribeiro, 2013, p. 8; Cf. Foucault, 2013).

A segunda crítica à concepção zizekiana prende-se com a sua utilização do conceito de violência divina desenvolvido por Benjamin. Este conceito opõe-se ao conceito de violência mítica. Se a violência mítica funda e mantém a lei, a violência divina destrói a lei, mas, na aceção de Benjamin, esta é uma violência não sangrenta porque se situa fora do direito, ela pretende expiar a culpa da lei através de uma pura manifestação – desprovida de carácter instrumental. No ensaio de 1921 que dá corpo a estes pensamentos, Walter Benjamin dá como exemplo de violência divina a verdadeira revolução. É uma interpretação apropriativa – na aceção de Hannah Arendt – aquela que leva Žižek a relacionar essa violência a um ato de violência popular. Segundo o ponto de vista, estas irrupções de violência são demonstrações de uma concepção/um entendimento de justiça que se situa além da lei (Žižek, 2009, p. 18/155; Benjamin, 1986, p. 297) e não a possibilidade de substituí-la por outra, como parece ser a posição do filósofo esloveno, ou, na terminologia de Foucault, por outro Estado de dominação.

A ideia de ambos, isto é, de Benjamin e do filósofo esloveno, é apartar este tipo de manifestações da esfera jurídica. Mas, enquanto a definição de Walter Benjamin incide sobre o carácter catártico da violência divina enquanto destruidora do direito expurgando o indivíduo da violência mítica – do fim que a instrumentaliza e da violência instrumental –, Žižek faz uma análise apropriativa do conceito e associa-o a todos os atos de resistência/vingança daqueles que se encontram sob jugo do direito mas que, num linguagem hegeliana, não encontram reconhecimento ou a sua substância, por outras palavras, não conseguem atualizar/objetivar a sua liberdade subjetiva na racionalidade da ordem ética universal (Žižek, 2009, p. 116). Em suma, encontram-se privados dos seus direitos e substância ética, ou, como diria Gayatri Spivak, não têm como metonimicamente se sentir ou clamar o direito de ser parte de um todo. Concomitantemente é possível ver a semelhança entre a violência jurídico-mítica de Walter Benjamin e a violência objetiva de Žižek.

No entanto, deve-se ressaltar o distanciamento temporal que existe entre o contemporâneo Žižek e os restantes filósofos. Walter Benjamin viveu num período especialmente fecundo da análise da violência e da soberania nas suas manifestações totalitárias, enquanto Žižek é contemporâneo de um mundo obrigado a tomar consciência de que a violência dos excluídos se vai multiplicando um pouco por todo o Sul – seja ele referente aos países subdesenvolvidos do hemisfério sul, ou àqueles que

se situam numa posição subalterna dentro dos países desenvolvidos ou em desenvolvimento.

A visão da violência revolucionária de Benjamin é influenciada pelos escritos do anarcossindicalista George Sorel (1847-1922). É importante notar a diferença entre a concepção de violência de Sorel, como origem da relação entre o dominado e o dominador, porque é a violência que dá corpo ou permite a existência de um dominado, e a concepção de Franz Fanon, para quem a violência marca uma rutura entre o dominado e o dominador (Wievorka, 2009, p. 22).

Para o teórico revolucionário Franz Fanon, o mundo colonial só pode ser desafiado através da violência absoluta (Fanon, 1963, p. 37). Esta posição é defendida com base na diferença entre a exploração que o capitalismo leva a cabo nos países não-colonizados e a dominação exercida sobre as populações dos países colonizados pelas autoridades coloniais. Fanon distingue as práticas institucionalizadas e instituições, criadas pelos capitalistas para manter as populações da metrópole exploradas numa posição de submissão, separando-as daqueles que detêm os meios de produção, como uma forma de violência estrutural/objetiva. Desta forma, aquilo que também podemos encarar como poder é imposto através de instituições e das suas micropráticas de poder, de acordo com a ideia de Foucault, embora a concepção de Fanon se aproxime mais da violência objetiva acima mencionada. Por outro lado, segundo Fanon, o mesmo não acontece nos países colonizados, onde estaríamos perante uma violência direta de pura força: *«the intermediary does not lighten the oppression, nor seek to hide the domination; he shows them up and puts them into practice with the clear conscience of an upholder of the peace; yet he is the bringer of violence into the home and into the mind of the native»* (Id., p. 38). Este é o estado de dominação de Foucault, em que a única forma de resistência é a violência. Para Fanon, os povos colonizados estão familiarizados com a pura violência através da experiência colonial e a única forma de se libertarem é através dessa mesma violência brutal:

The violence which has ruled over the ordering of the colonial world, which has ceaselessly drummed the rhythm for the destruction of native social forms and broken up without reserve the systems of reference of the economy, the customs of dress and external life, that same violence will be claimed and taken over by the native at the moment when, deciding to embody history in his own person, he surges into the forbidden quarters (Fanon, 1963, p.40).

Para Fanon, a agência dos colonizados depende assim da violência bruta, é ela que dá origem à consciência e agência daqueles que foram vítimas da violência brutal dos colonizadores. É o ressentimento, a inveja e o ódio que movem os colonizados. Os outros são os opressores, os colonizadores – esta visão dualista do conflito exige uma rutura através da supressão do outro (*Id.*, p.40-41). Para Fanon, os colonizadores servem-se também de uma dicotomia de carácter maniqueísta ao retratarem as sociedades nativas como insensíveis à ética, onde os valores não apenas estão ausentes como são negativos. Os nativos são os inimigos dos valores e neste sentido o mal absoluto, o elemento corrosivo que tudo destrói à sua volta, o elemento que desfigura a beleza e a moral, o depositário de poderes malévolos, o instrumento inconsciente de forças cegas (*Id.*, p. 41). Esta quase desumanização dos nativos e dos seus valores leva à violenta afirmação da supremacia dos valores brancos e à agressividade que permeou a vitória destes valores sobre a vida dos nativos; daí a vingança dos nativos ser o risco perante esses valores ocidentais (*Id.*, p. 43). Ora, tendo em conta esta visão acerca do fenómeno colonial, pensada em específico a partir do caso da Argélia, não admira que a definição de colonialismo avançada por Fanon seja a seguinte: «[...] *colonialism is not a thinking machine, nor a body endowed with reasoning faculties. It is violence in its natural state, and it will only yield when confronted with greater violence*» (*Id.*, p.61).

Diametralmente oposta é a análise de uma das mais influentes filósofas do século XX, Hannah Arendt. Embora tenha criticado o ensaio supramencionado de Walter Benjamin, o seu *On Violence* descreve o mesmo carácter instrumental da violência. Para a filósofa a violência é um fenómeno instrumental justificável, embora nunca legítimo, que depende de instrumentos que aumentem a capacidade destrutiva da potência do agente e cuja imprevisibilidade das ações dos atores comporta um elemento de arbitrariedade de suma importância (Arendt, 2014, p. 14/17/51). Sendo um fenómeno instrumental, a violência insere-se no domínio dos meios, e por isso não poderá ser considerada um fim em si, embora um dos problemas mais analisados seja precisamente a possibilidade da autofagia dos fins pelos meios (*Id.*, p. 56/85; Cf. Fernandes; 2011). Por conseguinte, a violência é encarada, pela filósofa, como a capacidade de destruição e, em última análise, da morte pura e simples. Ora, os seus estudos incidiram sobretudo na ilegitimidade da violência na política, por oposição a autores como Max Weber. Para Arendt, o poder – a capacidade de agir concertadamente e com autoridade (Arendt,

2014, p. 49-50; Ribeiro, 2013, p. 9)⁵ – legítimo não pressupõe a utilização da violência como instrumento político. Dentro desta linha, Michel Wievorka distingue os conceitos de violência e conflito, pois «o conflito não apenas não se confunde com a violência, mas tende, no essencial, a opor-se-lhe» (2004, p. 25 *apud* Ribeiro, 2013, p. 9):

É importante frisar que esta concepção de violência como não legítima é fortemente marcada pelas suas vivências, nomeadamente a violência nazi que experienciou em solo europeu antes e durante a Segunda Guerra Mundial. Hüppauf chama a atenção para a conexão entre modernidade e violência precisamente através de uma imagem símbolo da destruição nazi: «[...] *the icon of modernization and industrialization during the nineteenth and early twentieth centuries, the smoking chimney, has been identified as the symbol of Auschwitz*» (Hüppauf, 1997, p. 4). Os processos de especialização e racionalização permitiram o planeamento e execução da violência desumanizada do Holocausto que influenciou o trabalho dos referidos pensadores do século XX.

A violência de Franz Fanon e da nova esquerda da segunda metade do século XX no seguimento da Guerra do Vietname, i.e., a violência revolucionária que inspirou os movimentos estudantis da década de 1960, comentada por Sartre, é criticada por Arendt não só por não ter em conta as próprias reflexões de Marx acerca da violência como pela ilegitimidade da própria solução violenta. A filósofa defendia que a violência só é utilizada por aqueles a quem o poder escapa. É neste aspeto que as suas reflexões mais diferem das de autores como Benjamin ou Žižek ao defenderem a violência como denominador comum tanto ao poder tido como autoridade como àqueles que resistem ao poder instituído, pois a violência objetiva é apanágio daqueles que detêm o poder, enquanto as irrupções de violência subjetiva são fenómenos de resistência e materializam-se pela impossibilidade de resistir de outra forma a um poder que se entranha em todas as esferas da vida. Todavia, é possível encontrar em Arendt uma concessão neste sentido ao afirmar «[...] embora eu me sinta inclinada a pensar que grande parte da presente celebração da violência tem como causa uma frustração grave da faculdade de ação no mundo moderno» (Arendt, 2014, p. 87).

A violência, tal como se manifestou no século XX, é, segundo os autores acima referidos, um fenómeno/pilar construtor da modernidade. Como afiança Bernd Hüppauf

⁵ Para Arendt só é possível associar poder e violência se se considerar que o Estado é um instrumento de opressão nas mãos da classe dominante, de acordo com o pensamento de Marx (*Id.*, p. 41-42).

«[...] *violence* [...] *was no longer understood in terms of individual acts of deviant behavior but as a constitutive element of the very process of constructing and relating to reality under conditions of modern Western civilization*» (1997, p. 2). Ora, a violência como elemento intrínseco à construção da modernidade Ocidental está ligado à separação entre o que se considera violência legítima e o que é tido como violência ilegítima, sendo a primeira todos os atos que, inseridos na narrativa civilizadora do Ocidente, criam as condições para extinguir a própria violência, através de um processo retratado na narrativa como pacífico/criador de paz (Hüppauf, 1997, p.11; ver também Said, 2003, p. xvi). Segundo Hüppauf, pensadores como Marx e Fanon também se inserem nesta concepção moderna pois partilham a visão do caráter necessário da ação violenta na criação de uma ordem mais justa e pacífica (cfr. Hüppauf, 1997, p. 14). Atualmente as intervenções internacionais sob o lema «obrigação de proteger» são o expoente mais emblemático desta concepção da violência legítima. Por seu lado, Hüppauf defende que a violência ilegítima é construída como o Outro espacial e temporal, através das «técnicas de relegação», que permitem que a violência seja vista na Modernidade como exceção vinda de outros locais ou tempos e que representam por isso mesmo um regresso à barbárie (Hüppauf, pp. 2-4; 6; 11; ver também pensamento de Kaldor, 2013). Considera-se assim que a violência será erradicada (Elias 1976 *apud* Ribeiro, 2013, p. 7) através do processo de modernização enquanto processo civilizador que se baseia na interiorização e auto coerção conforme as normas sociais, possibilitado pela força das ideias e modos de controlo coletivo (Muchembled, 2014, p. 274; Ribeiro, 2013, p. 7; Cf. Foucault, 2013).

Esta visão da violência como algo que se insere na narrativa civilizadora ou se situa no outro bárbaro/regresso bárbaro, devido a um fenómeno individual, alheio à história nacional ou a uma ideologia defendida, falha em ver a dimensão estrutural da violência numa sociedade tecnológica (Hüppauf, 1997, pp. 10-11; Ribeiro, 2013, p. 18-19).

Não podemos deixar de notar que esta análise é muito útil para entender a maneira como a violência sexual nos conflitos tende a ser analisada nos *media* ocidentais, isto é, como um sinal de barbárie e atraso cultural (patriarcado) fora da

modernidade ocidental, como se nota exemplarmente na cobertura mediática ao regime talibã ou ao *Daesh* (Ahram, 2015, p. 58).⁶

Não obstante, existem outras análises que relacionam a violência com a cultura, como é o caso de Sigmund Freud e Wolfgang Sofsky (Ribeiro, 2013, p. 5-7). Como refere Sousa Ribeiro, essa relação de simbiose é visível nas relações de colonialidade (2013, p. 7), e neste caso uma questão pertinente é «[...] saber de que forma é que a cultura enquanto domínio e diversificação crescentes de técnicas, instrumentos e linguagens, e enquanto produção imaginativa, contribui para a expansão de formas de violência». Basta pensar no exemplo dos meios de comunicação mediática (*Id.*, p. 7). Ou seja, é, portanto, necessário perceber que a cultura é, também, um local de produção e reprodução da violência, não apenas de superação (*Id.*, p. 9) – se é que o é de facto.

É neste contexto que vale a pena voltar ao pensamento de Slavoj Žižek, que, contrariando as narrativas dominantes nos *media* ocidentais, analisa a «violência islâmica» atual como um fenómeno moderno.⁷

O autor analisa o fenómeno contemporâneo da violência do *Daesh* afastando-se de perceções populares que olham a sua violência como barbárie, manifestação de uma cultura retrógrada, pré-moderna, algo de um passado do qual o «mundo civilizado» já se afastara. Considera ainda que a violência revolucionária está por detrás de todo o fundamentalismo islâmico, já que se resume a uma manifestação da falha da esquerda liberal na contraofensiva ao liberalismo/capitalismo (Žižek, 2015, p. 21).

A perspetiva defendida por Slavoj Žižek não deixa de ser analiticamente interessante, pois permite inserir os movimentos políticos islâmicos dentro do

⁶ Fazendo uma breve nota de esclarecimento, os nomes pelos quais o grupo tem sido denominado variaram desde a sua mediatização. Surgindo como Estado Islâmico do Iraque e Levante (EIIL, em inglês Islamic State of Iraq and the Levant – ISIL) nas primeiras notícias, é recorrentemente apelidado de *Daesh*, o equivalente de EIIL em árabe. Com a tomada de Mossul o grupo autoproclamou-se simplesmente Estado Islâmico (Islamic State, em inglês é mais usual denominá-lo Islamic State of Iraq and Syria – ISIS). No presente trabalho, optou-se por usar a expressão *Daesh* por não se reconhecer o estatuto de Estado Islâmico, utilizar-se-á esta última denominação apenas em citações e títulos de notícias que a incluam.

⁷ Na verdade, existem várias análises que nos permitem associar o *Daesh* à modernidade. Nomeadamente, no que concerne à utilização de meios de comunicação de massas modernos como veículo de propaganda e doutrinação, sendo auxiliado pelos próprios meios de comunicação ocidentais sedentos de imagens do conflito (vide: <http://www.theguardian.com/world/2014/oct/07/isis-media-machine-propaganda-war>). Por outro lado, a construção da sua narrativa como narrativa alternativa ou contra narrativa é, na sua base, moderna enquanto resposta à modernidade hegemónica ocidental (vide <http://www.nytimes.com/2015/02/19/opinion/the-isis-theater-of-cruelty.html>). Para além disso, o *Daesh* destrói vestígios históricos considerados hereges, i.e., que não obedecem à narrativa/ideia de Islão por eles defendida, nas tão afamadas e exploradas a nível mediático, explosões de violência subjetiva.

enquadramento político-conceptual da modernidade (*Id.*, p. 24). Não deixando de ser a visão de um ocidental sobre o oriente, o filósofo assevera que, «[...] em segredo, [os movimentos políticos islâmicos] já interiorizaram os nossos padrões e medem-se por eles» (*Id.*, p. 19),⁸ ou seja, são uma resposta às categorias que regem a política ocidental moderna, o que rejeitam é a conceção de política que vingou desde o século XIX – a biopolítica (*Id.*, p. 24; Esposito, 2007). Eles encerram assim uma certa dose de modernidade e resistência.

O interesse da análise do *Daesh (al-Dawlah al-Islamīyah)*, é precisamente a tentativa do movimento insurrecional de virar entidade política estabelecida nos moldes de um Estado moderno. Ou antes, esta é a sua forma de lidar com a pressão modernizadora da sociedade global. É ao mesmo tempo uma forma de resistência e uma incorporação dos padrões da modernidade ocidental.

Se olharmos para o grupo como um movimento tradicionalista, não conseguimos compreender a sua decisão de, sob a denominação enganadora de califado, formar uma entidade política organizada na realidade nos moldes de um Estado moderno, cuja origem é inegavelmente ocidental. De facto, o vocábulo *al-Dawlah* é a palavra árabe para denominar o que entendemos por Estado moderno, em contraposição à chefia tradicional (Ayubi, 2008, p. 15; 19). Esta violência já não se pode associar sem reflexão crítica à pura manifestação de Benjamin e de Žižek, mas antes à violência soberana de Schmitt. O que o grupo pretende em última análise é o estabelecimento de uma entidade política estatal.

O Estado pode, também, ser encarado como uma entidade que determina as prerrogativas inerentes ao conceito de cidadania, de pertença à comunidade política. Se determina quem pertence, por um lado, também determina quem se exclui da categoria, por outro, ou seja, quem não pertence à comunidade política de forma passiva ou ativa, na medida em que expulsa aqueles que não se inserem nos parâmetros jurídicos da cidadania (Butler, 2012, p. 8-9). Isto é válido não só para aqueles que se localizam à margem do Estado, no seu exterior, como para os apátridas ou refugiados, como aqueles que dentro do Estado escapam às obrigações e proteções do Estado por não possuírem a cidadania, ou, por outras palavras, porque não preenchem ou cumprem determinadas categorias normativas como, por exemplo, os imigrantes ilegais ou membros de

⁸ Itálico nosso.

nacionalidades/etnias párias (*Id.*, p. 16-17; ver conceito de *homo sacer* em Agamben, 2007).

Para compreender totalmente as políticas dos Estados modernos é necessário ter em conta a ideia segundo a qual «*public politics on almost any definition is men's politics*» (Cornell, 1996, p. 204). O Estado é uma instituição patriarcal que leva a cabo políticas masculinas, i.e., segundo R. W. Cornell, aquelas mobilizações e lutas que têm no seu âmago os significados conotados socialmente com o género masculino e assim a sua posição nas relações de género (*Id.*, p. 205). Na maioria das vezes, a defesa da ordem patriarcal não requer políticas masculinas explícitas, já que a masculinidade hegemónica⁹ está presente no próprio Estado, enquanto instituição patriarcal, e a rotina diária da instituição reproduzirá essa relação de poder entre géneros; este é o âmago do projeto de masculinidade hegemónica e a razão pela qual na maior parte do tempo este não é um projeto visível. As questões que são trazidas pelo debate político são aquelas que remetem para um determinado projeto de masculinidade hegemónica, e.g. segurança nacional, eficiência económica e competitividade internacional, religião e liberdade individual. Em suma, «*through the everyday working of institutions defended in such terms, the dominance of a particular kind of masculinity is achieved*» (*Id.*, p. 212-213). As questões militares são, neste sentido, a arena por excelência da definição da masculinidade hegemónica no Ocidente, uma vez que tratam a violência em grande escala e, tal como as restantes políticas de masculinidade hegemónica, apresentam exemplos de masculinidade exemplares (*Id.*, p. 213; 214). Masculinidade objeto de problematização enquanto parte de normas e práticas sociais que existem de acordo com as instituições e os indivíduos que as reproduzem e moldam – o conceito «tecnologias do eu» de Foucault segundo o qual estes mecanismos levam a uma autorregulação do indivíduo, mas deixam também espaço para a resistência e, conseqüentemente alteração, é particularmente útil (e.g. Incorporação de mulheres e a possibilidade de desafiar a masculinidade dominante).

É bom frisar, desta forma, que o simbolismo da masculinidade não é fixo (*Id.*, 1996, p. 214). No entanto, é possível encontrar práticas sociais e símbolos relativos a este tipo de masculinidade tanto nos Estados que chamam a si o dever de civilizar o

⁹ Masculinidade dominante no discurso e conseqüentemente nas práticas socialmente aceites, associada a conceitos como o poder, a dominação e a subjugação violenta (Hague, 1997, p. 53 *apud* Skjelsbæk, 2001, p. 225). Poderá ser exacerbada pela hipermasculinidade, ou seja, a exponenciação dos conceitos acima referidos e que se torna visível em contextos militarizados.

mundo, recorrendo ao que apresentam como a violência legítima que Hüppauf referia, como àqueles considerados por esses mesmos Estados como os outros bárbaros.

De acordo com Ariel I. Ahram, os Estados em tempo de crise e de guerra tendem a adotar características hipermasculinas. O uso da violência é disseminado e os homens não são apenas os agentes dessa violência, são também eles que estão por detrás das tomadas de decisão, no que concerne às políticas de segurança e decisões militares. Por oposição, as mulheres são vistas nestes discursos políticos como inocentes, puras e incorporando a paz. São elas que a par das crianças formam na perceção comum os não-combatentes. A imagem predominante é a de mães, irmãs e esposas sacrossantas que valem o sacrifício que se faz pela sua defesa e proteção (Ahram, 2015, p. 58). Defesa e proteção essas que são invocadas mesmo quando se trata das “mulheres dos outros”: veja-se como são usadas, por exemplo, nos discursos belicistas norte-americanos das últimas décadas para justificar as ações militares contra grupos como o *Daesh*: «“*They kill children. They enslave, rape and force women into marriage. They threatened a religious minority with genocide.*”» (Id., p. 57).

A defesa de grupos encarados como vulneráveis pelo discurso político, neste caso o de Barack Obama, é usada para legitimar a ação militar em prol da defesa das mulheres muçulmanas oprimidas pelo terrorismo. Não se trata de uma estratégia de retórica nova, já que este tipo de discurso já fora utilizado insistentemente também para justificar a intervenção no Afeganistão, (embora o *Daesh*, segundo Ahram, ultrapasse a misoginia dos talibãs, vide *id.*, p. 57).

Ao falar de violência não estamos, portanto, a limitarmo-nos à violência estatal ou dentro de uma sociedade, mas estamos também a referirmo-nos à violência entre grupos beligerantes de diversas naturezas – i.e. entre entidades/atores político sacrais. A violência bélica pode ser caracterizada, segundo a definição do estrategista português Abel Cabral Couto, como «violência organizada entre grupos políticos (ou grupos com objetivos de outra natureza), em que o recurso à luta armada constitui, pelo menos, uma possibilidade potencial, visando um determinado fim político (ou de outra natureza), dirigida contra as fontes do poder adversário e desenrolando-se segundo um jogo contínuo de probabilidades e acasos» (Abel Cabral Couto *apud* Fernandes, 2010, p. 249). O problema com esta definição prende-se com o âmbito demasiado abrangente dos grupos e objetivos que esses grupos perseguem na atividade bélica, destacando-se, porém, a questão do jogo contínuo de probabilidades e acaso, já antes sublinhado por

Arendt (Arendt, 2014, p. 14/17/51).¹⁰ Como ressalva Mary Kaldor, tendo como referente vários conflitos armados dos anos 90, «[...] *because of the success in reducing inter-state war, the remaining forms of violence do not fit neatly either into 'war' or 'peace', or into 'political' or 'criminal' violence*» (2013). A situação é tanto mais grave quanto estas populações civis surgem como o principal alvo das ações de guerra, ou seja, da violência bélica seja ela subjetiva ou objetiva.

Esta descrição remete para as ditas *novas guerras*, que não o são efetiva e literalmente, na terminologia de Mary Kaldor. A autora usou a denominação para caracterizar as guerras da era da globalização, que ocorrem em áreas onde os Estados autoritários foram enfraquecidos pela abertura do país ao exterior (as guerras de desintegração da Jugoslávia foram centrais no pensamento de Kaldor e na sua popularização).

Segundo Kador, as novas guerras são o resultado das tendências sociopolíticas da contemporaneidade, desde já pela erosão das ideologias políticas inclusivas que marcaram a segunda metade do século XX: o socialismo e o nacionalismo pós-colonial; a migração urbana e global e o desenvolvimento das novas tecnologias de comunicação que motivam a crescente preocupação com a defesa de uma identidade étnica, religiosa ou tribal que se vê afastada do Estado. Os guerreiros destas novas guerras são uma combinação complexa de redes não-estatais e estatais, que passam pelos mercenários, empresas privadas, senhores da guerra, jihadistas e paramilitares. São, muitas vezes, estas guerras que definem a própria identidade dos combatentes e das populações afetadas pelos combates, já que a mobilização em torno desta identidade é muitas vezes o objetivo da guerra (ou seja, o conflito armado sustentado num discurso étnico agressivo tem uma função performativa de criar essa própria identidade étnica ambicionada).

As batalhas tradicionais são raras e o território é conquistado através do controlo da população e, no caso de identidades antagónicas, da expulsão. A violência é, portanto, direcionada contra civis. As *novas guerras* são motivadas por ganhos

¹⁰ Uma alternativa a esta definição poderá passar por definir a guerra como «violência organizada entre grupos políticos (ou grupos político-sacrais), em que o recurso à luta armada constitui, pelo menos, uma possibilidade potencial, visando um determinado fim nos limites (de preferência exteriores) da política (ou fins políticos em grande parte, mas não na totalidade, a partir da modernidade), dirigida contra as fontes do poder adversário e desenrolando-se segundo um jogo contínuo de probabilidades e acaso» (Fernandes; 2013, p. 72), ressaltando a queda da expressão «organizada» na sua última versão do conceito.

económicos, mas é difícil distinguir se se cobrem razões económicas com objetivos políticos ou se as atividades criminosas financiam a causa política.¹¹ Independentemente da relação, as novas guerras são parte da economia globalizada e descentralizada. Entre outras tendências que caracterizam este tipo de guerras, é importante frisar a crescente desproporcionalidade de meios tecnológicos entre as partes, a força das redes criminosas, das diásporas e o papel das conexões globais e tecnologias de informação. Estas últimas permitem a divulgação de imagens de uma guerra local, transformando-a numa global por força de campanhas humanitárias ou do medo causado por atos terroristas tornados mediáticos. Os meios jornalísticos são assim fundamentais na operacionalização destas táticas de guerra.

Na realidade, estas guerras não são *novas*, uma vez que os seus elementos constituintes sempre estiveram presentes em conflitos armados ao longo da História – com exceção da globalização e tecnologia. No entanto, o objetivo da terminologia é sobretudo metodológico, pois permite uma maior atenção ao impacto da violência bélica nas condições de vida das populações civis, assim deslocando o foco de análise académico das guerras ditas tradicionais – na conceção anglo-saxónica, que não é forçosamente a mais completa em termos analíticos – pois o foco de análise académica influencia as soluções políticas que são adotadas. Se o carácter da violência organizada – ou de acordo com Horta Fernandes violência bélica – muda, é necessário que essa mudança se reflita na produção académica e em soluções políticas.

A guerra é o ambiente em que se representa de forma mais clamorosa a intersubjetividade inerente ao fenómeno violento. A dimensão do Outro é neste sentido essencial, é no outro que se joga a ideia da própria autoconsciência do Eu, a identidade é um produto da existência e reconhecimento de um Outro – de uma alteridade. Esta ideia remonta à filosofia do espírito de Hegel (Cf. Habermas, 2014). Não obstante, para Hegel a força inerente ao reconhecimento mútuo entre duas pessoas – no sentido jurídico do termo, quer seja ele coletivo ou individual – deriva da relação formal entre pessoas jurídicas (Habermas; 2013, p. 39). Assim, a guerra é um paradoxo na medida em que a luta de vida e morte pelo reconhecimento de duas pessoas – neste caso coletivas –, que se desprezam, acaba por sacrificar a própria fórmula do

¹¹ É interessante notar o crescente contraste que existe nas sociedades globalizadas entre a abertura aos crescentes fluxos económicos, impedindo os limites à circulação de bens e capitais, e, por outro lado, as restrições que são feitas à circulação de pessoas (Kaldor, 2013). Pense-se, por exemplo, nas construções de muros no México, na Hungria ou na Cisjordânia.

reconhecimento, i.e. da totalidade particular, pois «[...] a consciência total reconhecida só existe enquanto se remove, é agora um conhecer desta mesma consciência; é ela própria que faz tal reflexão de si em si mesma, de modo que a totalidade particular, ao querer manter-se e ser como tal, sacrifica-se a si mesma absolutamente, suprime-se e, deste modo, faz o contrário do que pretende. [...] O destino cumpre-se nos combatentes, não, claro está, como o destino enquanto castigo para o criminoso, mas, no entanto, de modo semelhante, como a aniquilação da autoafirmação cindida da totalidade ética.» (*Id.*, p. 19). A existência de um Eu implica uma alienação e parte da esfera intersubjetiva, em última análise o que se pretende que resulte da hecatombe é a reconciliação (*Id.*, 2013, p. 36).

Pensar a violência obriga-nos assim também a pensar-nos a nós mesmos através dos laços que nos unem ao outro enquanto corpos vulneráveis. Como defende Judith Butler:

The body implies mortality, vulnerability, agency: the skin and the flesh expose us to the gaze of others, but also to touch, and to violence, and bodies put us at risk of becoming the agency and instrument of all these as well. Although we struggle for rights over our own bodies, the very bodies for which we struggle are not quite ever only our own. The body has its invariably public dimension. Constituted as a social phenomenon in the public sphere, my body is and is not mine (Butler, 2004, p. 26).

A ideia da vulnerabilidade e da mortalidade do corpo, que nos constitui enquanto seres vivos, liga-nos uns aos outros. É esta dimensão relacional de interdependência que possibilita a violência, na medida em que esta última mais não é do que uma exploração desse laço que nos une uns aos outros enquanto corpos mortais. Somos vulneráveis enquanto corpos à ação e vontade uns dos outros, podendo em última análise expurgar o corpo do outro de vida – «*to the extent that we commit violence, we are acting on another, putting the other at risk, causing the other damage, threatening to expunge the other*» (*Id.*, p. 27-28).

Segundo Wolfgang Sofsky, este ato visceral não é mais que aquilo que é, pois a dor é a dor, não contém em si nenhuma mensagem, nem remete para nada (1996, p. 69 *apud* Ribeiro, 2013, p. 24-25). Como afirma António Sousa Ribeiro «a percepção da infinita vulnerabilidade do corpo em sofrimento é concomitante com a interrogação

sobre tudo aquilo que nesse sofrimento se furta à possibilidade de conceptualização na sua representação» (Ribeiro, 2013, p. 24-25).

O conceito de Orientalismo

Ora, de que outra forma seria possível o reconhecimento, ou a construção e representação do Outro senão através da linguagem? Segundo Jürgen Habermas «sob o título *linguagem*, Hegel introduz com razão a utilização de símbolos representativos como primeira determinação do espírito abstrato» (2013, p. 30). Ou seja, é através da linguagem que construímos as nossas conceções do mundo que nos rodeia. Estas conceções não fazem sentido fora de um mundo cultural determinado, por outras palavras, é dentro de um determinado sistema de tradição cultural que a linguagem adquire existência e significado. Na prática, a linguagem é a linguagem de um povo que se reconhece a si enquanto consciência individual e universal, ela expressa o pensamento de uma comunidade enquanto ação comunicativa, na conceção de Habermas, «[...] pois só as significações intersubjetivamente válidas e constantes, que se obtêm da tradição, facultam orientações com reciprocidade, isto é, expectativas complementares de comportamento» (2013, pp. 30-31).

A linguagem enquanto instrumento intersubjetivo permite-nos compreender o argumento de Edward Said. A construção do Eu depende de um Outro a quem nos possamos opor enquanto construções humanas (Said, 2003, p. 1-2, 5). Para Said o Oriente representa esse Outro na formação da identidade Europeia e Ocidental, por outras palavras, o Orientalismo, que desenvolve ao longo do seu trabalho académico, é «[...] *a way of coming to terms with the Orient that is based on the Orient's special place in European Western experience [...]*» (2003, p. 1), mais «*the Orient is an integral part of European material civilization and culture*» (2003, p. 2). O Orientalismo é, neste sentido, uma forma de pensamento baseada numa distinção entre o Oriente e o Ocidente, é a partir daqui que se fazem declarações, visões com carácter de autoridade, se descreve, ensina e governa o Oriente – é um instrumento de dominação e autoridade do Ocidente em relação ao Oriente através do discurso, entendido por Said na aceção de Michel Foucault (1997, pp. 10-11).¹² É através dele que a cultura e identidade europeias ganham força e se projetam (Said, 2003, p. 2-3).

¹² «[...] o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo pelo qual, e com o qual se luta, o poder do qual nos queremos apoderar» (Foucault, 1997, pp. 10-11).

O discurso é entendido, de acordo com a concepção foucaultiana, como uma narrativa produzida, controlada, selecionada, organizada e distribuída numa sociedade de acordo com certo número de procedimentos cujo objetivo é expiá-la dos seus poderes e perigos, dominar os acontecimentos e a sua materialidade (Foucault, 1997, pp. 9-10). Na nossa sociedade, a produção dos discursos está limitada por certos procedimentos externos e internos. O principal é a *vontade de verdade* (*Id.*, p. 17) e o controlo exercido sobre os indivíduos que o produzem e que a ele têm acesso (*Id.*, p. 29). Dentro desta lógica, percebem-se as razões que levam os discursos dos *media* a serem alvo de acusações por serem «[...] *new and autonomous forms of power – the ‘fourth estate’ – or at least being in the service of the economic and political powers in general, of being ideological apparatuses that guarantee the reproduction of social domination, or of using a symbolic violence that guarantees the alienation of those who are dominated but who do not even have the categories that might allow them to realize it*» (Wievorka, 2009, p. 67). Esta grelha de análise é extremamente pertinente nas temáticas, aqui analisadas, da sexualidade e da política (Foucault, 1997, p. 10), tendo em conta que o autor estava ciente do carácter violento do discurso como imposição (1997, p. 40).

Acresce aos problemas do discurso enquanto meio de dominação a representação daqueles que não se podem representar. Aqui o discurso é, concomitantemente, uma forma de *falar por* que elimina a agência dos dominados já que estes não têm capacidade/poder de falar por si. São aqui jogados vários tipos de violência, incluindo a epistémica.

Mas onde é que a violência se repercute na prática? A resposta é bastante simples: no corpo. O corpo enquanto fenómeno social e que, como refere Judith Butler, se encontra exposto aos outros – vulnerável e dependente das condições sociais e instituições que o rodeiam (Butler, 2009, p. 33; Sloterdijk, 2013, p. 112). O corpo não é condicionado apenas pelas escolhas pessoais porque os constrangimentos sociais são intrínsecos a essa escolha (Asad, 2009, p. 30). Asad considera que, para o Ocidente, o corpo é uma propriedade do indivíduo, no sentido jurídico que cada pessoa *possui* o seu corpo, é dele *proprietário*, e por isso o trespasse ou a exploração sexual do corpo de uma pessoa são matérias de grande interesse e alvo de grande preocupação para os ocidentais (*Id.*, 2009, p. 28). O mesmo se passa com o conceito de liberdade (*Ibid.*), que, também ele sendo uma forma de propriedade inalienável ao seu corpo vivente, permite ao homem dispor do seu corpo, afeição e discurso como propriedades pessoais que o

constituem como pessoa (*Id.*, p. 30). Segundo o autor, ao contrário do mundo muçulmano em que o conceito fundamental de disrupção social é a sedução (*Ibid.*) devido à perda de autocontrolo do indivíduo e subsequente violência e discórdia social que daí advenha (*Id.*, p.44), na sociedade liberal é a violação do corpo, com intentos sexuais, contra a vontade individual que constitui crime contra o direito de propriedade e uma forma de violência. A manipulação do desejo do indivíduo não é considerada pelo mundo liberal ocidental como um crime, na medida em que essa manipulação é fundamental ao desenvolvimento de uma sociedade capitalista moderna. A democracia de mercado depende da perda de controlo do consumidor e o próprio funcionamento do sistema político é baseado na capacidade de os políticos seduzirem os seus eleitores (*Ibid.*).

Numa primeira leitura, o autor parece enveredar por uma certa metaforização da sexualidade, correndo o risco de esvaziar as relações de poder que pautam as relações físicas entre corpos sexualmente marcados, reduzidos a signos ao serviço da crítica a um determinado sistema económica. Pois, se é importante analisar o impacto do sistema económico, social e político nas estruturas discursivas e de pensamento que pautam a sociedade ocidental também não se poderá esquecer o impacto da violência nos corpos das vítimas – em última análise a ameaça é existencial. Ao mesmo tempo é importante ressaltar também outros problemas que advêm desta abordagem, pois se é verdade que a generalização de certos discursos no dito «Ocidente» produzem e reproduzem uma certa visão do «Oriente» à qual denominamos Orientalismo, não deixa de ser menos verdade que a existência de um discurso que generalize o pensamento do «Ocidente» não deixa de incorrer no mesmo tipo de problema ao produzir e reproduzir uma certa visão do mesmo, para a qual Edward Said alerta denominando-a Ocidentalismo (Said, 2003, p. 330-331).¹³ Por outras palavras, para sermos intelectualmente honestos teremos que ter em conta a existência de discursos alternativos tanto no Ocidente como no Oriente e referir-nos ao discurso analisado por Asad como um certo discurso ocidental hegemónico, embora não possamos deixar de notar que de certa forma, ao generalizar as visões do Oriente e ao definir uma dicotomia entre Ocidente e Oriente, também ele, à sua maneira, reproduz um discurso Orientalista.

¹³ A referência feita por Said respondia às críticas que liam o seu livro como sendo um anti-Ocidentalismo. O autor argumenta que essas críticas partiam de «[...] *the claim imputed to me that the phenomenon of Orientalism is a synecdoche, or miniature symbol, of the entire West, and indeed ought to be taken to represent the West as a whole*» (Said, 2003, p. 331).

Dir-se-ia mais, por outro lado, que ao sistema descrito por Asad corresponde, ao mesmo tempo, uma despolitização da população que através da mediatização é sujeita ao domínio político-burocrático que elimina da discussão pública as questões práticas e que acaba com a opinião pública (Habermas, 2013, p. 71, pp. 122-123). Ora, é esta burocracia técnico-científica que decide os assuntos políticos e as opiniões dos seus peritos (Sloterdijk, 2014, p. 113) que perpassam através dos *media*.

No assunto que aqui abordamos vale a pena ter em consideração a influência de alguns desses peritos ou burocratas técnico-científicos – os Orientalistas. São precisamente estes peritos, formatados pelo mesmo tipo de discurso criticado por Edward Said que influenciam não só as políticas ocidentais como as opiniões da própria população, que, em grande parte, as encara como verdades objetivas legitimadas pelas instituições académicas. Aliás, esta crítica foi sublinhada por Edward Said em 2003 aquando da II Guerra do Golfo. Segundo Said «*there is, after all, a profound difference between the will to understand for purposes of co-existence and humanistic enlargement of horizons, and the will to dominate for the purposes of control and external dominion*». No caso da II Guerra do Golfo, o conhecimento dos académicos orientalistas – alguns apoiantes explícitos da invasão – fora usado e nalguns casos instrumentalizado para fins de controlo e dominação de um país do Sul. A guerra contra o Iraque foi, neste sentido, «[...] *an imperialist war confected by a small group of unelected US officials (they've been called chickenhawks, since none of them ever served in the military) [...] but disguised for its true intent, hastened and reasoned for by Orientalists who betrayed their calling as scholars*» (2003, p. xv).

Neste âmbito, a vida política passou a ser determinada por uns quantos especialistas, peritos e técnicos cuja autoridade deriva dos conhecimentos que possuem – dentro do esquema saber/poder foucaultiano (Cf. Foucault, 2014). As políticas públicas influenciadas por estes especialistas fogem ao debate da população, tida como pouco informada, contribuindo para a despolitização da população, isto é, a política deixou de ser um espaço de discussão de alternativas dentro de uma comunidade plural para se tornar na mera gestão da vida onde a técnica e o conhecimento se sobrepõem ao debate apresentando-se como a única alternativa viável – a esta gestão despolitizada da vida humana chamamos de biopolítica pós-política (Cf. Agamben, 2007; Habermas, 2013; Rancière, 1999; Žižek, 2009, p. 43).

Concomitantemente, e articulando a análise com o conceito de identidade e pertença, já antes aludido, a própria comunidade política que se constitui em oposição a outro desenvolve um sentimento de pertença e responsabilidade para com os seus membros – aqueles que se assemelham a mim (Butler, 2009, p. 36). Esta identidade e sentimento de pertença que influencia a direção e a nossa capacidade de afeto, ou seja, a nossa capacidade de nos compadecermos para com o sofrimento tem uma enorme importância política (*Id.*, p. 46).¹⁴

Pegemos num certo discurso francês como exemplo extremo, um discurso que, todavia, tem uma história de defesa de valores republicanos laicos que dificilmente encontra paralelo noutros países ocidentais (e se encontra quase numa posição de oposição ao que se verifica em países como os Estados Unidos). Ora, apesar da sua especificidade e do facto de contar com uma história longa e complexa no contexto da formação do Estado francês moderno e das suas relações com a Igreja Católica, esse discurso francês não deixa, porém, de ser um bom ponto de partida para uma análise de um certo Orientalismo europeu.

O discurso laico francês do presente é um discurso particularmente interessante dentro do Ocidente, que se arreiga ele próprio de carácter universalista, instrumentalizando e manipulando estes valores na desqualificação de uma parte da população, e.g. trata-se de um discurso republicano francês que distingue os ‘bons’ dos ‘maus’ franceses, sendo os ‘bons’ aqueles que defendem a laicidade ou a liberdade de expressão e os ‘maus’ os ‘imigrantes, os comunitaristas, islamitas, intolerantes, sexistas etc’ (Cf. Rancière, 2015).¹⁵ De acordo com Jacques Rancière, os grandes valores universais como a laicidade, a igualdade legal, a igualdade entre homens e mulheres funcionam atualmente como instrumento de uma distinção entre «nós», que aderimos a todos estes valores, e «eles», que não os respeitam, por outras palavras acabam por servir como argumentos xenófobos e racistas (*Ibid.*). A laicidade do Estado francês permite ver como atualmente essa componente da modernidade está a ser usada como

¹⁴ Tendo em conta Talal Asad, a nossa resposta moral, que toma a forma de afeto, é regulada tacitamente por certos tipos de enquadramentos interpretativos (se nos situamos no Ocidente ou no Oriente), o que sentimos é condicionado pela maneira como interpretamos o mundo e a maneira como interpretamos altera a maneira como sentimos (Butler, 2009, p. 41)

¹⁵ É necessário atentar no contexto histórico, cultural e social que permitiu a existência da laicidade francesa – a luta contra a Igreja e a Monarquia no contexto revolucionário francês dos séculos XVIII e XIX –, bem como nas variações do discurso de laicidade dentro do espectro político-partidário francês – entre a laicidade da extrema-direita, direcionada unicamente contra a religião islâmica e que exalta o passado/origens cristãs, e a extrema esquerda, que se posiciona contra a ingerência de qualquer religião no espaço público.

elemento do discurso de exclusão de certas comunidades. Ora, as repercussões deste discurso são óbvias, tanto para as comunidades que vivem em França como para aquelas que vivem nos seus países de origem no Magrebe, Próximo e Médio Oriente. Um dos exemplos da instrumentalização do discurso feminista secular e ocidental articulado com o universalismo do republicanismo francês na definição da política de migração, nomeadamente ao nível da justificação pública, é-nos dado por Miriam Ticktin (2008) – e será analisado na subsecção seguinte.

Como se verificou sobretudo no rescaldo dos atentados de Paris, primeiro à sede da revista satírica *Charlie Hebdo* em janeiro de 2015 e em novembro do mesmo ano a vários pontos da cidade, em numerosos discursos de defesa da laicidade, esta tem-se tornado também um veículo (ou talvez pretexto) para a propagação da islamofobia, com o Islão a ser sumariamente equiparado a uma visão do mundo dogmática e violenta avessa à convivência com a diferença e à laicidade. Ou seja, em certos discursos os assassinos de Charlie Hebdo e os perpetradores do atentado de novembro são transformados no paradigma do ser muçulmano, uma equiparação de carácter islamofóbico. Como refere a ativista catalã Brigitte Vasallo, a islamofobia define-se como «[...] *los prejuicios y el miedo contra el islam y las personas musulmanas*» (Vasallo, 2015). Assim, as atitudes islamofóbicas mais frequentes, segundo o *think tank* Runnymede Trust¹⁶ são: 1) compreender o Islão/os muçulmanos como uma entidade monolítica ou estática, incapaz de se adaptar a novas realidades; 2) entendê-los como diferentes, separados e independentes, não influenciados por fatores culturais e sem valores comuns com outras culturas; 3) entendê-los como inferiores, bárbaros, irracionais, primitivos e sexistas; 4) vê-los como inimigos agressivos, animosos, aliados ao terrorismo e choque de civilizações; 5) entender o Islão como ideologia política ou militar; 6) rejeitar sem qualquer consideração qualquer crítica feita na Europa por pessoas ou entidades muçulmanas; 7) justificar práticas discriminatórias contra muçulmanos e 8) entender a hostilidade contra muçulmanos ou o Islão como algo «natural» (Runnymede Trust, 1997 *apud* Vasallo, 2015).

É importante, no entanto, frisar que quando falamos em muçulmanos estamos a falar de «[...] *todo el mundo que sea leído, correctamente o incorrecta, como tal*», o que implica que todas as pessoas vistas como muçulmanas, ainda que ateias ou não

¹⁶ Ver estudo completo sobre a Islamofobia da Runnymede Trust em <http://www.runnymedetrust.org/uploads/publications/pdfs/islamophobia.pdf>.

religiosas, sejam visadas pela islamofobia. O mesmo se aplica às pessoas vistas como árabes independentemente da sua confissão religiosa, e todas aquelas que independentemente da sua tradição cultural ou etnia sofram deste tipo de preconceito/estereótipo, i.e., *amazigh*, curdas etc. (Vasallo, 2015). Não se tem, portanto, em conta a identificação pessoal de cada um. A islamofobia é assim um ato preconceituoso e sustentado em estereótipos que nega agência às pessoas alvo e ignora as suas identidades pessoais diversas.

A islamofobia não é, porém, um conceito recente. De acordo com Fernando B. López «[...] *the term is at least a hundred years old*» (López, 2011, pp. 6/19). O termo já havia sido explorado por autores do século XIX e XX e designava a atitude dos europeus, de retratar o Islão e os muçulmanos como os inimigos absolutos, eternos e implacáveis a Cristandade, dos cristãos, dos europeus e da Europa (*Id.*, pp. 19-20). Para López, a islamofobia não é em si nem uma forma de intolerância religiosa nem uma forma de racismo biológico/racismo cultural, embora em certas circunstâncias se misture com estas formas de rejeição; a racialização da identidade islâmica é uma consequência da visão dos muçulmanos como inimigos (*Id.*, pp. 20-21).¹⁷

Por outro lado, na conceção de Brigitte Vasallo, esta associação abusiva da identidade pessoal do Outro tem por base a confusão entre tradição cultural, racialização, apelidos e filiação religiosa. A islamofobia nasce da construção daquilo que Vasallo denomina de mito identitário a partir da oposição binária mas fictícia, já aludida, entre Europa laica (ou cristã) e o Islão/muçulmanos como algo estrangeiro, como o inimigo externo (Vasallo, 2005). Esta leitura reducionista afeta não só aqueles que denominamos terroristas, como aquelas pessoas que identificamos como muçulmanas vindas das segundas e terceiras vagas de imigrantes, encarando a migração como fator hereditário e não como um processo. Traduz-se também na estrangeirização das pessoas recentemente convertidas ao Islão (*Ibid.*). Vasallo aborda aqui um ponto importante da luta contra a islamofobia, isto é, o objetivo não é desculpabilizar nem idealizar os atos terroristas e aqueles que os cometem, mas sim evitar que equiparemos todos aqueles que nos parecem diferentes de nós como terroristas.

¹⁷ A diferença entre a racialização e a ideia religiosa da islamofobia recai sobre o determinismo ou o voluntarismo da identidade. Se a identidade é tida como voluntária liga-se à intolerância religiosa, se é tida como inerente e determinada então é racializada (López, 2011, p. 4).

A ligação entre o Orientalismo e a islamofobia é bastante intrincada.¹⁸ O Orientalismo é definido como um determinado discurso que chama a si o conhecimento de uma massa à qual chamam Oriente com o objetivo de utilizar esse conhecimento para dominá-lo. A islamofobia é um outro discurso que resulta do conhecimento difundido por alguns orientalistas, e, principalmente, por eles alimentado. Enquanto o Orientalismo se reveste da cientificidade dos especialistas do Oriente, a islamofobia é um medo mediático e generalizado em relação às populações baseado em conhecimentos em certa medida difundidos pelos primeiros ao retratarem o Islão e os muçulmanos como inimigos. Este medo alimenta fenómenos como a recusa da imigração muçulmana com base em estereótipos alimentados pelos *media* (Cf. Ticktin, 2008).

O Orientalismo e, mais especificamente, a islamofobia moldam, desta forma, o discurso ocidental intervencionista que, por sua vez, tem por base a neutralidade ideológica capitalista de uma era bio¹⁹ e pós-política (Žižek, 2009, p.43). É por isso que o filósofo Slavoj Žižek considera que devemos resistir ao apelo da ação, ao SOS humanitário que nos impede de ver a interação entre os três níveis de violência e nos prende ao mais visível, mais óbvio, que nos desloca a atenção do nível mais profundo e normalizado da violência – a objetiva e simbólica (Žižek, 2009, p. 19).

Orientalismo sob a perspectiva do Género

“¿Cómo es que nos permitimos hacerlo tan alegremente con mujeres y contextos que ni conocemos ni nos hemos preocupado de conocer, ni de escuchar, ni de entender?”

Brigitte Vasallo, *Perder el Norte*, 2013.

A inter-relação entre os estudos pós-coloniais e o feminismo tem permitido moldar ambas as perspectivas teóricas. Por um lado, o feminismo tem vindo a questionar pressupostos dentro do discurso pós-colonial e, por outro, os estudos pós-coloniais permitiram questionar os discursos dominantes no feminismo ocidental, alertando para pressupostos problemáticos (Ashcroft; Griffiths; Tiffin, 2008, p. 233). Da relação e diálogos/debates entre ambas, desenvolveu-se o campo do feminismo pós-colonial cuja noção mais influente tem sido a da dupla colonização, ou seja, a ideia segundo a qual as mulheres das sociedades que foram/são alvo de colonialismo são colonizadas tanto pela

¹⁸ Edward Said não usa o termo n' *Orientalismo*, nem em *Covering Islam*. Inclui o termo apenas no artigo de 1985 «Orientalism reconsidered». *Cultural Critique* 1, pp. 89-107 (López, 2011, p. 19).

¹⁹ «Poder-se-ia dizer que ao velho direito de fazer morrer ou de deixar viver se substituiu um poder de fazer viver ou de resgatar da morte» (Foucault, 1976, p. 122 *apud* Esposito, 2010, p. 58).

ideologia imperialista como pela patriarcal. Por outras palavras, estas autoras denunciam a forma como a subalternidade e opressão das mulheres muçulmanas é institucionalizada e calcificada tanto pelas práticas patriarcais das sociedades em que se inserem como pelas feministas ocidentais cúmplices de agendas imperialistas (Hasan, 2005, p. 27; Cf. Mahmood, 2005). Ora, embora o conceito tenha integrado o vocabulário dos académicos supramencionados, só recentemente começou a ser teorizado (Ashcroft; Griffiths; Tiffin, 2008, p. 233) e criticado.

Em primeiro lugar, é importante sublinhar que o conceito de responsabilidade social deve ser a base de qualquer teorização da literatura pós-colonial, como defende Ketu H. Katrak (2008, p. 239). A crítica da autora incide sobretudo sobre a pouca produção de escritos pós-coloniais ou o descarte/a desvalorização desses mesmos escritos por numerosos académicos ocidentais por considerarem que não são suficientemente teóricos para os padrões ocidentais; a utilização desses mesmos escritos como matéria-prima utilizada pelos produtores e consumidores de teoria ocidental; assim como a produção deste tipo de conhecimento como um fim em si, destinado unicamente para consumo interno da academia, a única a entender a linguagem privilegiada utilizada (*Ibid.*). Ao mesmo tempo, o recurso, nos estudos pós-coloniais, a modelos teóricos etnocêntricos ou discursos hegemónicos ocidentais para validar a interpretação dos textos pós-coloniais leva à cumplicidade dos intelectuais ocidentais «[...] *in an endeavor that ironically ends up validating the dominant power structures, even when they ideologically oppose such hegemonic power* [...]» (Katrak, 2008, p. 240).

Um dos contributos mais importantes, na crítica aos estudos pós-coloniais e da subalternidade, é o de Gayatri Spivak, no seu famoso ensaio «Can the Subaltern Speak?» de 1988. Para Spivak, a produção de teoria é também uma prática (2008, p.28). Neste sentido, e parafraseando Mohanty, a produção académica é uma prática discursiva assim como é política, que se mostra prescritiva e ideológica ao intervir e participar em determinados discursos hegemónicos, pois a prática académica feminista insere-se nas relações de poder existentes (suportando-as ou resistindo-lhes) (1988, p. 62). Por outro lado, a produção teórica, mesmo tendo como objetivo a emancipação dos grupos marginalizados, pode cair na armadilha de reproduzir o mesmo tipo de práticas que critica, como afiança Katrak.

A questão da agência é aqui central. Se tivermos em conta que aqueles a quem Spivak chama de subalternos são entes que se caracterizam pela sua posição dentro da lógica de mobilidade social – daqueles a quem a mobilidade social é negada, mas que não possuem identidade e, por isso, não possuem voz na medida em que o que dizem/reivindicam não é reconhecido como tal. Ora, a falta de agência inerente à sua posição leva a autora a analisar o conceito de representação. A representação tem, segundo Spivak, um duplo significado: «falar por», *vertreten* ou «re-presentar» (apresentar-se como), como na arte e na filosofia *darstellen* (2008, p. 28). Este desdobramento do conceito de representar permite-nos perceber a crítica de Spivak aos estudos pós-coloniais, pois, no seu ponto de vista, a prática radical deveria ter em conta este desdobramento ao invés de reintroduzir um sujeito individual através de conceitos totalizantes de poder e desejo (2008, p. 31). Antes de mais, o que defende é a necessidade dos estudiosos da subalternidade se questionarem acerca da possibilidade do subalterno agir e ter voz (2008, p. 32), para que a sua resistência seja reconhecida. Esta preocupação não é tida em conta quando «[...] *the metropolitan feminist migrant (removed from the actual theater of decolonization) asks the question of simple semiosis – What does this signify? – and begins to plot a history*» (Spivak, 2008, p. 33). Este tipo de práticas é um exemplo da violência epistémica ideológica, pois representa, nas palavras da autora, «[...] *remotely orchestrated, far-flung, and heterogenous project to constitute the colonial subject as Other*», ou por outras palavras “*this project is also the asymmetrical obliteration of the trace of that Other in its precarious Subject-ivity*» (Spivak, 2008, p. 31).

Ora, tanto a representação como a própria colonização implicam uma relação de dominação estrutural e a supressão política e discursiva da heterogeneidade do sujeito em causa (Mohanty, 1988, p. 61). A análise de Chandra Mohanty incide sobretudo na produção, apropriação e codificação do conhecimento sobre uma «Mulher do Terceiro Mundo» como um sujeito monolítico em certos textos de feministas ocidentais, e cujas categorias analíticas aplicadas refletem em primeiro lugar os seus interesses contextuais (1988, p. 61; Hasan, 2012, p. 59). A construção da «mulher do Terceiro Mundo» implica uma noção de diferença sexual/género e do patriarcado como categorias aplicáveis universalmente, sem que se tenha em conta os seus contextos identitários (Mohanty, 1988, p.64; Dunn, 2008, p. 47), constituindo as mulheres enquanto grupo de acordo com a opressão universal que supostamente partilham – as «Mulheres» (*Id.*, p. 63/65). Por

outro lado, o género feminino no «Terceiro Mundo» é caracterizado nessa visão como sexualmente constrangido, ignorante, pobre, iletrado, tradicionalista, religioso, domesticado, ligado à família, vitimizado, em contraste com a caracterização implícita das mulheres ocidentais como educadas, modernas, com controlo sobre os seus corpos e sexualidade, em suma, livres de escolher, i.e. estamos perante caracterização que se traduz numa dicotomia entre um Islão opressivo e um Ocidente igualitário (*Id.*, 1988, p. 65; Ho, 2007, p. 290 *apud* Hasan, 2012, p. 57).

A violência, física e especificamente a sexual, direcionada contra mulheres, ajuda à definição universal e sistemática das mulheres enquanto vítimas do controlo masculino e sexualmente oprimidas (*Id.*, p. 67). As mulheres são assim constituídas enquanto grupo através da relação de dependência com os homens que as estabelecem (*Id.*, p. 68). Este discurso tem estado presente tanto em notícias que pretendem relatar as guerras do Médio e Próximo Oriente como, mais recentemente, sobre os migrantes/refugiados como «hordas de violadores».²⁰ É a partir destas imagens que a mediatização dos casos de violência sexual nos países árabes/muçulmanos é muitas vezes feita, mais precisamente a partir da naturalização do árabe/muçulmano como uma masculinidade agressiva, sexual e consequentemente maliciosa. O estudo, acima aludido, de Miriam Ticktin (2008) sobre a instrumentalização do discurso feminista na implementação de medidas políticas de migração restritiva fornece-nos um bom exemplo da utilização deste tipo de estereótipos para fins políticos. A análise da autora apoia-se em dois exemplos, a lei que visava combater a prostituição (*loi pour la sécurité intérieure*) de 2003 – onde se criminalizou a solitação passiva, provocando um

²⁰ Um dos casos mais visível foi, certamente, aquele que ocorreu em Colónia, na Alemanha, durante a passagem de ano (2015-2016), aquando de um incidente que envolveu assaltos, assédios sexuais e violações em que as vítimas identificaram os agressores como sendo «árabes ou magrebinos», o que consequentemente gerou uma onda de protestos e a instrumentalização por parte de grupos xenófobos contra os refugiados vindos de países árabes e Norte de África, como o *Patriotische Europäer gegen die Islamisierung des Abendlandes (aka PEGIDA)* – vide <http://www.spiegel.de/international/germany/cologne-shocked-by-sexual-assaults-on-new-years-eve-a-1070583.html>. A imprensa séria alemã alertou desde o início para a dimensão mais limitada do acontecimento, no qual participaram não refugiados sírios, mas sim magrebinos e inclusivamente alguns alemães alcoolizados. No entanto, na prática esta distinção não fazia diferença para o discurso xenófobo de movimentos como o PEGIDA. É preciso não esquecer que os acontecimentos de Colónia surgem depois de meses de boatos infundados sobre violações de alemãs por refugiados. Desta maneira, os eventos da passagem de ano foram instrumentalizados para reforçar estereótipos étnicos que associam a masculinidade árabe a uma masculinidade violenta e ultramisógina, e ao aumento da violência sexual contra as mulheres. É preciso também não esquecer que se, por um lado, devemos falar de instrumentalização do discurso feminista pelos movimentos xenófobos, não se poderá descurar tão pouco a participação de certos setores feministas nas manifestações anti-imigração que se seguiram, não obstante muitas feministas alemãs se terem distanciado abertamente desta instrumentalização racista e manifestado contra o sexismo e racismo).

afastamento das mulheres do espaço público e conseqüentemente a uma maior vulnerabilidade e dependência de possíveis exploradores, ao mesmo tempo que permitia a deportação com base na solicitação passiva e ativa de migrantes mesmo legais – e a lei que visava a eliminação/proibição de símbolos religiosos em escolas em 2004 (*Id.*, p. 866). De acordo com a autora «[...] *put in the larger context of debates in France about immigration, national security and growing Europe-wide form of Islamophobia, the focus on sexuality – and sexual violence, more specifically – can be explained by the fact that it became the discourse of border control and the way borders are policed*» (*Id.*, p. 864). Ticktin conclui assim que esta legislação e o discurso mediático legitimado por preocupações feministas que a sustentou são o resultado sobretudo de estereótipos construídos em França para retratar migrantes e as minorias argelinas e marroquinas. Considera também que serviram essencialmente para justificar as políticas de restrição da migração, deportação e intervenções internacionais mascaradas com a narrativa da salvação e emancipação das mulheres migrantes e das mulheres muçulmanas.

Já antes Mohanty acusara as feministas que informam este tipo de discursos sobre a «salvação das mulheres do Terceiro Mundo» de tentarem descobrir alguns casos de grupos de mulheres marginalizadas para provar a sua argumentação ocidental segundo a qual as mulheres como grupo homogêneo são um grupo marginalizado, sem antes problematizarem as especificações materiais e ideológicas que constituem um grupo de mulheres como marginalizado (1988, p. 66). Mohanty acusa este pensamento feminista de ver a mulher como um sujeito político-sexual já constituído mesmo antes de estar inserido no contexto social em que se situa (*Id.*, p. 68). Não é tida em conta a «mulher» enquanto sujeito/agente inserido num determinado contexto histórico e heterogêneo, mas sim a «Mulher» construída de forma universal e arbitrária pelo discurso hegemónico ocidental humanista, que apropria e coloniza as experiências destas mulheres (*Id.*, p. 62-63). Segundo Mohanty:

For in the context of a first/third-world balance of power, feminist analyses which perpetrate and sustain the hegemony of the idea of the superiority of the west produce a corresponding set of universal images of the 'third-world woman', images like the veiled woman, the powerful mother, the chaste virgin, the obedient wife, etc. These images exist in universal ahistorical splendour, setting in motion a colonialist discourse which exercises a very specific power in defining, coding and maintaining existing first/third-world connections. (Mohanty, 1988, p. 81).

Esta imagem da «mulher do Terceiro Mundo» tem funcionado como pilar para muitos discursos que legitimam as intervenções militares ocidentais no Médio Oriente. Está subjacente, por um lado, à já referida caracterização dicotómica entre combatente masculino agressor/civil feminino vítima e, por outro, à dicotomia discursiva dos países que levam a cabo intervenções armadas externas que retratam o inimigo como o agressor e o lado que se representa como salvador (Ahram, 2015, p. 57; veja-se, por exemplo, o discurso de Laura Bush aquando da intervenção no Afeganistão, depois do 11 de Setembro de 2001, Rawi, 2004 *apud* Hasan, 2012, p. 58; Abu-Lunghod, 2002 *apud* Ticktin, 2008, p. 865).²¹

A dicotomia entre o Eu e o Outro corresponde nestes discursos à divisão entre Ocidente e Oriente (Hasan, 2012, p. 60-61), isto é, uma certa ideia de Oriente que foi, como vimos, desvendado por autores como Edward Said e Bobby Sayyid (Cf. Said, 2003; Sayyid, 1997) como sendo uma ferramenta da hegemonia imperialista ocidental (Hasan, 2005, p. 26; Cf. Mohanty, 1988). O que as feministas que estudam o Orientalismo fizeram foi integrar o conceito *género* na reflexão sobre o Orientalismo para perceber de que forma o poder do Ocidente se afirma sobre o Oriente através de certas construções de género. Lembremos que Said fora criticado precisamente por, na sua reflexão, não se debruçar sobre a questão do género.

Para além de complementarem e fundamentarem a análise ao Orientalismo encetada por Edward Said com o conceito de género, os contributos destas feministas permitiram também fazer uma crítica a certos sectores do movimento feminista ocidental. Salvaguardando a diversidade dentro do movimento feminista, a crítica permite desconstruir certas bandeiras de movimentos populares nos países ocidentais como as *Femen*.²² Como refere a ativista Brigitte Vasallo (2013), as *Femen* poderão ser criticadas como movimento colonialista e etnocêntrico que impõe uma visão hegemónica do feminismo não tendo em conta os particularismos e os contextos específicos das lutas feministas não-ocidentais. Através de vários casos mediáticos, as

²¹ Radio Address by Mrs. Bush, November 17, 2001, disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=24992>.

²² Será importante notar que, por ser um grupo com origem ucraniana, é problemática a identificação sumária entre as *Femen* e o feminismo ocidental. Historicamente o mundo eslavo oriental sempre teve um posicionamento complicado face ao dito Ocidente. A discussão acerca do posicionamento de países como a Ucrânia e a Rússia face a esta dicotomia discursivo-cultural não é nova, e os traços do folclore ucraniano e eslavo cultivado pelo grupo é um indicador das suas origens no Leste, o que por sua vez estende a discussão ao grupo. Não obstante, a expansão das *Femen* em jeito de *franchising* do movimento para países como a França, onde gozaram de grande popularidade, demonstra um certo proselitismo.

ações das *Femen* exemplificam as tensões existentes entre um certo tipo de feminismo ocidental e a luta das mulheres não ocidentais

De facto, em várias ocasiões as *Femen* recorreram a estereótipos que mostram um total desconhecimento acerca das lutas das mulheres muçulmanas. Por exemplo, «[Inna Shevshenko] afirma que la máxima aspiración de una mujer musulmana es ser la favorita de un harén (igual se refiere a musulmanas como Shirin Ebadi, Premio Nobel de la Paz y, claro, musulmana)» (Vasallo, 2013). Para além disso, perpetuam a visão dos homens muçulmanos enquanto «[...] violadores, asesinos y lapidadores (supongo que en eso incluye a tipos como Malcom X, por nombrar a un musulmán)» (Vasallo, 2013). A visão deste movimento é, também, dominada pelo paternalismo ocidental que impede a agência de mulheres muçulmanas (e.g. «*escriben en sus carteles que no necesitan liberación pero en sus ojos está escrito ayúdame*» e «*hermanas (prefiero hablar con mujeres, incluso sabiendo que detrás de ellas hay hombres barbudos empuñando cuchillos)*»). Exemplo disso é a utilização da ideia de que as *Femen* através do *Topless Yihad* querem «libertar» as muçulmanas da sua identidade (Vasallo, 2013) – “*battle fought in their names*” (Hasan, 2012, p. 67). A islomofobia presente neste discurso pertence a um sistema racional de poder e dominação e, neste sentido, não se poderá associar a qualquer tipo de ignorância, pois esse tipo de explicações proporcionaria a reclamação de um espaço de inocência (Zine, 2004, p. 113 *apud* Hasan, 2012, p. 70) que permitiria continuar este tipo de relação de poder.

A imagem negativa do Islão que é disseminada por este tipo de posicionamento feminista leva à criação da necessidade de salvar a «Mulher muçulmana» em apuros – «*save brown women from brown men*» (Ahmed, 1992, p. 163 *apud* Hasan, 2012, p. 59; ver discussão em Abu-Lughod, 2013) –, o que na prática vem associado a um desejo de introdução/imposição de modelos e conceitos do feminismo ocidental. É esta obsessão com a condição da mulher muçulmana que leva à afirmação de uma suposta ascendência ou superioridade moral do Ocidente associada ao feminismo colonialista e ao estabelecimento de uma hegemonia cultural ocidental. O resultado é a tentativa ou aspiração por parte de alguns sectores das sociedades muçulmanas de adotarem a cultura dominante ocidental (*Ibid.*).

O problema desta abordagem é sobretudo visível quando as aspirações das feministas ocidentais chocam com as das feministas/mulheres muçulmanas. Por exemplo, uma das bandeiras do feminismo ocidental, da segunda vaga, é a revolução

sexual, que inclui a autodeterminação sexual, que muitas muçulmanas consideram ser uma falsa emancipação, uma vez que se coaduna mais com a exploração e sexualização da sociedade consumista (Hasan, 2012, p. 69; Lewis & Mills, 2003, p. 18 *apud Ibid.*, p. 73). A mesma posição tem Rafia Zakaria, ao afirmar que a ênfase na liberdade sexual permite às feministas ajustarem-se à sociedade capitalista, pois «*if sex was understood as a commodity that women were choosing to consume, then its problematic aspects could be disguised*», ou seja, da sexualização e objetificação da mulher passamos à objetificação do sexo (Zakaria, 2015). Para a autora, o resultado desta ênfase na libertação sexual foi a sua associação ao capitalismo e imperialismo que gera, por sua vez, uma reação que leva à afirmação dos ideais de castidade da mulher muçulmana como forma de resistência a essas ideologias ocidentais (*Ibid.*)

Segundo Rafia Zakaria, o feminismo secular, inspirado pelos movimentos ocidentais, não conseguiu alterar as leis e, para além disso, não conseguia captar o interesse da maioria das mulheres – como é o caso do Paquistão, a sua terra natal. A solução seria captar as mulheres muçulmanas ao tomar como base as crenças islâmicas. Pela mesma razão, Hasan defende que se diferenciem as práticas prevalentes nas sociedades muçulmanas contemporâneas e se preste atenção ao potencial dos ensinamentos do Corão como fonte de justiça e igualdade de género (Cf. Hasan, 2012; Zakaria, 2015).

As autoras do orientalismo de género que escrevem em inglês mostraram também que é errada a ideia, muito difundida nos países ocidentais, segundo a qual o feminismo das mulheres que vivem no Próximo e Médio Oriente é um monólito e a opinião de uma representa a de todas. Através de publicações/traduições de feministas de países muçulmanos (veja-se, por exemplo, a marroquina Fatema Mernissi), é possível atualmente aos países ocidentais e às feministas ocidentais descobrirem a riqueza e diversidade do pensamento feminista de países muçulmanos.

Veja-se neste sentido, a título de exemplo, as dissidências entre feministas seculares, principalmente socialistas, que se posicionam contra o ressurgimento islâmico. É o caso da egípcia Nawal El Saadawi, que apoiou publicamente o General Sisi porque «*he has got rid of the Muslim Brotherhood and that never happened with Mubarak, or with Sadat before him*» (Cook, 2015). Neste caso particular, e como refere Hasan, Saadawi surge numa linha que situa na religião – neste caso a islâmica – a origem de toda a opressão das mulheres, em particular da opressão social e sexual, quer

se refira à expansão do fenómeno da mutilação genital feminina quer fale da opressão dentro da estrutura familiar islâmica (Hasan, 2012, p. 68). As mulheres que apoiam movimentos como os Irmandade Muçulmana²³ são vistas, deste ponto de vista, como peões no grande plano de submissão patriarcal islâmica (Mahmood, 2005, p. 2).

O que parece estar aqui em causa é uma visão muito influenciada pelas análises estruturalistas-marxistas, que não deixa de ser bastante reducionista, para entender a adesão feminina ao Islão. Neste tipo de análise, a posição das mulheres que se inserem dentro de uma sociabilidade religiosa é pensada em termos de subordinação e patriarcado, sem que haja uma reflexão crítica sobre as limitações desta abordagem. Na prática, as mulheres que defendem posições religiosas são vistas como vítimas de uma falsa consciência (Mahmood, 2005, p. 6) que não lhes permite tomarem consciência da sua posição de subordinação em relação ao patriarcado – estão alienadas. Como refere Mahmood, isto acontece porque, embora as mulheres reclamem um espaço para si, fazem-no utilizando o discurso da sua própria subordinação (*Ibid.*).

Todavia, como nos mostra a antropóloga pós-estruturalista Saba Mahmood em *The Politics of Piety*, um estudo sobre a participação feminina no espaço público religioso egípcio, o ressurgimento islâmico permitiu, de facto, o florescimento de um novo movimento feminino que chama para si a agência e intervenção no espaço público através de uma nova sociabilidade religiosa que se traduz, na prática, em reuniões femininas em mesquitas onde as mulheres são responsáveis pela transmissão do pensamento e das crenças islâmicas, desafiando o carácter fundamentalmente masculino da pedagogia e espaço religioso muçulmano (2005, p. 2). A análise da autora é influenciada pelas teorias pós-estruturalistas que desde a década de 1970 se têm focado na agência humana dentro das estruturas de subordinação, o que, no campo académico feminista, se reflete sobretudo na ênfase dada aos atos de resistência das mulheres dentro de uma ordem dominada pelos homens, subvertendo a lógica hegemónica de

²³ Este movimento faz parte do florescimento de uma crescente sociabilidade religiosa, pelo menos até à subida ao poder do General Sisi no Egipto, e do desenvolvimento de instituições religiosas de previdência social que se situam à margem do Estado (Cf. Mahmood, 2005). A Irmandade Muçulmana foi fundada em 1928 por Hassan al-Banna como movimento social pan-islâmico, o seu ideário apelava à luta contra a tirania das companhias capitalistas e monopolistas ocidentais, ao mesmo tempo que fundou instituições de proteção social como escolas e hospitais e propagava uma conceção conservadora do papel da mulher na sociedade. Banido durante o governo britânico e por Nasser, foi tolerado durante o período de Mubarak até 2011. Em 2012 Mohamed Morsi, candidato da Irmandade Muçulmana, é eleito. As medidas que toma durante o seu mandato provocam uma onda de protestos e violência que culminam no golpe de estado, numa violenta repressão e condenação à morte de centenas de membros da Irmandade (onde se inclui o próprio Morsi) entre 2014 e 2015.

certas práticas sociais e culturais. Esta apropriação de práticas dominadas pelos homens permite às mulheres concretizarem a sua própria agenda e interesses dentro do sistema em que se inserem (*Id.*, p. 6). O principal objetivo destas autoras, e do campo de Estudos da Subalternidade, é permitir que se analise a agência e a voz destas mulheres.

Concomitantemente, para além das análises negativas da esquerda defensora da laicidade (dentro de uma linha marxista ortodoxa), parece existir alguma animosidade entre o feminismo liberal e este novo movimento feminino de ressurgimento islâmico, pois este último posiciona-se como uma forma alternativa de reverter a secularização/ocidentalização da sociedade. É um movimento de cariz religioso que não se afasta da política porque os seus ensinamentos e práticas se repercutem em muitos aspetos da vida social (Mahmood, 2005, p. 4). Ora, este tipo de sociabilidades religiosas, sobretudo e principalmente aquelas associadas ao Islão, têm sido alvo de acrescida desconfiança sobretudo após o 11 de setembro de 2001 ao serem associadas ao fundamentalismo (e a todas as características societais que acarreta, como seja a subjugação das mulheres, o conservadorismo, o atraso cultural etc.) sem uma análise crítica matizada (Cf. Mahmood, 2005).

A Violência Sexual em particular

Feminist emotion, then, is central to the feminist stories we tell, and the way that we tell them.

Challenges to these stories, from within as well as outside feminism, are frequently experienced and responded to at an emotional level, and as a result an account of ways of telling feminist stories needs to be attentive to the affective as well as technical ways in which our stories about the recent feminist past. It hurts because it matters, when we are passionately invested in academic feminist practice.

Clare Hemmings, *Telling Feminist Stories*, p. 120.

A violência sexual é definida pela WHO, como «[...] *any sexual act, attempt to obtain a sexual act, unwanted sexual comments or advances, or acts to traffic, or otherwise directed, against a person's sexuality using coercion, by any person [...]*», «Sexual Violence» (*apud* Solangon & Patel, 2012, p. 418). Este conceito, enquanto objeto de interesse académico, jurídico e mediático, é relativamente recente tal como a sua definição.²⁴ A crescente atenção dada à violência sexual, que se traduziu na realização de vários encontros internacionais sobre a matéria – como foi o caso da aprovação da *Convenção do Conselho da Europa sobre Prevenção e Combate da Violência contra as Mulheres e Violência Doméstica* (Conferência de Istambul de 2011)

²⁴ Por exemplo, violação anal nem sempre foi definida como violação (também dependia se vítima era masculina ou feminina). Era referido como sodomia ou atentado aos bons costumes.

e o *Global Summit to End Sexual Violence in Conflicts* de 2014 em Londres²⁵ –, bem como a proliferação de material acadêmico (Buss, 2014, p. 3) e jurídico sobre o assunto, remonta ao século passado.

É certo que a violência sexual tem feito parte dos discursos de guerra como parte das estratégias de demonização do inimigo (veja-se, o que aconteceu na Primeira Guerra com a instrumentalização de casos de violação na Bélgica como propaganda a favor da entrada dos Estados Unidos no conflito; para mais exemplos ao longo da História vide: Gottschall, 2004, p. 130; Kuo, 2002, p. 305 e True, 2008, p. 411). No entanto, foram as violações ocorridas na guerra de independência do Bangladesh, nas guerras de desmembramento da Jugoslávia e no genocídio do Ruanda que funcionaram, em estreita ligação com ativismo feminista, como catalisadores desta crescente atenção mediática, contribuindo decisivamente para a implementação de reformas jurídicas para prevenir, combater e punir o fenômeno, impelindo assim o seu reconhecimento enquanto crime de guerra, julgado assim nos tribunais penais *ad hoc* para o Ruanda e a Jugoslávia (Kuo, 2002, p. 309/310; Hansen, 2000, pp. 55/56; Skjelsbæk, 2001, p. 211).²⁶

Na prática, a proficuidade e quantidade de material acadêmico, elaborado por investigadores feministas, contribuiu para o avanço legislativo internacional nesta matéria, (entre muitos outros, ver Hansen, 2000, pp. 59-61; Solangon & Patel, 2012, p. 418 e Alison, 2007, p. 83; Kelly, 2010, p. 115; Skjelsbæk, 2001, p. 211) – concretizado no Estatuto de Roma, que estabelece o Tribunal Penal Internacional em 2002. A visibilidade dada por estas feministas permitiu, em primeiro lugar, o surgimento de um *lobby* internacional e a posterior proliferação de resoluções do Conselho de Segurança que incidem sobre o fenômeno (Scully, 2009, pp. 114-115). Em segundo lugar, tentou sensibilizar o público para questões como a violação dentro do contexto matrimonial, que até então não era considerada como tal, e para a violência e violação de trabalhadores sexuais. Porém, estudos mais recentes notam que a reflexão e o ativismo das feministas da segunda vaga, ao darem ênfase à violência cometida por homens

²⁵ O interesse pela erradicação da violência sexual em conflitos armados é visível quando atentamos no recente *Global Summit to End Sexual Violence in Conflict*, London 2014, onde a atriz Angelina Jolie, embaixadora da boa vontade do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, reiterou o estatuto da violência sexual como arma de guerra direcionada contra a população civil e a sua dimensão política e social enquanto forma de dominação, apelando à comunidade internacional que trabalhe pela justiça e pela lei tornando a luta contra a violência sexual uma prioridade na política mundial (vide <https://www.gov.uk/government/topical-events/sexual-violence-in-conflict>; <http://pt.euronews.com/2014/06/11/o-combate-de-angelina-jolie-contra-a-violencia-sexual/>).

²⁶ O julgamento Foča (Haia, 2000) é considerado um marco na punição de violações de guerra por envolver «apenas» crimes de natureza sexual.

contra mulheres, contribuíram para perpetuar a dicotomia entre homem agressor/mulher vítima, para invisibilizar as vítimas não mulheres e mesmo para secundarizar o papel de outros fatores identitários como cor, etnia, classe social, pertença religiosa no fenómeno da violência sexual (Alison, 2007, pp. 65-67/78; Solangon & Patel, 2012, p. 424 e Onyango & Hampanda, 2011, p. 237; Dolan, 2014; Skjelsbæk, 2001, p. 215/218/224).

Estas críticas provêm de académicas cujo trabalho se insere dentro de abordagens interseccionais²⁷ e que consideram que a categoria género não é suficiente para compreender os surtos de violência sexual em contexto de guerra ou conflitos armados. Por isso, julgam necessário atender a outras marcas identitárias como nacionalidade, etnia, cor, classe social, etc, i.e., analisar o contexto, as visibilidades e invisibilidades dentro do fenómeno e considerar de forma crítica a separação analítica entre este tipo de violência e outros fenómenos violentos, sexuais ou não, em contexto de conflito armado ou em tempo de paz.

Antes de avançarmos, torna-se necessário situar historicamente o feminismo anglo-saxónico a fim de melhor entendermos o contributo pioneiro das feministas da segunda e terceira vagas,²⁸ bem como as suas limitações. Enquanto movimento que remonta às décadas de 1970 e 1980, o movimento feminista anglo-saxónico bateu-se pela denúncia da violência sexual e conseguiu impor uma nova abordagem ao fenómeno: não como produto inevitável da biologia masculina favorecida pelo desmoronar da ordem social na guerra, mas como forma de exercer poder enquadrada nas estruturas do patriarcado. O seu contributo focou-se sobretudo no que consideravam ser o perigo de instituições heterossexuais como a pornografia e as normas que regiam as próprias relações heterossexuais. O estudo da pornografia e da violação deu visibilidade à violência sexual exercida dentro dos limites da normatividade heterossexual prevalecente. Os principais nomes deste movimento foram/são Susan Brownmiller, com *Against Our Will*,²⁹ Andrea Dworkin, com *Pornography: Men Possessing Women*, entre outras (Cf. Brownmiller, 1993; Dworkin, 1981; Linden, et. al., 1982). Ambos os fenómenos eram vistos como expressões de subjugação da mulher

²⁷ De acordo com Leslie McCall «[...] *intersectionality – the relationships among multiple dimensions and modalities of social relations and subject formations* [...]» (2005, p. 1771), mais especificamente, na definição de Avtar Brah e Ann Phoenix «*signifying the complex, irreducible, varied, and variable effects which ensue when multiple axis of differentiation – economic, political, cultural, psychic, subjective and experiential – intersect in historically specific contexts*» (2004, p. 76).

²⁸ Não obstante alguma controvérsia quanto à delimitação das fases do feminismo adota-se aqui a divisão defendida por Ann Ferguson (*Vide* footnot 1 *apud* Ferguson, 1984, p. 106).

²⁹ Estudo bastante criticado, *vide* Thornhill & Palmer, 2000.

face ao homem. Para Brownmiller, os homens violam porque podem, i.e., porque a anatomia dos seus corpos o permite e as condições nos cenários de guerra as favorecem. Enquanto instrumento de poder, de controlo sobre os corpos femininos, Brownmiller apenas equaciona as violações cometidas contra homens enquanto substitutos dos corpos femininos e.g. instituições prisionais (Cf. Brownmiller, 1993).

Não obstante, foi o contributo destas feministas que, segundo a narrativa do feminismo académico anglo-saxónico, contribuiu decisivamente para o interesse científico pela questão da violência sexual e para a maneira como atualmente o entendemos: a ligação ao conceito de poder e de patriarcado enquanto domínio dos elementos sociais masculinos sobre os femininos. Esta visão da violência sexual como forma de exercer e de conquistar poder abriu caminho à reflexão que postula a violação/violência sexual como arma de guerra – usada de forma sistemática e generalizada com objetivos estratégicos e políticos (Cf. Skjelsbæk, 2001, p. 213) – conceito que atualmente se generalizou. A narrativa difundida caracteriza-se, no entanto, pela divisão entre o contributo da segunda vaga, como tendo sido dominado por uma visão demasiado essencialista quanto ao conceito de género, contribuindo desta forma para reproduzir visões reducionistas da mulher enquanto vítima e do homem enquanto agressor, e o da terceira vaga, como sendo aquela que trouxe a abordagem mais inclusiva e abrangente do fenómeno – o pós-estruturalismo (Cf. Hemmings, 2005).

Concomitantemente, é importante tomar uma posição crítica em relação a esta narrativa organizadora da história do feminismo em função de vagas bem delimitadas no tempo e nas posições defendidas. Uma posição crítica acutilante é a de Clare Hemmings. Segundo a autora e partilhando a visão de Gayatri Spivak e Hayden White «[...] *wanting to 'get the story straight' is an act of disavowed epistemic violence, which prevents attention to the political investments that motivate the desire to know, and that generate a writer's epistemological and methodological practices. In a feminist context, which stories predominate or are precluded or marginalized is always a question of power and authority*» (Hemmings, 2005, p. 118). Esta ideia permite que tenhamos atenção às relações de poder que se estabelecem mesmo dentro da produção de conhecimento feminista e em como as narrativas acerca do passado são produzidas no presente e por isso necessariamente moldadas por ele – pelas suas relações de poder - ao permitirem que um presente particular ganhe legitimidade através da reprodução e aceitação de uma narrativa particular (*Ibid.*).

A crítica poderá ser aplicada também ao estudo da violência sexual em contexto acadêmico. Como refere Doris Buss «*the very fact of the heightened focus on conflict sexual violence in policy, activist, and scholarly circles, for example, is itself a phenomenon worthy of study to consider what has been made known, and knowable, by the way research and policy on conflict sexual violence have developed*» (2014, p. 4). A narrativa veiculada ao estudo da violência sexual, por exemplo, em África está associada com a tendência de associação entre o continente e a violência excessiva (*Id.*, p. 3: Baaz & Stern, 2013, p. 90-91). Por outro lado, também existe o problema relacionado com a excessiva visibilidade que este tipo de violência tem em relação a outros tipos de violência (Cf. Dolan, 2014), provocando o desvio na pesquisa, financiamento e ação em detrimento de outras vítimas (Buss, 2014, p. 3).

A raiz do problema nesta abordagem situa-se num certo essencialismo existente quando estudamos «as experiências das mulheres em contexto de violência em conflitos armados», porque tende-se a esquecer a importância de uma análise crítica à categoria «mulher», não se analisa o contexto temporal (e.g. pré ou pós conflitual) ou mesmo o que é que o conceito de «experiência» significa em contextos de grande violência e insegurança – se é uma experiência individual ou coletiva – em suma, às exclusões que derivam das escolhas que se fazem tendo em conta as referências anteriores (*Id.*, p. 13). A problematização da distinção entre violência sexual que ocorre durante os conflitos armados e violência sexual que ocorre em contexto de paz, tal como é proposta por Liz Kelly, permite ter noção das consequências do uso de uma tal distinção na avaliação de quem são as verdadeiras vítimas (2010, p. 119).

Na análise que a autora faz, a violência sexual insere-se dentro de um *continuum* entre as relações sexuais consensuais e a violação – entre ambas existe uma enorme variedade de relações sexuais indesejadas ou coagidas (*Id.*, pp. 120-121). Neste sentido, terá não só de se considerar a agência das mulheres nos últimos patamares do *continuum* como também ter em consideração que é problemático julgar a violação como a pior coisa que poderia acontecer a uma mulher – ou a um homem –, pois os efeitos dessa consideração acarretam a percepção do evento como inevitavelmente traumático e encoraja as mulheres a definirem as suas experiências como violação e consequentemente a sua identificação enquanto vítimas (*Ibid.*). Para além disso, gera-se uma distinção abusiva entre a «verdadeira violação» – aquela que ocorre em contextos de extrema violência, como as violações de guerra – e as outras, que mais não faz que

perpetuar um círculo de impunidade em relação àquelas situações que não são consideradas as «verdadeiras violações» (Kelly, 2010, pp. 122-123).

Por outro lado, a distinção entre violações em contexto de paz e violações em contexto de guerra ou conflito armado falha em relacionar os problemas que perpassam por ambos os fenómenos. Liz Kelly desconstrói os argumentos que defendem uma maior ênfase no fenómeno da violência sexual: em primeiro lugar, mostra-nos como a violência sexual em contexto armado não é mais silenciada do que aquela que ocorre em tempo de paz porque as mulheres são encorajadas a falarem por motivos políticos; em segundo lugar, não existe maior risco de violência sexual em conflitos armados porque o risco é contextual e portanto varia, como nos mostrou Elizabeth Wood (Cf. Wood, 2010); em terceiro lugar, acredita-se que há uma maior falha na investigação e no julgamento destes crimes em contexto de conflito armado, mas existem fenómenos de violência sexual em tempo de paz que são tão ou mais difíceis de investigar e julgar, como é o caso da violação marital; e em quarto lugar acredita-se que existe uma maior falha em providenciar serviços básicos de apoio, o que não corresponde à verdade, uma vez que em certos contextos esses serviços também não existem em tempo de paz, sendo desenvolvidos apenas no pós-conflito (2010, p. 118). Em suma, a maioria das preocupações que as feministas apontam aos tempos de guerra são também aplicáveis em tempo de paz, portanto, segundo Kelly, seria benéfico deixar de distingui-las por forma a evitar a separação entre o que é encarado como a «violação real» e as outras formas de violência sexual, evitando desta forma a reprodução do ciclo de impunidade que alimenta através da consideração do contexto (*Id.*, p. 120).

Para além disso, a ênfase nas violações como tática de guerra (cf. Skjelsbæk, 2001, p. 213), e na dicotomia que costuma acompanhá-la – homem perpetrador e mulher vítima –, leva a uma ultravisibilidade de um tipo de violação e de vítimas, criando-se uma imagem extremamente atroz da violência e brutalidade desse fenómeno, para além de se representar e fomentar uma economia que se alimenta do interesse internacional em volta da violência sexual em contexto de conflito armado (*Ibid.* p. 14). Esta narrativa deriva da visão que associa a violência sexual a uma tática de guerra orientada pela categoria *género*.

É importante notar, contudo, que, apesar da sua popularidade na comunicação social, trata-se de uma visão também contestada. O papel da dita literatura cinzenta³⁰ é aqui importante bem como a produção académica de investigadores como Chris Dolan ou de Elizabeth Wood, que alertam para a existência de vítimas que escapam à categoria da vítima mulher e para a crítica da inevitabilidade da violência sexual em contexto de conflito armado, através do estudo das condições de prevalência do fenómeno. O que em suma se analisa nesta literatura alternativa são as diferenças existentes dentro do fenómeno e do contexto em que o fenómeno ocorre (Buss, 2014, p. 13-14). Veja-se também neste sentido o trabalho de Baaz/Stern (2013), investigadoras que, através de um longo trabalho de terreno no espaço que tende a ser associado ao conceito «violação como arma de guerra» (RDC), contestam a sua pertinência, apontando, por exemplo, para questões como a (in)capacidade de as lideranças militares controlarem os combatentes. Para além disso, notam como a hipervisibilização deste tipo de violação se traduziu na invisibilidade de outras violências que afetam as mulheres no terreno e de outras vítimas de violência sexual. Não obstante os importantes contributos destes académicos e ativistas, as políticas internacionais continuam a ser marcadas por um discurso essencialista que retrata a mulher como um ser vulnerável. O contributo de Scully neste campo mostra-nos que as Resoluções do Conselho de Segurança – nomeadamente a RCS 1325³¹ e a RCS 1820³² que a completa – que têm sido aprovadas ao longo dos anos para tentar combater o fenómeno contribuem para ofuscar as causas da violência sexual, i.e., a incidência exclusiva na violação sexual que é cometida contra raparigas e mulheres tolhe a compreensão do fenómeno (2009, p. 113). Mas, principalmente, tal visão perpetua conceções e estereótipos que são prejudiciais no processo pós-conflito para mulheres e homens e a construção de uma paz viável (*Id.*, p. 113/116). O mesmo refere Chris Dolan:

Patriarchy in the form of the Security Council had effectively stolen the feminist's clothes. It will become evident that many years of important feminist activism were effectively co-opted, and that the emancipatory potential of a true gender analysis was lost to a re-essentialising and

³⁰ O termo «literatura cinzenta» é utilizado para descrever o material produzido pelas organizações, são pesquisas ou material informativo, como relatórios, produzidos fora dos canais de distribuição comercial e académicos.

³¹ Resolução 1325 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, aprovada no ano 2000, sobre “Mulheres, Paz e Segurança” (MPS).

³² Resolução de 1820 do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Reforça e complementa os compromissos da RCS 1325 MPS.

patriarchal gender binary in which women were portrayed as weak (victims) and men as strong (perpetrators). (Dolan, 2014, p. 81).

As the elision and substitution of one of the central pillars of patriarchy (women are weak, men are strong) with one of the core tenets and rallying calls of gender experts (women are victims, men are perpetrators) shows, much of patriarchy's successful cross-dressing has been by way of discursive sleight of hand. (Ibid.).

A crítica de Dolan também incide sobre as RCS que foram aprovadas para combater a violência sexual, nomeadamente a Resolução 2106 de 24 de junho de 2013 e a declaração sobre a prevenção da violência sexual em conflitos adotada pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros dos G8, a 11 de abril de 2013 em Londres (Dolan, 2014, p. 80). Da sua análise resulta a crítica ao já abordado binarismo entre homens e mulheres que culmina sempre no reforço da imagem das mulheres como fracas e eternas vítimas, assim como dos homens fortes e eternos agressores.

Se consideramos que a violência sexual não é totalmente registada/denunciada porque é que não o consideramos também para os homens? Porque é que achamos que as mulheres e as crianças são desproporcionalmente vítimas deste tipo de violência? Esta assunção baseia-se em ideias implícitas e explícitas, em primeiro lugar a suposição de que, se existem vítimas do sexo masculino, elas são muito inferiores em número e, em segundo lugar, se as vítimas mulheres estão registadas em maior número então logicamente todos os perpetradores são homens. Ao mesmo tempo perpassa pelo discurso a ideia segundo a qual a violência sexual compromete a capacidade de as mulheres contribuírem de forma significativa para a sociedade pós-guerra, mas não se tem em consideração que o mesmo acontece com os homens (sobre estas questões, ver, entre muitos outros, Alison, 2007; Solangon & Patel, 2012; Onyango & Hampanda, 2011; Dolan, 2014; Skjelsbæk, 2001; Buss, 2014).

O que se verifica neste tipo de discurso é a cristalização de uma balança de poder pré-existente que favorece todos os homens em detrimento de todas as mulheres – não há uma preocupação real em desagregar e relacionar outras características como sejam a raça, a classe social ou etnicidade; esta preocupação só existe na medida em que se relaciona com a violência sexual direcionada contra as mulheres. O resultado é, segundo investigadores como Dolan, o silenciamento de narrativas alternativas àquelas veiculadas pelas instituições internacionais (Dolan, 2014, p. 81). Por seu lado, a

consideração segundo a qual a violência sexual se relaciona mais com a relação de poder que se estabelece entre as vítimas e os perpetradores, i.e., na mudança das relações de poder entre ambos, providencia uma explicação plausível para a existência de alvos masculino. Não obstante, esta ênfase na violência sexual perpetrada contra homens como forma de efeminizar e diminuir a masculinidade das vítimas, que se encontra em tantos estudos, não se reflete no discurso internacional (*Id.*, p. 82).

Ora, ao não prestar atenção a estas outras formas/constelações de violência sexual, para além de se cristalizarem estereótipos, reforçam-se as relações de poder existentes e as próprias justificações da violência sexual, neste caso a homofobia que informa a estratégia por detrás da violência sexual contra homens – não se questiona, portanto, o heteronormativismo que molda estas práticas bélicas. Dolan conclui assim que há na realidade um silêncio ensurdecido sobre a sexualidade e o sexo na investigação e legislação sobre violência sexual, o que em última análise evita que se tomem medidas adequadas de prevenção e de recuperação. Em suma, as relações de poder são tidas como dadas, o que perpetua e reproduz as mesmas práticas que se deveriam desconstruir (*Ibid.*). Como resultado, os instrumentos internacionais para lidar com este tipo de situações não são inclusivos – nomeadamente, IASC 2005 ou o UNFPA de 2011 –, ao não contemplarem vítimas do sexo masculino, transgénero/sexuais, nem pessoas que fogem ao espectro binário homem-mulher (*Id.*, p. 83).

Outro contributo para a compreensão do fenómeno da violência sexual em conflitos armados encontra-se no trabalho de Dubravka Zarkov sobre género, sexualidade e etnicidade/identidade nacional em contextos de guerra e violência. Num texto sobre a imprensa croata durante a guerra pela independência, a investigadora mostra como a etnia é criada a partir de um discurso sobre a masculinidade nacional, através de uma análise da representação nos *media* de certas práticas e normas de masculinidade – associadas ao poder, virilidade e heterossexualidade (2001, p. 81). Neste estudo sobre as representações mediáticas da violação/violência sexual masculina durante o conflito na ex-Jugoslávia, conclui que as narrativas de guerra na Croácia não contêm qualquer referência a vítimas masculinas croatas para que a sua masculinidade constitutiva heterossexual não seja posta em causa, i.e., as normas que permitem a construção de uma imagem de «*proper men*» (*Id.*, p. 77), aquele que se defende a si e aos outros – neste caso, mulheres e crianças. A violência sexual visibilizada é sempre

associada ao Outro como forma de «diminuir» a sua masculinidade e pôr em causa a sua heterossexualidade – através da castração, simbolicamente a eliminação da masculinidade do Outro dentro de uma cultura falocêntrica, e a imagem de violação como relação sexual consentida, sugerindo a inferiorização através da efeminização e homossexualização das vítimas e perpetradores (*Id.*, p. 77-79; veja-se também Skjelsbæk, 2001, p. 225).

O papel da violência na construção de uma narrativa fundadora leva à invisibilização de qualquer referência que possa ser entendida como abalo à masculinidade croata e, neste sentido, as notícias sobre a violência sexual cometida contra homens surgem sobretudo da imprensa estrangeira, ao mesmo tempo que na imprensa croata existe uma visibilidade seletiva que permite efeminizar e homossexualizar as outras nacionalidades contra as quais o nacionalismo croata lutava – por outras palavras, a narrativa nacionalista é construída em oposição ao Outro humilhado (Zarkov, 2011, p. 107).

O jogo de visibilidades seletivas e invisibilidade é explorado em profundidade na análise comparativa que a autora faz entre o caso da violência sexual na ex-Jugoslávia e o de Abu Ghraib através de uma análise que recorre à interseccionalidade como metodologia (Zarkov, 2011). No seu artigo, Zarkov demonstra como o conceito de género tem que ser integrado não apenas no contexto em que se insere como é também necessário relacioná-lo com outros conceitos como a raça, a religião, a etnia e a classe social. No caso da ex-Jugoslávia, como vimos, a diferença primária é a etnicidade, construída através de noções de masculinidade, poder e heteronormatividade, que informa a visibilidade dos casos selecionados, i.e., é a interseção da masculinidade e sexualidade que marca a pertença ao grupo étnico (2011, p. 109). Diferentemente, no caso de Abu Ghraib a interseccionalidade é jogada ao nível do Islão e da raça e a visibilidade da vítima não sofreu restrição – o Outro iraquiano (*Id.*, p. 110; veja-se também Owens, 2010, p. 1043). O que a visibilidade do acontecimento permitiu foi a aparente autocrítica através da exposição das ditas «maçãs podres», por forma a mostrar ao mundo a instituição militar americana como sendo uma instituição que pune quem foge às regras, regras essas expurgadas de qualquer elemento nacionalista, racista, xenófobo ou homofóbico. A autocrítica permite assim manter as regras e práticas informais supramencionadas com as quais a instituição é conivente e que a moldam (*Ibid.*).

A posterior fixação dos *media* com a soldado Lynndie England (Cf. Sjoberg & Gentry, 2007) mostra como as mulheres continuam a ser o Outro dentro da carreira militar, o papel que desempenham no evento é sobretudo de representar a heterossexualidade da instituição – os soldados americanos não são *gays* – na medida em que os atos performativos sexuais são feitos entre uma mulher e os prisioneiros do sexo masculino, para além de se dar ênfase ao seu relacionamento com outro militar (Zarkov, 2011, p. 111). Existem, todavia, indícios que indicam que houve uma seleção da visibilidade dos atos cometidos contra os prisioneiros iraquianos – atos de violação e abuso sexual cometidos por homens americanos foram eliminados da vista do público.³³ A questão da heteronormatividade também é importante na dinâmica estabelecida entre os militares americanos e os prisioneiros iraquianos em Abu Ghraib, como refere Patricia Owens (2010):

The hegemonic masculinity of American combatants, for example, is made possible through a continual effort to define its sexuality relative to the sexuality of inferior others, setting it apart and protecting it. Homophobic bonding includes targeting the masculinity of enemy combatants by raping and humiliating them and attacking their honoured status as 'straight'. The depiction of enemy combatants as sexually deviant has been a common thread in the wars in Afghanistan (2001-) and Iraq (2003-) (Id., p. 1042).

É importante notar que as análises feministas a este episódio foram também marcadas pela visão reducionista que vê as mulheres como meros recetáculos das ações masculinas (Eisenstein, 2004 *apud* Zarkov, 2011, p. 113), ou que considera a instrumentalização da mulher enquanto símbolo feminino de humilhação e diminuição da masculinidade dos prisioneiros (Enloe, 2004 *apud ibid.*). Estas análises falham ao ignorarem o contexto alargado e menosprezarem a agência feminina – militares mulheres que participam ativamente nos projetos americanos hegemónicos racistas, homofóbicos e islamofóbicos –, reproduzindo desta forma o estereótipo da fragilidade/vulnerabilidade feminina e da violência sexual e bélica como essencialmente

³³ «NBC News later quoted U.S. military officials as saying that the unreleased photographs showed American soldiers “severely beating an Iraqi prisoner nearly to death, having sex with a female Iraqi prisoner, and ‘acting inappropriately with a dead body.’” The officials said there also was a videotape, apparently shot by U.S. personnel, showing Iraqi guards raping young boys» (Hersh, 2004). É importante notar aqui a acutilância da análise de Zarkov, na medida em que as violações referidas a homens surgem retratadas como tendo sido perpetradas por soldados iraquianos e não americanos, mantendo-se assim a heterossexualidade americana intocada. Já os soldados americanos são referidos como «*having sex*» – imputando uma suposta consensualidade, por não se usar a palavra violação para se referir aos seus atos – com uma prisioneira iraquiana.

masculina (*Id.*, p. 114). O contexto é assim essencial para compreender a visibilidade e invisibilidade de certos episódios de violência sexual em contexto de conflito armado (*Id.*, p. 116).

A partir de estudos como os que acabo de referir, podemos concluir que os discursos internacionais, ao focarem a vulnerabilidade da vítima mulher face ao fenómeno da violência sexual, para além de contribuírem para a perpetuação de estereótipos, são também nocivos por invisibilizarem práticas comuns em cenários de guerra como sejam a violência sexual cometida contra homens, tanto pelos próprios homens como pelas mulheres. Para além disso, continua-se a dar mais visibilidade à violência cometida no espaço público e esquece-se a sua interação com o espaço privado – a própria divisão entre espaço público e espaço privado deveria ser problematizada –, relação que está intimamente ligada com a exponenciação em tempo de guerra das relações de poder e tipos de sociabilidade que se estabelecem em tempo de paz (Scully, 2009, pp. 116-117). Ora, como nos demonstra Elizabeth Wood, nalguns conflitos a violência sexual é direcionada contra um setor específico da população e noutras é direcionada contra toda a população, o mesmo acontecendo com o género, i.e., em alguns conflitos a violência é direcionada contra mulheres e noutras contra ambos os géneros, podendo ser cometida em público ou em locais privados e podendo ainda aumentar ou diminuir ao longo do conflito (2010, p. 124-125). O essencialismo de género é, assim, problemático, já que, como foi mencionado anteriormente, a maneira como encaramos o género limita a nossa análise, leva-nos a uma série de assunções problemáticas (Buss, 2014, p. 13; Baaz e Stern, 2013, pp. 12-41).

A imagem das mulheres frágeis que é necessário proteger, e que não deixa de ser uma reprodução acrítica do discurso humanista dos séculos XVIII e XIX, evita uma análise séria das relações de poder que perpassam as relações de género, bem como invisibiliza a vulnerabilidade dos homens, e que estão na origem do próprio fenómeno (Scully, 2009, p. 117-118/121). Ou seja, limitam a compreensão e teorização do próprio fenómeno.

Neste sentido, a crítica à literatura dos Direitos Humanos é fundamental na medida em que esta se desenvolveu de acordo com a sociedade patriarcal do século XVIII e XIX (Scully, 2009, p. 119). Basta pensar que os primeiros não incluíam a mulher, porque esta não era *de jure* ou *de facto* uma cidadã. Ora, se a mulher necessita de ser protegida dentro de um sistema patriarcal como é possível conceber a mulher

como sujeito político ativo? Esta questão aplica-se tanto em tempo de guerra como em tempo de paz, o primeiro porque apaga do discurso a existência de outros tipos de vivências e experiências em favor da mulher esposa e mãe, e.g. mulheres soldado ou agressoras (Cf. Sjoberg & Gentry, 2007), a segunda porque coloca o papel de liderança política das mulheres em causa (Scully, 2009, p. 120). Ao mesmo tempo ignoram-se as vivências dos homens que escapam à imagem de masculinidade prevalecente, e.g. homens enquanto civis que sofrem (*Ibid.*; entre muitos outros cf. Dolan, 2014; Wood, 2010; Buss, 2014; Solangon & Patel, 2012; Onyango & Hampanda, 2011; Sivakumaran, 2007). Veja-se a este propósito Scully:

Rape is always about communication between the rapist and other people, communicated on and through the bodies of the women and men and boys and girls being raped. Men are raped because they will not fight, or to make them assume the culturally feminized position they supposedly adopt by refusing to wage war, or to humiliate enemies; women are raped to ensure reproduction of a particular ethnic group, to dishonor an ethnic group, or because it is enjoyable for some men to rape (Scully, 2009, p. 122).

A literatura cinzenta e a literatura crítica apresentam atualmente alternativas analíticas que permitem deixar de incorrer no erro de manter uma análise que contribui para a reprodução de práticas nocivas para as próprias vítimas de contextos violentos: a focalização nas vítimas de violência sexual, retratadas como as legítimas recetoras de ajuda humanitária, impede por vezes a canalização de fundos para as outras vítimas, e.g. homens vítimas de violência sexual, ou pessoas vítimas de violência doméstica. Em último caso, pode acontecer mesmo a perversão de os grupos armados praticarem atos de violência sexual precisamente porque sabem que isso irá chamar a atenção internacional para o conflito e acelerará a resolução ou negociação do conflito (Buss, p. 14). Como afirma Scully «[...] *theorizing sexual violence more broadly would also entail that we ask the difficult questions about the linkages between economics, politics and sexual violence*» (Scully, 2009, p. 122).

Por conseguinte, é necessário compreender a variação na ocorrência do fenómeno da violência sexual, bem como as suas causas, para que se evite o tipo de generalizações que levam à reprodução dos estereótipos noviços supramencionados. Assim, o estudo realizado por Elizabeth Wood é particularmente precioso ao mostrar como a violência sexual varia muito entre cenários de conflito, tanto quantitativa como

qualitativamente (2010, p. 124). Ao reconhecermos esta variação chegamos à conclusão que o fenómeno não é inevitável – e.g. a violência sexual não pode ser presumida como sendo algo inevitável – e por isso mesmo ter-se-á que responsabilizar os grupos armados que os cometem, para além de tentar perceber porque é que cometem, o que contribuirá para facilitar o combate à violência sexual (*Id.*, p. 125). A melhor forma de estudar o fenómeno é, portanto, ultrapassar a visão simplista que retrata a violência sexual como sendo apenas uma tática de guerra e passar a analisar os grupos armados que cometem tais atos como organizações complexas com capacidade para definir oportunidades, reforçar normas, moldar certas estruturas de incentivos, levar a cabo certas estratégias/táticas e negar ou descartar outras (*Id.*, p. 135).

Desta forma, é importante tentar perceber os incentivos à violência sexual que derivam da grande visibilidade que este fenómeno tem e dos apoios políticos, negociais e humanitários que gera. O papel das inter-relações e dinâmicas geradas dentro da estrutura dos grupos e entre estes e a população também são importantes para determinar o grau de incidência do fenómeno – e.g. a proximidade à população, a necessidade de conseguir o apoio da população, o grau de organização e disciplina do grupo, bem como o papel das chefias na proibição da violência e o papel da violência sexual no cumprimento dos objetivos táticos e estratégicos do conflito (*Id.*, p. 136-137).

Esta apresentação, que tentou dar conta de alguns dos mais importantes contributos para a reflexão sobre o fenómeno da violência sexual em conflitos armados, bem como dos debates que se têm gerado nesta área de investigação, permitiu ver que estamos num campo em que se manifesta a diversidade e complexidade que tem marcado as correntes ditas feministas. Quando analisamos o contributo das feministas para o estudo do género e da sexualidade temos que ter em conta a multiplicidade de trabalhos e assuntos tratados durante a última metade do século XX e a relação e os diálogos existentes nesse período, bem como a diversidade de análises, em suma «[...] *as a series of ongoing contests and relationships* [...]» (Hemmings, 2005, p. 131).

O contributo do conceito de Género

Como vimos na secção anterior, um dos conceitos mais importantes para compreender o fenómeno da violência sexual, em particular as questões relacionadas com a visibilidade do fenómeno, é o de *género*. Pese embora a necessidade de articular este conceito com outros numa rede complexa de relações de poder, dominação e

resistência, é necessário ter em consideração o trabalho académico que foi desenvolvido neste campo e permitiu novas perspetivas analíticas.

De acordo com a narrativa hegemónica anglo-saxónica, o conceito de género torna-se conceito em análise e discussão, entre as feministas radicais³⁴ e libertárias e as pós-estruturalistas e interseccionárias da terceira vaga, durante o debate que ficou conhecido como Sex Wars (Cf. Ferguson, 1984; Glick, 2000). As primeiras encaravam o conceito como uma essência predefinida (Cf. Ferguson, 1984, p. 110), facto posteriormente contestado por estudos críticos que têm em conta não só o género, mas também a sua construção em interação com os conceitos de classe, raça, etnia etc. – numa perspetiva interseccionista. Ora, um dos contributos mais notáveis e que merece menção é o das pós-colonialistas e pós-estruturalistas, a par do trabalho de algumas pós-modernistas (Richardson, 2013, p. 201-202). É neste sentido que se torna pertinente frisar o conceito de género enunciado por Judith Butler, «*the repeated stylization of the body, a set of repeated acts within a highly rigid regulatory frame that congeal over time to produce the appearance of substance, of a natural sort of being*» (Butler, 1990b, p. 33 *apud* Glick, 2000, p. 32). Esta visão incorpora a ideia de um espectro alargado daquilo que entendemos ser o género – ou seja, é uma categoria fluída que não pode ser condensada no binarismo rígido «do homem» e «da mulher». Esta posição foi e continua a ser contestada, basta pensar no exemplo mediático de Camille Paglia.³⁵

Ao mesmo tempo, é importante ressaltar que mesmo as categorias que temos como rígidas no discurso científico que vingou ao longo do século XX, e que justificam a maioria das críticas feitas à conceção pós-estruturalista de género e.g. o sexo biológico, são alvo de construções discursivas que se defendem através de uma pretensão objetivista enganadora. Ora, para a destruição do discurso dimórfico acerca do sexo não se poderá descurar as conceções da filosofia da ciência que desconstroem a suposta objetividade do discurso científico, como é o caso dos paradigmas de Thomas

³⁴As feministas radicais defendem que «*sexuality in a male-dominant society involves danger – that is, that sexual practices perpetuate violence against women*» (Ferguson, 1984, p. 106). Neste sentido o feminismo radical afigura-se como fundamentalmente essencialista na medida em que encara que «*heterosexual sexual relations generally are characterized by an ideology of sexual objectification (men as subjects/masters; women as objects/slaves) that supports male sexual violence against women*» (Ferguson, 1984, p. 108).

³⁵Académica norte-americana, versada em literatura americana, é uma crítica do feminismo americano e do pós-estruturalismo. «*But has she [Judith Butler] ever made any exploration of science? For her to be dismissing biology, and to say gender is totally socially constructed -- where are her readings, her studies? It's all gameplay, wordplay, and her work is utterly pernicious, a total dead-end*», entrevista completa a Camille Paglia em http://www.bookslut.com/features/2005_04_005030.php.

S. Kuhn. Um trabalho muito interessante acerca da construção do discurso científico sobre o sexo biológico como categoria essencialista e dimórfica é o da historiadora e filósofa da ciência Sarah Richardson em *Sex Itself: The Search for Male and Female in the Human Genome*. Como refere a autora «Sex Itself presents the history of a particular way of thinking about sex: as a binary that is ultimately biologically ordained in the human genome» através da associação entre os cromossomas X e Y, bem como as hormonas a determinado sexo, denominando os primeiros como cromossomas sexuais (Richardson, 2013, p. 201), neste sentido, a construção binária que se faz do sexo biológico reforça a construção binária de género no sentido em que é utilizado para justificar as diferenças entre os sexos/géneros (Richardson, 2013, p. 202). Ora, atualmente a investigação científica vai no sentido de afirmar que o processo de construção sexual é muito mais complexo, não só no seu processo de desenvolvimento, já que não são apenas os cromossomas X e Y que determinam o sexo dos seres humanos, como nas manifestações que o caracterizam, não havendo apenas aquilo que se denomina como «homem» e «mulher».

Posto isto, e tendo também em consideração a discussão acerca das relações de poder que se estabelecem aquando da formação, divulgação e reprodução do discurso académico mesmo dentro do próprio feminismo (Cf. Hemmings, 2005), mais do que perceber qual é a origem teórica do conceito de género, vale a pena perceber quais foram os seus contributos para a análise que se pretende desenvolver. Assim, a análise de género permite-nos, de acordo com Doris E. Buss, perguntar «onde está a mulher?» permite questionar o objeto da guerra e dos conflitos armados. Estes são ao mesmo tempo estruturados pelas relações sociais e influenciam-nas. Neste sentido, a compreensão da interação entre o *género* e os discursos e práticas sociais prevaletentes em contexto de guerra permite que a compreendamos enquanto uma relação de poder estrutural que opera na caracterização, hierarquização, relações e práticas identitárias que interagem com os ideais de masculinidade e feminilidade. Além do mais, este tipo de análise permite atentar no facto de as expectativas de género serem apanágio não apenas de contextos de guerra ou conflito, mas também construídos e contestados ativamente, antes, durante e após esse período (2014, p. 6).

O género é, portanto, não só contestado e construído através de atos performativos individuais, mas também um produto cultural e socialmente construído, por outras palavras (Lazar, 2005, p. 12), resulta do conjunto de interações sociais e

culturais que se estabelecem numa determinada sociedade/cultura. Consequentemente, será proveitoso condensar estas duas definições de género atendendo não só à dinâmica performativa da categoria género como também às relações sociais e culturais que a estabelecem e consolidam. Ademais, tendo em conta os antagonismos existentes num conflito armado, não raras vezes assistimos à caracterização dicotómica do conflito, i.e. à atribuição de papéis maniqueístas às partes beligerantes por parte de um ou vários grupos sociais/culturais e dentro destes aos diferentes géneros.

É importante frisar o alargamento dos estudos académicos da violência sexual, permitido por este tipo de análises a mais vítimas: os homens, não só aqueles cuja identidade é questionada ou disruptiva como todas as pessoas que questionam narrativas dominantes. Este alargamento não implica uma desvalorização do conceito de género da análise em causa, antes pelo contrário, uma vez que as práticas sociais e as relações de género prevaletentes em determinado contexto também podem ser extremamente perigosas para identidades alternativas (dentro de uma interseção identitária complexa). A análise das masculinidades de R. W. Connell, à qual já aludimos, incide precisamente neste ponto, bem como Chris Dolan, mencionada no ponto anterior e da qual o documentário *Gender Against Men* (2008) é uma excelente síntese.

As Guerras do Iraque e da Síria

Antes da invasão em 2003 por uma coligação de países liderados pelos EUA, o Iraque era governado por Saddam Hussein, o dirigente do Partido Ba'th... poder-se-ia discorrer na narrativa histórica convencional, mas, mais importante que reproduzir a narrativa veiculada, é necessário explorar as narrativas alternativas de quem viveu o fluxo constante de acontecimentos entre a subida ao poder de Saddam Hussein, a guerra e ocupação americana e os eventos recentes. A História que se conta usualmente sobre o Iraque ignora as histórias e experiências pessoais das mulheres iraquianas que viveram o regime, a guerra, a ocupação americana e a atual guerra entre o governo central eleito (dominado por partidos xiitas), *peshmergas*, militantes do *Daesh* e outros grupos rebeldes, bem como diversas milícias, sem esquecer as potências externas (que vão dos Estados Unidos ao Irão) – com os seus bombardeamentos e diversas formas ingerência política, militar e económica.

Ora, são precisamente estas experiências que estão no centro do trabalho de investigação de Nadjé Sadig Al-Ali, investigadora feminista da área da antropologia e *Gender Studies*, que publicou, entre outros, *Iraqi Women: Untold Stories From 1948 to*

the Present (2007) e *What Kind of Liberation? Women and the Occupation of Iraq* (com Nicola Pratt, 2009). Partindo das suas próprias experiências e das de várias mulheres iraquianas que entrevistou, demonstra-nos as percepções, aspirações e frustrações destas mulheres ao longo do tempo. Permite-nos colocar em perspetiva o nosso conhecimento sobre a guerra – conhecimento esse sujeito a regras, que «deve poder inscrever-se num certo horizonte teórico» e «repele [...] toda uma teratologia do saber» (Foucault, 1997, p. 26) –, comparando-o com as experiências daquelas que a viveram. Segundo a autora:

When Iraqi women speak about better times and point to Saddam Hussein, for example, it is not because they enjoyed living in a repressive dictatorship with wars and, in later years, sanctions. Any positive nostalgia for the period before the invasion is largely measure of the extent to which living conditions have deteriorated since 2003 (Al-Ali, 2007, p. 261).

Por outro lado, o seu trabalho permite-nos desconstruir a categoria «Mulher» enquanto algo monolítico (Lazar, 2005, p. 10), mostrando-nos a pluralidade e diversidade de experiências e percepções das mulheres iraquianas. De acordo com Al-Ali «*I always feel uneasy when I hear people say “Iraqi women think...” or “Iraqi women want...”*, generalizing from what is inevitably a wide variety of opinions, views and visions» (2007, p. 261). O mesmo se aplica à Síria. Um exemplo claro da impossibilidade de condensar numa única categoria o pensamento de milhares de mulheres com diferentes experiências de vida é a resposta de Samar Yazbek à pergunta que lhe coloquei via *Twitter*: «*What do you think are the feelings/yearnings/concerns of Syrian women?*». A resposta foi taxativa: «*I cannot say in a scientific or academic way “Syrian woman” because it depends greatly on the region and place we consider; regions where ISIS is dominating greatly differ from those where the regime is taking hold, and it is true for regions under the grip of other jihadist groups*» (Ver Apêndice A: Entrevista; Alhayek, 2015, p. 24).

Mais do que descrever uma série de acontecimentos políticos e sociais, de acordo com a lógica prevalecente nas ciências sociais, vale a pena interligar esses acontecimentos com as experiências e memórias particulares das pessoas que as vivenciaram. Memórias essas que, como defende Al-Ali, são sujeitas à mudança, seletivas e fluídas. São construções complexas baseadas não só em experiências sociais, em mundividências e narrativas coletivas (2007, p. 269). O *background* identitário de

cada mulher interage com as várias variáveis às quais se aludiu, i.e. a classe, a orientação política, etnicidade, afiliação religiosa e local de origem e residência (*Ibid.*).

Das entrevistas realizadas por Nadjé Al-Ali, foi possível perceber «*how different women have experienced specific historical events and periods and how they have chosen to represent them in their memories*» assim como «*certain forms of knowledge and experiences are privileged over others: at the very least, a woman's own personal experience is often privileged over that of others*» (*Id.*, p. 269). Para além disso, contrariando representações muito frequentes da mulher oriental como ser passivo (cf. supra, secção do Estado da Arte sobre Orientalismo), é importante perceber que as mulheres não são meros agentes passivos, elas participam ativamente na história do país, tanto enquanto parte da estrutura de opressão como na dissidência (*Id.*, p. 267).

As lealdades e afinidades das mulheres iraquianas ao longo da história do seu país, sobretudo da segunda metade do século XX e no século XXI, dependem de uma inter-relação entre várias variáveis, não só a etnia e a religião como é comumente aceite. Entre as décadas de 1950 e 1960 as mulheres dividiam-se politicamente segundo a sua ideologia – fosse ela o comunismo ou o nacionalismo árabe, com a exceção do nacionalismo curdo, que se mantinha sob linhas étnicas, embora com divisões de acordo com a classe social e localização urbana/rural. O dia-a-dia sociocultural das mulheres, fora da política, era sobretudo influenciado pela etnicidade e religião.

Entre estes dois períodos acima mencionados, o Iraque passou de uma monarquia para uma República. Em 1958, 'Abd al-Karim Qasim toma o poder e derruba a Monarquia Hachemita, num golpe inspirado por Nasser no Egipto. Segundo Al-Ali, ao contrário do período da monarquia em que a política era sobretudo governada por árabes sunitas, durante o período de Qasim havia uma maior inclusividade étnico-religiosa. Não obstante, a época que se seguiu ao golpe levado a cabo pelo Partido Ba'th em 1963, comumente associado a um período violento e sectário, foi recordada pelas mulheres entrevistadas como um período de liberdade social e culturalmente vibrante sobretudo para as mulheres de classe média, apolíticas e seculares que beneficiaram dos avanços do regime na educação, modernização e providência social. A história seria diferente para aquelas politicamente ativas na oposição ao regime, que sofreram de prisões, tortura e execuções – curiosamente mesmo estas retrospectivamente apreciam as políticas de desenvolvimento do regime.

Com a subida ao poder de Saddam Hussein, em 1979, as divisões sectárias aumentaram devido à sua política de divisão e polarização do país. Os alvos do regime não podem ser associados a uma etnia ou religião específica, na medida em que a repressão do regime atingiu todas as pessoas, incluindo as pertencentes a minorias, que se opunham ao governo. Concomitantemente, uma classe média cosmopolita de Bagdade continuava a prosperar independentemente da identidade étnico-religiosa. A identidade predominante era a sociocultural, mesmo no período das sanções nos anos 90. Durante o período áureo do desenvolvimento económico, nos anos 1970 e 1980 até à Guerra Irão-Iraque e à Guerra do Golfo, e dentro do contexto da repressão política, a generalidade das mulheres iraquianas ganharam direitos socioeconómicos (*Id.*, p. 266).

A grande linha divisória que se traça é entre as experiências das mulheres no mundo rural, que por isso mesmo não beneficiaram de um sistema de educação dinâmico e em expansão nem do dinamismo cultural e intelectual dos centros urbanos, e as daquelas que viviam nesses mesmos centros urbanos (*Id.*, pp. 262-263).

Por outro lado, é preciso atender às diferentes fases na retórica do regime de Saddam Hussein, resultante da mudança de condições políticas, sociais e económicas, e no impacto que esta teve nas mulheres. Como foi acima mencionado, os benefícios do impulso na educação e na providência social beneficiaram principalmente aqueles que se situavam numa classe média urbana, mas no geral os benefícios foram sentidos em todas as classes. Houve uma tentativa de reverter o poder patriarcal privado em benefício do público, o que levou a uma reação menos favorável do setor religioso e conservador, que via este paternalismo estatal como uma forma de interferência nas tradições pessoais. Não obstante o melhoramento nas condições de vida das mulheres, o Estado continuava a ter uma posição ambivalente perante os direitos das mulheres que se refletiu na pressão, durante a Guerra Irão-Iraque, na função reprodutora da mulher numa sociedade cada vez mais militarizada e «*their bodies became increasingly the site of nationalist policies and battles*» (*Id.*, p. 267). As histórias de tortura e violência sexual cometida contra aquelas mulheres – e acrescente-se homens – que se opunham às políticas repressivas do regime, e a política dos casamentos e divórcios são exemplos claros.

Com a depauperação do país na sequência da Guerra do Golfo em 1991 e as sanções económicas impostas pela ONU, Hussein encetou uma política de alianças com os chefes tribais e conseqüentemente, em troca de lealdade, permitiu práticas ancestrais

como os «crimes de honra». A deterioração da economia, a mudança das políticas do regime e a defesa de valores cada vez mais conservadores contribuíram para a alteração das relações de género, das práticas e conseqüentemente nas condições de vida das iraquianas. Entre os anos 1990 e 2000, as mulheres diminuíram significativamente a sua participação na força de trabalho, o seu acesso à educação e ao sistema de providência foi restrito a par das restrições ao seu modo de vida defendida pelo conservadorismo crescente da sociedade (*Ibid.*).

A situação só piorou com a invasão do Iraque liderada pelos EUA em 2003. Parafraseando Al-Ali (cf. 2007, p. 260), a defesa do período de Saddam Hussein pelas iraquianas que entrevistou só pode ser analisada à luz dos acontecimentos que se seguiram à invasão. De facto, no rescaldo do caos e destruição resultante da invasão, a reconstrução de uma sociedade estável e pacífica pós-conflito tornou-se num sonho por realizar. A população sunita não se revia no governo xiita – os xiitas constituem a maioria da população iraquiana – de Bagdade e esse descontentamento, aliado à desmobilização dos militares que combateram contra os americanos, foi canalizado pelo que começou por ser um braço da Al-Qaeda e acabou como pretense Estado, fundado em ideais salafitas e wahabitas. O clima de guerra civil, atentados e ataques que se viveu pós-invasão foi determinante para formar o espaço ideal de desenvolvimento de um grupo que aproveitou a desorganização do exército iraquiano para se abastecer com armas e conquistar não só largas camadas do território iraquiano como uni-lo à debilitada, também pela guerra civil, Síria.

As mulheres sofreram particularmente com este caos, na medida em que a violência sexual tornou-se estrutural, não só devido ao fortalecimento das normas tribais e religiosas, que se vinham tornando cada vez mais rígidas, como ao aumento da violência institucional (e.g. crimes de honra; abusos da polícia, forças armadas, militantes de ideologias misóginas) (cf. Al-Ali, 2007/2016).³⁶ Citando Al-Ali num texto recente sobre a violência sexual no Iraque, «[...] *sexual violence, as we are witnessing now, did not emerge in a vacuum; Iraqi women and men were confronted with sexual and broader gender-based violence pre-invasion Iraq and, as well as in the post-invasion period*» (2016, p. 1).

³⁶ Para mais informações sobre as condições de vida das mulheres nos anos que se seguiram à invasão do Iraque em 2003 ver *At a Crossroads: Human Rights in Iraq Eight Years after the US-Led Invasion*, disponível em: <https://www.hrw.org/report/2011/02/21/crossroads/human-rights-iraq-eight-years-after-us-led-invasion>.

No caso da Síria, a hegemonia do Partido Ba'th foi mais precoce. O alinhamento com o nacionalismo árabe de Nasser levou à tentativa de um Estado conjunto (1958-1961), logo abandonado. A instabilidade política e social abre caminho ao golpe de Hafez al-Assad em novembro de 1970, seguindo-se um período marcado pela consolidação do poder e por um aparelho repressivo. As guerras levadas a cabo tanto em território israelita como libanês estenderam-se ao longo da segunda metade do século XX. Um dos alvos da repressão do regime sírio foram os movimentos islâmicos, como a Irmandade Muçulmana – um dos episódios paradigmáticos foi o ataque a Hama em 1982. A rivalidade entre o Partido Ba'th iraquiano e o sírio levou a Síria a apoiar o Irão na Guerra Irão-Iraque nos anos 1980.

Em 1994 sucede no poder Bashar al-Assad, segundo filho de Hafez al-Assad, formalmente eleito através de um plebiscito. Assiste-se então a algumas reformas pró-democráticas permitidas e levadas a cabo pelo regime, como a emergência de fóruns de discussão político-social, que culminaram no «Manifesto 99», a libertação de 600 prisioneiros políticos e o renascimento da Irmandade Muçulmana. Não obstante, logo no ano seguinte o regime suprimiu o movimento pró-democrático. Invocando o apoio dado pelo regime sírio a grupos como o Hamas, Hezbollah e o Movimento Jihadista Islâmico e a aquisição de ADM, Bush inclui a Síria, em 2002, no «Eixo do Mal», numa clara ameaça ao país, seguindo-se um período de fortes tensões nas relações entre a Síria e os países liderados pelos EUA. Em 2004, os EUA impuseram sanções económicas ao país acusando o mesmo de apoio a terroristas; concomitantemente e ao longo da segunda metade da década de 2000 as ondas de resistência contra o regime cresceram. É importante frisar que a par dos movimentos islâmicos dentro da Síria, os Curdos foram, tal como no Iraque, outro dos alvos do regime.

O descontentamento chegou ao paroxismo em março de 2011 quando protestos pró-democracia irromperam em Dera'a. Um período de seca particularmente grave que começou em 2006 e uma economia incapaz de absorver a população jovem ativa foram algumas das variáveis que levaram aos protestos, cujo catalisador foi a detenção e tortura de jovens que haviam pintado slogans revolucionários na parede de uma escola (Gleick, 2014, p. 331). Aos protestos seguiram-se as reações e demonstrações de força do regime que levaram à atual guerra civil na Síria. Neste conflito particularmente violento, são vários os relatos de crimes de guerra e contra a humanidade (e.g. ataques à

população civil, incluindo violência sexual; ataques com armas químicas)³⁷ cometidos tanto pelas forças do regime de Bashar al-Assad como pelas forças rebeldes – uma amálgama de forças pró-democracia, moderados e radicais islâmicos. O *Daesh* foi uma das forças radicais que aproveitou o caos gerado pela guerra na Síria. Para além de lutar no Iraque, estendeu a sua ação militar à Síria, tendo conquistado faixas do território entre Raqqa, na Síria, e Mossul no Iraque.³⁸

Num dos poucos estudos sobre a situação das mulheres na guerra da Síria, Katty Alhayek (2015) nota que as histórias das mulheres sírias que não encaixam no discurso *mainstream* dos *media* internacionais, sobre as vítimas da Guerra Civil, são invisibilizadas. A maioria das histórias de mulheres são marginalizadas em prol de histórias que se coadunem com a narrativa da refugiada síria como vítima dos homens opressivos e violentos da sua sociedade, dentro de uma categoria homogénea que não se reflete na prática (*Id.*, p. 1).

É importante ter em conta a diversidade de experiências de cada mulher, quer nos refiramos ao período anterior à Primavera Árabe e ao início do conflito armado na Síria, quer estejamos a falar das experiências das mulheres iraquianas durante o regime de Saddam, a ocupação americana e o período de guerra civil posterior. As histórias das mulheres sírias entrevistadas por Alhayek fornecem um bom exemplo da diversidade de experiências antes e durante o conflito. Sendo todas elas refugiadas, as suas situações sociais variam muito mesmo dentro dos grupos marginalizados e sem visibilidade pública – as estruturas económicas e sociais continuam a influenciar as suas experiências mesmo quando se tornam refugiadas. Nas seis entrevistas publicadas, Alhayek dá voz a mulheres invisibilizadas pelas representações mediáticas. Devido à interceção da classe, idade, educação, posição social da família e lugar de origem, as experiências das mulheres são muito diferentes, não obstante a violência estrutural da parte do regime, mas todas estas mulheres encontraram formas de resistir e sobreviver dentro das estruturas de poder e dominação tanto na Síria como na Jordânia (2015, pp. 24-25).

³⁷ Sobre a utilização de armas químicas ver *Attacks on Ghouta: Analysis of Alleged Use of Chemical Weapons in Syria*, disponível em: <https://www.hrw.org/report/2013/09/10/attacks-ghouta/analysis-alleged-use-chemical-weapons-syria>.

³⁸ Para mais informações relativas ao conflito na Síria ver <http://www.bbc.com/news/world-middle-east-26116868>.

Quanto à violência sexual, o fenómeno esteve presente em ambos os conflitos e em diferentes épocas da história da Síria e do Iraque. No Iraque, marcava presença no aparelho repressivo do regime de Saddam Hussein, foi cometida pelas tropas norte-americanas no terreno (Abu Ghraib) e pelas várias facções na guerra civil que se seguiu à invasão americana. Um recente artigo de Nadje Sadig Al-Ali faz precisamente um levantamento das experiências de violência sexual no Iraque das últimas décadas, surgindo assim as práticas extremas de escravização sexual do *Daesh* não como uma rutura, mas como exacerbação de tendências anteriores agudizadas sobretudo pelo caos que marcou os anos pós-invasão. Se a violência sexual no Iraque despertou pouco interesse mediático,³⁹ o mesmo já não se pode dizer da Síria: vejam-se as denúncias de violência sexual no decorrer da guerra civil entre os denominados ‘rebeldes’ e as forças do governo de Bashar Al-Assad, bem como pelos recentes relatos de escravatura sexual organizada por combatentes do *Daesh*.⁴⁰

Torna-se clara a interligação entre ambos os conflitos, desde logo ao nível do regime ditatorial – ambos os regimes eram liderados por minorias religiosas, mas seculares –, da dimensão sectária pós-regime ditatorial no caso do Iraque e durante a guerra civil no caso da Síria, com movimentos beligerantes sunitas, como é o caso do *Daesh*, a atuar nestes dois países. Recorde-se que o *Daesh* quer unir os dois países num califado, que os governos de ambos os países cooperam na luta contra os rebeldes e recebem apoio dos mesmos países, como é o caso do Irão. A intervenção americana no Iraque – que ficou conhecida como a Segunda Guerra do Golfo – é o elemento diferenciador, já que os indícios de violência sexual serviram inclusivamente para legitimar a intervenção dos EUA. Em vários discursos George W. Bush referiu as câmaras de tortura e violação de Saddam Hussein para defender a invasão do Iraque.⁴¹ Já antes a Presidência Bush instrumentalizara amplamente a violência sexual para justificar a invasão do Afeganistão. Durante a guerra na Síria, os defensores de intervenções externas contra Bashar Al-Asad referiram, por volta de 2013, a violência

³⁹ No entanto, esses acontecimentos foram amplamente documentados por organizações de direitos humanos ocidentais. Veja-se, por exemplo, o relatório da Human Rights Watch *Climate of Fear: Sexual Violence and the Abduction of Women and Girls in Baghdad* (July 15, 2003, <https://www.hrw.org/report/2003/07/15/climate-fear/sexual-violence-and-abduction-women-and-girls-baghdad>).

⁴⁰ Cf. http://www.yourmiddleeast.com/columns/article/sexual-violence-as-a-war-strategy-in-iraq_25812; <http://globaljusticecenter.net/index.php/publications/advocacy-resources/173-invisible-and-silenced-women-the-stories-of-women-tortured-during-saddam-hussein-s-regime>.

⁴¹ Veja-se a cronologia das referências às «salas de violação de Saddam» nos discursos de Bush e de figuras importantes da sua administração (Saletan, 2004).

sexual e os ataques químicos como justificção para a ingerência. Mas foi mais recentemente, com o *Daesh*, que os casos de violência sexual, particularmente a que se refere à escravatura sexual contra minorias cristãs e *yazidis* em ambos os países, têm suscitado um grande interesse da comunidade internacional. Na realidade os relatos de escravatura sexual do *Daesh* acabaram por monopolizar a atenção mediática à violência sexual nas guerras da zona.

É assim que se construiu uma imagem da mulher síria e iraquiana, sobretudo das refugiadas, como vítima que necessita de ser salva pelo Ocidente. Esta ideia homogeneizadora das experiências das mulheres do Médio Oriente, especificamente da Síria e do Iraque, durante este período de conflito armado, como vítima da objetificação e agressão sexual do homem muçulmano e da sociedade patriarcal, onde esta masculinidade sexualmente agressiva (cf. Alhayek, 2015) se desenvolve, acabou por ser também instrumentalizada: tanto por movimentos civis e políticos europeus na tomada de decisão e sancionamento de políticas xenófobas de restrição de asilo ao refugiados, bem como como forma de justificção do imperialismo ocidental, mascarado ou imbuído de paternalismo estatal. O fenómeno que Ticktin observara nos primeiros anos do século XXI (cf. Ticktin, 2008) continua a manifestar-se, agora no contexto do impacto da Guerra da Síria. Como veremos através da análise da imprensa portuguesa, nestas construções de significado a violência sexual é particularmente importante: através da seleção das vítimas visíveis, i.e., da construção mediática da vítima, trata-se de um tipo de violência mais *genderizado* e por isso mais suscetível de conseguir consensos no que toca ao salvamento das mulheres muçulmanas indefesas pelos soldados ocidentais.

IV. Investigação Preliminar

Objetivos, teoria e metodologia

Neste ponto, e depois da análise da literatura referente aos conceitos centrais do projeto e do esclarecimento acerca do objetivo alargado da investigação, iremos proceder à explanação da investigação preliminar. Como foi amplamente supramencionado, o objetivo é responder à questão: *de que forma os media portugueses, enquanto media ocidentais, retratam a violência sexual exercida por forças beligerantes/insurrecionais nos conflitos da Síria e Iraque (2010-2015)? Quais são os pressupostos político-filosóficos e psicossociais por detrás desta narrativa? E*

procurar corroborar ou refutar o argumento segundo o qual *a narrativa vinculada pelos media portugueses representa simbolicamente o homem muçulmano como agressor e a mulher (seja ela cristã ou muçulmana) como vítima. A este discurso está subjacente uma ideia determinada e generalizada do homem e da mulher do Médio Oriente – orientalismo – difundida pelo mainstream ideológico ocidental, que em última análise constitui uma forma de violência simbólica e intolerância dissimulada, que fornece uma justificação plausível para os discursos islamofóbicos ocidentais, falhando em defender os direitos destas mulheres, para além de legitimar ingerências ocidentais no Médio Oriente e políticas anti-imigração.*

Recorrer-se-á ao método de análise abdução e, portanto, baseado na procura de uma análise, e a partir daí sugerir-se-á uma hipótese explicativa que será explorada na investigação posterior.

Reflexões metodológicas: a análise de discurso nos media

Como já foi referido anteriormente, a presente investigação preliminar, sobre a imprensa portuguesa, recorre à análise crítica do discurso. Os objetivos da análise crítica de discurso passam pelo foco em problemas sociais; pela visão das relações de poder enquanto discursivas e do discurso enquanto constitutivo da sociedade, da cultura e da ideologia: o discurso é histórico e uma forma de ação social; a ligação entre o texto e a sociedade é mediada e a análise de discurso é interpretativa e explicativa (Fairclough & Wodak, 1997, pp. 271-80 *apud* Dijk, 2001, p. 353). Não obstante este tipo de análise de discurso não ter um enquadramento teórico único, podemos, no entanto, ter presente, para além das características acima enunciadas, a divisão da análise em dois níveis: 1) micro, i.e., o uso da linguagem, o discurso, a interação verbal e a comunicação; 2) macro, i.e., poder, domínio, a desigualdade entre grupos sociais (Dijk, 2001, p. 354). As ações/interações ao nível micro influenciam e permitem a existência das estruturas de poder a nível macro, e.g. qualquer discurso reproduzido num órgão noticioso acaba por influenciar a opinião pública de uma determinada maneira, por exemplo, contribuindo para certos estereótipos que irão aumentar o sentimento xenófobo, racista, sexista etc. numa determinada população.

Este tipo de poder, ou seja, a capacidade de influenciar, é maior nas camadas da população que têm maior acesso a recursos sociais escassos como é o caso da informação, por exemplo, o que lhes permite ter a capacidade de controlar os discursos públicos, e.g. a comunicação social (*Id.*, p. 355). É, portanto, necessário determinar qual

é o tipo de poder e qual é o discurso ao qual está vinculado, para posteriormente determinar: 1) como é que determinados grupos controlam o discurso público? 2) como é que estes discursos controlam os pensamentos e as ações dos grupos menos poderosos, e quais são as consequências sociais deste mesmo controlo? A resposta a estas questões passa pela definição do discurso como eventos comunicativos complexos, sendo que o acesso e o controlo podem ser definidos tanto para o *contexto* como para a estrutura do texto e a fala em si (*Id.*, p. 356; 358).

A análise de discurso analisa os vários contextos do discurso, desde os processos cognitivos da produção e receção até às dimensões socioculturais da linguagem e comunicação (Dijk, 1988, p. 2). Mais especificamente, a análise crítica do discurso é um tipo de análise de discurso cujo principal objeto é o poder social, ou mais especificamente, a forma como o poder social gera, reproduz e resiste ao abuso, dominação e desigualdade através do texto e da palavra em contextos sociais e políticos complexos – a posição socialmente comprometida contra a desigualdade social e a favor de uma emancipação social é outra das características diferenciadoras da análise crítica do discurso (*Id.*, 2001, p. 352).

Análise dos discursos: método de pesquisa

A análise dos discursos nos *media* portuguesas foi feita com base na pesquisa de peças jornalísticas em três jornais portugueses, nas suas edições impressas e *online*: o *Público* (impressa e *online*), *Correio da Manhã* (apenas *online*) e *Expresso* (impressa e *online*). A escolha destes três jornais teve como móbil a abrangência de posições político-sociais dos jornais utilizados e dos seus formatos. Em primeiro lugar, foram escolhidos jornais diários e um semanal, ao mesmo tempo houve a preocupação de escolher, dentro das possibilidades anteriores, dois jornais respeitados como “sérios” por conterem informação de referência, *Público* e *Expresso*, e um tido como sensacionalista, o *Correio da Manhã*. O *Correio da Manhã* foi recolhido apenas na sua versão *online* devido à dificuldade na pesquisa e acesso às suas versões impressas.

O *Correio da Manhã*, sendo um jornal diário com 36 anos e de grande tiragem, está presente no dia-a-dia da esmagadora maioria dos portugueses. De facto, é o jornal com mais distribuição em locais de convívio e/ou descanso como são os cafés. A estrutura, o conteúdo divulgado neste jornal, bem como a dimensão da tiragem deste jornal generalista em Portugal remetem-no para a esfera da imprensa sensacionalista. O *Expresso*, por outro lado, é um jornal de referência de grande tiragem semanal, o

segundo com maior tiragem e circulação depois do *Correio da Manhã*, e o jornal mais antigo dos três (em 2015 contava 43 anos). Foi fundado por Francisco Pinto Balsemão em 1973, em plena ditadura marcelista, ficando, devido ao seu fundador e ao conteúdo que publica, associado à ala liberal do regime ditatorial e posteriormente, já em pleno regime democrático, ao centro-direita. Por último, o *Público* é o jornal diário de menor tiragem e circulação, em comparação com o *Correio da Manhã* e o *Expresso*.⁴² Tido também como jornal de referência, na sua origem foi considerado como estando politicamente próximo do centro-esquerda.

A pesquisa de peças jornalísticas baseou-se na procura, em base de dados, das palavras «violência sexual + violações + síria + iraque», no período entre 2010 e 2015, mais especificamente de janeiro de 2010 a dezembro de 2015 (ver Anexos, Cronologia Noticiosa). A pesquisa por palavras conjugou-se com a leitura em contexto dos textos jornalístico, no sentido de evitar palavras soltas. Os artigos, reportagens e textos de opinião que não se relacionavam com o fenómeno da violência sexual nos conflitos da Síria e do Iraque foram descartados, pese embora tenham os termos supramencionados.

Assim sendo, foram encontrados quarenta e três artigos que correspondiam aos objetivos da pesquisa. De entre eles treze pertenciam ao *Correio da Manhã online*, quatro ao *Expresso* versão impressa, dois ao *Expresso online*, doze ao *Público* versão impressa e doze à versão *online*. Naturalmente, não havendo alteração do conteúdo, foram eliminadas duplicações dos artigos na comparação da versão impressa e versão *online* de cada jornal. No que toca à tipologia das peças jornalísticas selecionadas, a maioria são notícias, cerca de trinta e seis. Há ainda três artigos de opinião na versão impressa do *Público* e um no *Correio da Manhã online*, duas reportagens na versão *online* do *Público* e duas no *Expresso*.

Olhando para a cronologia dos artigos ao longo dos cinco anos, é possível encontrar períodos pico das notícias difundidas nos três jornais sobre violência sexual em ambos os conflitos. Desde já, é possível distinguir um período, de sensivelmente um ano, entre julho de 2014 e julho de 2015 de pico noticioso em Portugal (ver Apêndice B: Cronologias). Este pico corresponde, olhando para as cronologias relativas ao mesmo período no Iraque e na Síria, à consolidação da tomada de Mossul pelo *Daesh* no Iraque, que ocorrera em junho de 2014, e conseqüente auto proclamação do Califado pelo

⁴² Informações referentes à tiragem e circulação dos jornais, vide http://www.apct.pt/Analise_simples.php?idSegmento=2&ano=2015&ordenacao=tiragem1Bi%20DESC.

Daesh de Aleppo na Síria a Diyala no Iraque, à ocupação da base aérea de Tabqa, consolidando-se o controlo de toda a província Raqqa por militantes do *Daesh* e aos ataques aéreos dos EUA e cinco países árabes contra o *Daesh* em Aleppo e Raqqa. É a partir deste pico que o foco nas notícias de violência sexual muda da violência sexual perpetrada por forças afetas ao governo de Bashar al-Assad para a dos militantes do *Daesh*, sendo o momento mais marcante a tomada de Sinjar e o massacre que se seguiu. A partir da conquista de Sinjar, as peças jornalísticas passam a focar sobretudo as *yazidis* como vítimas de violência sexual.

Os discursos dos media portugueses: A violência sexual na Síria e no Iraque (2010 a 2015)

Público:

No *Público* o tema da violência sexual surge em vinte e quatro textos: dezoito notícias, duas reportagens, quatro artigos – três dos quais de opinião. Em cinco é o tema central e em dezanove é apenas referido.

A maioria dos textos tende a apoiar-se em fontes estrangeiras: relatórios e/ou denúncias de ONGs, documentos ou iniciativas da ONU, incluindo a reportagem de Kevin Sullivan em exclusivo para o *Washington Post* e divulgado no *Público online*. Apenas uma reportagem se apoia em investigações de jornalistas do *Público* no terreno. Isto poderá sinalizar uma dependência informativa dos canais nacionais de fontes estrangeiras para noticiar o Médio Oriente e a maneira como a imprensa nacional tende a reproduzir discursos externos de carácter, mais ou menos marcadamente, ocidental. De qualquer maneira, em abono do jornal, há que notar um esforço de fundamentação da informação (através de dados divulgados por ONGs e do envio de uma jornalista como Alexandra Lucas Coelho com conhecimento do terreno para a região). A este propósito vale a pena ter em conta a consideração da jornalista Cândida Pinto, falando sobre a sua experiência pessoal na fronteira entre a Turquia e a Síria durante a Batalha de Kobani, ao dizer que para conhecer as experiências dos combatentes é necessário passar mais tempo e criar relações mas que esse tipo de investimento é muito avultado para empresas portuguesas como a SIC (para a qual trabalha), na medida em que é necessário contratar interpretes e seguranças.⁴³ Há também textos que denotam um

⁴³ Aula aberta subordinada ao tema “O Estado Islâmico em Debate”. A apresentação de Cândida Pinto foi feita no âmbito do tema “Género e Guerra: As mulheres que combatem o Estado Islâmico” organizada pelo ISCTE, Centro de Estudos Internacionais e IDN, no dia 18 de fevereiro de 2016.

esforço de perceber como o EI surgiu e o que torna atraente para muitos (sobretudo jovens europeus)⁴⁴.

A violação é referida tendencialmente como um entre vários crimes de guerra (em muitos textos aparece apenas brevemente), sendo relativamente poucos os textos que apenas se ocupam de violência sexual.⁴⁵ Surge também referida para mostrar a natureza e dimensão da violência e do sofrimento dos refugiados, principalmente mulheres, uma vez que este tipo de violência é retratado como sendo um problema quase exclusivamente feminino (nalguns textos refere-se todavia que este tipo de crime também é cometido contra crianças). As referências à violência sexual, sobretudo no caso das vítimas crianças, surgem no sentido de criar empatia para com as vítimas.⁴⁶ Nalguns a violência sexual é usada como motivo para criar compaixão/empatia para com refugiados, e.g. «Mas as histórias de horror vindas da guerra da Síria nos últimos três anos – povoações inteiras dizimadas com armas químicas, mulheres violadas, cidades destruídas – não foram suficientes para convencer os governantes a canalizar mais dinheiro para os quatro milhões de sírios obrigados a fugir das suas casas».⁴⁷ As citações diretas, quando as há, são exclusivamente provenientes de refugiados, enquanto aqueles que vivem sob o jugo dos perpetradores ou morreram são citados indiretamente ou representados pelos que podem falar, respetivamente. Esta situação decorre do facto de as agências internacionais não enviarem jornalistas, por questões óbvias de segurança, para as zonas onde a guerra está a decorrer, mas apenas para os países vizinhos.

Em termos de cronologia, nota-se que a violência sexual aparece em duas peças no ano 2010, uma no ano 2011, duas em 2012, seis em 2013, cinco em 2014 e sete em 2015. Ou seja, o interesse na questão aumentou progressivamente: os três anos com mais peças noticiosas foram o de 2013, 2014 e 2015. É de notar, todavia, que no primeiro ano a primeira notícia referia-se às informações divulgadas pela *Wikileaks* acerca da atuação americana na Segunda Guerra do Golfo, dando-se ênfase ao facto de

⁴⁴ «A vida no Estado Islâmico», Kevin Sullivan, 18/10/2015 (*Público online*).

⁴⁵ Entre outros: «Estão a ser feitos 'horrores indescritíveis' às crianças da Síria», Ana Fonseca Pereira, 06/02/2014; «ONU envia missão ao Iraque para investigar atrocidades», 01/09/2014 (*Público online*); «Jihadistas recrutam, escravizam e enterram crianças vivas no Iraque, diz relatório das Nações Unidas», Sofia Lorena, 07/02/2014.

⁴⁶ «Cada vez há mais crianças a chegar à Europa sozinhas», Maria João Guimarães, 29/08/2015; Sofia Lorena, *op. cit.*; Ana Fonseca Pereira, *op. cit.*

⁴⁷ «ONU pede-lhe um dólar para alimentar os refugiados sírios», Clara Barata, 05/12/2014 (*Público online*).

os americanos terem ignorado a violência das forças iraquianas – portanto os agressores sexuais são os militares iraquianos enquanto os americanos são apresentados como cúmplices –, ao mesmo tempo que se frisa «todas as denúncias envolvendo forças da coligação eram sujeitas a inquéritos formais». Os americanos não são associados à violência sexual, mesmo depois de Abu Ghraib; os crimes das forças de coligação são descritos como mortes em ataques de soldados que se haviam rendido e a civis.⁴⁸

Tal como a notícia anterior, a segunda e última notícia de 2010 também não tem a violência sexual como foco central, esta é mencionada como exemplo ilustrativo da realidade descrita no relatório da Amnistia Internacional acerca da conivência dos «governos poderosos» ao «bloquearem a justiça internacional».⁴⁹ A violência sexual é mencionada no contexto dos atos cometidos com «“escandaloso desrespeito” pelas populações civis» no Iraque e noutros países fora do Ocidente – com a exceção dos EUA devido à sua política antiterrorismo – no seguinte segmento: «Na maioria dos conflitos, mulheres e raparigas foram vítimas de violação sexual e outros tipos de violência, exercida sobre elas tanto por forças governamentais como por grupos armados». Este tipo de notícia é recorrente ao longo do tempo da nossa análise. É um discurso problemático na medida em que invisibiliza a experiência de violência sexual de outros que não mulheres (nomeadamente a tortura sexual nas prisões do regime não só contra mulheres). Para além de não questionar a categoria mulher, não se distinguem as mulheres que são vítimas de violência sexual com outras variáveis que contribuem para que isso aconteça. As mulheres são no fundo encaradas como um grupo homogéneo atacado de forma generalizada apenas por serem mulheres alimentando-se uma ideia de «eterna vítima».

Em 2011 até julho, os perpetradores eram nomeados ou como sendo homens armados na Síria – as notícias anteriores referiam apenas o Iraque –, uma categoria bastante vasta e vaga, ou como forças armadas e milícias afetas ao regime de Bashar al-Assad. Trata-se de as notícias maioritariamente baseadas em relatórios da ONU. Os rebeldes foram começando a ser acusados de crimes de guerra, mas segundo as notícias «com “menos gravidade e frequência” do que as forças do regime». Os abusos dos rebeldes são considerados consequências do encarniçar da guerra em 2013. Os crimes

⁴⁸ «Wikileaks atinge EUA com “impacto máximo”», Maria João Guimarães, 29/10/2010.

⁴⁹ «Governo sírio cometeu “crimes contra a humanidade”, diz relatório das Nações Unidas», Ana Gomes Ferreira, 29/11/2011.

mais graves, nos quais a violência sexual se insere, são atribuídos às forças afetadas a Bashar al-Assad.⁵⁰

Em 2013, quatro das seis peças jornalísticas triadas tinham a violência sexual como foco central, embora não se dê voz às vítimas nem as individualizem. A maioria dos casos é relatado de forma indireta e mesmo nos poucos casos onde as vítimas são nomeadas não existem citações diretas para além das pertencentes a representantes das ONG. Uma das notícias descreve as condições de vida no campo de refugiados Zaatari, onde 70% dos refugiados são mulheres.⁵¹ A descrição do campo é acompanhada pela enumeração dos perigos que as mulheres correm: «ameaças, da violência dos *gangs* que roubam e assediam [...] abusos sexuais e casamentos forçados [...] de jovens, algumas com apenas 14 anos, vendidas pelos pais a jordanos e sauditas, e que acabam quase invariavelmente abandonadas depois de violadas».

Antes do surgimento mediático do *Daesh* com a conquista de Mossul, em 2014, a localização das violações tende, portanto, a ser algo difusa (ou não se diz quem são os violadores ou se diz que são todos os lados; quando se nomeiam os responsáveis tendem a ser o regime). Depois do surgimento mediático do *Daesh* passa a haver uma definição clara de vítimas e violadores: vítimas são mulheres das minorias e agressores são homens do *Daesh*, «A ONU estima que o EI já terá reduzido à condição de 'escravas sexuais' cerca de 1500 mulheres e raparigas no Iraque e na Síria [...]».⁵² Nalguns textos as forças curdas surgem como salvadores. Deixa de haver acusações ao regime. Em termos étnicos as vítimas são minorias (destaque às cristãs) e os agressores passam a ser identificados com uma versão radical do Islão (nalguns artigos paralelos de outros lugares e guerras: Talibã e Boko Haram).⁵³

A partir da conquista de Mossul em junho de 2014, as atenções dividiram-se, já que a esmagadora maioria das notícias sobre violência sexual até então era relativa à guerra na Síria. A notícia de 7 de fevereiro de 2015 no *Público* inicia as notícias relativas ao *Daesh*, nomeadamente na sequência dos acontecimentos em Sinjar em agosto de 2014, onde, sustentando-se num relatório da ONU, se explora as «atrocidades» – adjetivo várias vezes utilizado – dos «jihadistas» - palavra com conotações religiosas que favorece a associação dos agressores com a própria religião –,

⁵⁰ «ONU acusa Síria de crimes contra a humanidade», 15/08/2012 (*Público online*).

⁵¹ «Zaatari, o campo que é a imagem do êxodo sírio», Ana Fonseca Pereira, 24/08/2013 (*Público online*).

⁵² «A violência sexual é cada vez mais uma arma de terror», 15/04/2015.

⁵³ *Ibid.*

como a utilização de crianças «como bombistas suicidas, escudos humanos ou escravas sexuais; outras são enterradas vivas, crucificadas ou vendidas».⁵⁴ A 1 de setembro de 2014 o *Público online* publica uma notícia curta a dar conta do envio de uma missão da CDH da ONU para investigar os relatos de «atrocidades cometidas “a uma escala inimaginável” pelos combatentes do Estado Islâmico no Iraque» contra minorias como os cristãos, *yazidis* e turcomanos, com uma breve referência aos crimes cometidos pelo governo iraquiano.⁵⁵ Podemos concluir que a «entrada em cena» do *Daesh* provoca uma reconfiguração na visibilização das vítimas e violadores com uma determinada constelação a passar a monopolizar a atenção mediática. Nas várias fases nota-se uma falta de atenção às vítimas masculinas de violência sexual, uma homogeneização artificial das experiências das mulheres vítimas de violência sexual e, por fim, a atenção prestada à violência contra as crianças como pináculo da crueldade do *Daesh*.

A visibilização da violação parece obedecer às preocupações dos europeus neste conflito: um exemplo que advém das preocupações da esquerda portuguesa com os refugiados. Essa preocupação é particularmente visível nas crónicas de Rui Tavares, que utiliza a violência sexual como exemplo ao abordar os casos prioritários de asilo.⁵⁶ O que Tavares realça é a especial vulnerabilidade dos refugiados e, nomeadamente daqueles que são reinstalados. A violência sexual é mencionada para realçar as situações extremas por que passaram os refugiados, com o intuito de sensibilizar o leitor para as experiências especialmente traumáticas dos mesmos. A sua segunda crónica reforça, ao mesmo tempo, a falta de vontade política em assumir responsabilidades em relação a estas pessoas que diariamente tentam atravessar o Mediterrâneo e que são certamente, na sua maioria, refugiados que se inserem na categoria prioritária acima mencionada. O uso do caso das mulheres e crianças vítimas de violência sexual funciona como um apelo à consciência de um Estado protetor. Ainda relativamente à preocupação com os refugiados, o *Público*, mencionando dados da *Save the Children* alerta para o aumento da chegada de crianças sozinhas.⁵⁷ Nesta notícia a violência sexual é mencionada como fenómeno ao qual as crianças do sexo feminino passam ao passar pela Líbia e «apesar de a maioria serem rapazes, a preocupação cresce quando se trata de raparigas, que são muitas vezes rapidamente levadas para serem traficadas para prostituição». Tanto no

⁵⁴ «Jihadistas recrutam, escravizam e enterram crianças vivas no Iraque, diz relatório das Nações Unidas», Sofia Lorena, 07/02/2015.

⁵⁵ «ONU envia missão ao Iraque para investigar atrocidades», 01/09/2014, (*Público online*).

⁵⁶ «Responsabilidade nossa», 01/04/2013; «Isto não tem de ser assim», 22/04/2015.

⁵⁷ «Cada vez há mais crianças a chegar à Europa sozinhas», Maria João Guimarães, 29/08/2015.

primeiro como no segundo cenário as atenções viram-se para os traficantes que as ajudam a viajar para a Europa e os habitantes da Líbia, não sendo mencionados europeus nem redes de tráfico europeias. Outro exemplo de tentativa de sensibilização encontra-se na notícia de 5 de dezembro de 2014 com o título «ONU pede-lhe um dólar para alimentar os refugiados sírios». Esta notícia apela à solidariedade para com os refugiados tanto a nível individual como coletivo, a partir da campanha da Amnistia Internacional para que se conceda autorizações de residência a pessoas «especialmente em risco» como são o caos das vítimas de violação.

Para além desta preocupação mais geral com os refugiados, assiste-se também à sensibilização do leitor para as consequências e dificuldades que a violência sexual poderá trazer para a reconstrução das sociedades pós-guerra. Na crónica de William Hague – Ministro dos Negócios Estrangeiros britânico à data – a violência sexual é encarada de forma instrumental e enquanto fenómeno exclusivamente feminino.⁵⁸ Na prática o artigo pretende criar uma opinião pública favorável à assinatura de um acordo político entre os G8, num encontro que decorreria no Reino Unido, cujo mote era a violência sexual: «é nosso dever como dirigentes políticos de países livres e seres humanos acabar com a impunidade daqueles que usam a violação como arma de guerra, e assegurar que as vítimas nunca mais sejam abandonadas». É por demais evidente a distinção que se faz entre «países livres», à margem deste problema, que possuem superioridade moral para julgar, e os «outros», aqueles que utilizam ou são coniventes com a violência sexual. Há na crónica, para além da utilização de forma problemática das experiências das mulheres, a instrumentalização do corpo de uma criança para criar empatia no leitor: «há duas semanas visitei a República Democrática do Congo onde me foi entregue uma fotografia de uma menina de cinco anos que tinha sido violada».

Passemos agora a uma peça noticiosa sobre as declarações de Rui Manchete – Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal à data – na sequência dos atentados contra o *Charlie Hebdo* e do relatório da CDH sobre a Síria, com o objetivo de apresentar o *Daesh* como ameaça que a comunidade deveria combater.⁵⁹ Assim, o ministro afirma que a «comunidade internacional não pode permanecer indiferente perante a escala de violações e de abusos que aí vêm descritos e que não podem senão merecer condenação» realçando ao mesmo tempo a determinação em erradicar o *Daesh*

⁵⁸ «Fim à violência sexual com arma de guerra», 11/04/2013.

⁵⁹ «Rui Machete reivindica liberdade de expressão e defende papel dos jornalistas», Nuno Ribeiro, 03/03/2015.

como fonte deste mal. O *Daesh* é visto como perigo na Europa numa altura em que é bombardeado pelos países da NATO e criminalizado em vários países (os jovens europeus do *Daesh* são tratados como perigo pela importação de terrorismo). Por seu lado, verifica-se interesse pela situação dos refugiados que tentam chegar à Europa e que estão em campos de refugiados (que países europeus financiam com objetivo de evitar que tentem a travessia). Há, neste sentido, um constante apelo à ação no término do conflito na maior parte das notícias.

É importante atentar no facto de a maioria das vítimas nomeadas serem refugiadas sírias que encarnam o ideal da vítima nos *media*. Na peça jornalística «Refugiada síria no Líbano: Nós rendemo-nos à realidade da violação» podemos confrontar esse ideal pela imagem de passividade da vítima que transparece no verbo «render». ⁶⁰ A esta passividade acresce a falta de visibilidade das experiências individuais destas mulheres, pois a notícia é baseada num relatório da ONG e as pessoas entrevistadas são representantes da ONG e um médico, não existindo citações diretas das 240 refugiadas entrevistadas para a elaboração do relatório. Acresce que a violência sexual é aqui retratada como um problema exclusivamente feminino e como o pior que pode acontecer a uma mulher ou rapariga. O objetivo da peça é alertar para a falta de apoio que estas mulheres têm nos campos de refugiados e a exortação à alteração desta situação, cujos motivos foram supramencionados.

A única reportagem, da autoria de Alexandra Lucas Coelho em Erbil, retrata a «fuga [dos cristãos] ao 'Estado Islâmico».⁶¹ Divulgada pelo *Público online*, tem como foco central as experiências dos cristãos que fugiram dos territórios sob o jugo do *Daesh*. Faz-se uma demarcação entre aqueles que viveram «desde sempre no Iraque» – os cristãos – e os jihadistas estrangeiros que «falavam uma língua estranha». Há um esforço por parte de Lucas para criar empatia em relação a estas pessoas ao mencionar as condições em que vivem e as suas ocupações, muito semelhantes às nossas. Há citações diretas de refugiados cristãos, humanizando-os através dos seus anseios, lutas e medos – mais especificamente de um padre de Qaraqosh e Majida, uma mãe de cinco filhas e um filho. Com Majida somos levados até ao mundo das crianças, desde a sua filha mais nova de oito anos até à «mais velha [que] está nos 24. Qualquer uma delas poderia ser transformada em escrava sexual no sistema do “Estado Islâmico”». As

⁶⁰Sofia Lorena, 15/01/2013.

⁶¹ «Cristãos desde sempre no Iraque agora em fuga ao “Estado Islâmico”», Alexandra Lucas Coelho, 30/05/2015.

mulheres são associadas à violência sexual, a sua vulnerabilidade é sexual e o propósito de o mencionar é criar empatia em relação às preocupações da mãe. A reportagem explora ao mesmo tempo a relação entre os cristãos iraquianos e os Outros, assim como as ligações que se estabelecem entre os últimos: a conivência dos árabes sunitas em relação ao *Daesh* contra o governo xiita, governo esse visto como resultado da ocupação americana. Quando a repórter analisa as respostas dos seus entrevistados, sobre a origem do atual problema no Iraque, cita-os indiretamente afirmando que a origem do *Daesh* advém de más decisões de governos locais e potências externas, mas, quando a repórter avalia a resposta de Majida, considera que esta é «menos abrangente, refletindo só mal-estar em relação aos americanos. Um mal-estar que é muito mais dos refugiados vindos de terras não curdas, como estes, que dos curdos, geralmente simpatizantes da América». Nota-se assim que Lucas cria empatia pelo sofrimento associado a Majida (ameaça sexual), mas sinaliza distância perante a sua análise política.

Correio da Manhã online:

No *Correio da Manhã*, versão *online*, o tema da violência sexual surge em treze textos: doze notícias e um artigo de opinião. Em seis é o tema central e em sete é apenas referido.

A esmagadora maioria das notícias publicadas pelo *Correio da Manhã* tem como base relatórios da ONU ou de ONGs. Algumas aparecem com a referência da Lusa, mas a maior parte não apresenta autor. Mais de metade das notícias são curtas.

A primeira notícia foi publicada a 15 de agosto de 2012 e baseia-se num relatório elaborado por enviados da ONU à Síria onde se dá conta de crimes contra a Humanidade cometidos pelo regime sírio, de entre os quais se menciona a violência sexual.⁶² Embora o subtítulo anuncie que o relatório «dá conta dos graves crimes perpetrados pelas duas partes» do conflito, o corpo da notícia adianta, através de uma citação direta do relatório, que os crimes perpetrados pelos rebeldes «não têm a mesma gravidade, frequência e escala» em comparação com os do regime. Há, portanto, uma clara distinção entre o regime que leva a cabo crimes mais graves, frequentes e em maior escala, de entre os quais violência sexual, e os rebeldes, que embora cometam crimes contra a humanidade, não são tão «graves» – não havendo menção a violência sexual quando se fala deles.

⁶² «ONU acusa regime sírio de crimes contra a Humanidade».

No ano de 2013 não há notícias sobre violência sexual nestes dois conflitos. Apenas em junho de 2014 se retoma o tema da violência sexual através das afirmações da ONG espanhola *Entreculturas* no âmbito do lançamento do relatório do ACNUR no Dia do Refugiado.⁶³ Esta ONG dá conta da existência de «22 milhões de mulheres e raparigas deslocadas no mundo» entre as quais se encontram sírias e, não tendo esta notícia como foco central a violência sexual, esta é apresentada como uma das razões que obriga estas mulheres a sair do seu país. Há, portanto, uma associação entre a violência sexual e o género feminino. No mês seguinte, retomando o tema dos refugiados, o *Correio da Manhã* volta a revelar dados de um órgão da ONU, desta feita da Unicef, sobre o aumento dos casamentos de crianças refugiadas na Jordânia entre 2012 e 2013, em cerca de 7%.⁶⁴ A notícia também cita a ONG *Save the Children* («os casamentos precoces e forçados entre meninas sírias refugiadas duplicou desde o início da guerra»), rematando com uma citação indireta que afirma que 48% se trata de uniões com homens 10 anos mais velhos. Ora, segundo a notícia, estes casamentos devem-se à pobreza e risco de violência sexual, uma formulação que parece sinalizar uma dissociação dos casamentos em si da violência sexual. O género das vítimas não é mencionado ou quando é mencionado é associado ao género feminino, tanto a mulheres como a raparigas. Para além disso, a notícia incita-nos a pensar as raparigas sírias como vítimas da sua própria cultura e sociedade.

Tal como no *Público*, é possível fazer uma distinção entre as notícias anteriores à conquista de Mossul e ao Massacre de Sinjar e as notícias que se seguiram, na medida em que nas primeiras a definição dos agressores era vaga, com a exceção dos crimes imputados ao regime e à suposta fraqueza das famílias das raparigas sírias refugiadas, e na segunda as notícias passaram a direccionar a culpa contra os militantes do *Daesh*. Mais uma vez, a notícia de novembro de 2014 baseia-se nas afirmações obtidas nas Nações Unidas, através de uma Comissão de investigação que acusa o *Daesh* de violentar sexualmente mulheres e de extermínio de minorias, representados na notícia como fenómenos dissociados.⁶⁵ Embora o relatório se baseie em entrevistas feitas a 300 pessoas, entre as quais homens, mulheres e crianças nenhum é citado e os crimes são associados apenas a vítimas do sexo feminino. No ano seguinte, noticiam a libertação de mais de 200 reféns *yazidis* no Iraque, de entre os quais «velhos, mulheres, crianças e

⁶³ «Há 22 milhões de mulheres e raparigas deslocadas no mundo, diz ONG espanhola», 20/06/2014.

⁶⁴ «Pobreza e violência sexual aumentam casamentos de meninas refugiadas», 16/07/2014.

⁶⁵ «Comissão de investigação da ONU acusa EI de crimes de guerra», 14/11/2014.

peças com problemas mentais» – há uma clara dissociação das mulheres em relação aos outros grupos. Não obstante a notícia ter como mote a libertação da parte do *Daesh* dos reféns, não se deixa de utilizar a violência sexual para frisar as «atrocidades» do grupo. Para se falar do *Daesh* utiliza-se o epíteto «jihadistas», palavra com clara conotações religiosas. Fala-se de «atrocidades do grupo extremistas sunita» – outra clara associação do grupo à religião muçulmana no seu ramo sunita – aquando da conquista da «“casa” dos yazidis» numa alusão à pertença destes últimos em relação aos primeiros. A notícia termina afirmando que os abusos dentro da área controlada pelo *Daesh* se têm multiplicado, apagando-se o tom da libertação. As «atrocidades» cometidas pelo grupo, especialmente a violência sexual é exponenciada através dos relatos de mulheres que optaram pelo suicídio «para escapar a este destino».

A associação entre a violência sexual e os grupos extremistas está presente nas notícias que se seguem, como é exemplo a notícia com o título «Grupos extremistas aumentam a violência sexual».⁶⁶ Esta associação tem implícita outra associação, desta feita dos grupos extremistas que cometem crimes sexuais ao Islão. Todos os «grupos extremistas» mencionados na notícia, baseada num relatório da ONU, são islâmicos. Embora o relatório se baseie em testemunhos «profundamente angustiantes de estupro, escravidão sexual e casos de casamentos forçados, que são utilizados por grupos extremistas como parte de uma tática de terror na Síria, Iraque, Nigéria, Somália e Mali», não há nenhuma citação direta. Não nos é assim possível ter acesso às experiências pessoais das vítimas, situação que perpassa por todas as notícias que se baseiam em fontes estrangeiras, bem como relatórios internacionais.

As vítimas, «essencialmente»⁶⁷ mulheres e crianças entre os 8 e os 25 anos», são retratadas sem rosto, não há qualquer individualização das vítimas para além da descrição da violência «generalizada e sistemática» das «atrocidades» cometidas contra estas mulheres provenientes do Iraque e da Síria. Sem história e sem distinção, para além da distinção baseada na sua pertença a uma minoria étnica ou religiosa. Estas mulheres estão ligadas pela sua vulnerabilidade, segundo as palavras de Zainab Bangura, Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre a Violência Sexual em Conflitos, «as mulheres e raparigas estão em risco e sob ataque em todos os aspetos da sua vida [...] a brutalidade as segue a cada passo do caminho, no

⁶⁶ 13/04/2015.

⁶⁷ Itálico nosso.

seio do conflito ativo, em áreas controladas por atores armados, em postos fronteiriços e de controlo e em instalações de detenção”». ⁶⁸ As experiências das mulheres aqui retratadas são selecionadas de acordo com a sua vulnerabilidade, não existem experiências alternativas.

A 29 de maio de 2015 é publicada uma notícia sobre a mobilização por parte da União Europeia de 40 milhões de euros para apoiar refugiados da Síria, referindo-se que os fundos disponibilizados pela UE também servirão para «proporcionar espaços seguros que evitem a violência sexual sobre as meninas», para além da educação, aumento das oportunidades de trabalho e formação dos refugiados. ⁶⁹ Mais uma vez as raparigas são vistas como um grupo especialmente vulnerável à violência mesmo dentro dos campos de refugiados. A violência sexual é o assunto mencionado para criar empatia pelo sofrimento das mulheres no leitor quando se aborda a ajuda internacional aos refugiados. É o que se verifica na notícia sobre a possibilidade de «cem euros doados por um português para apoiar refugiados no Líbano alimentam uma criança síria em Beirute durante um ano», assunto mencionado em citação indireta, por Ana Franco Sousa do Serviço Jesuíta aos Refugiados de Portugal. ⁷⁰

Entre junho e dezembro de 2015, as notícias do *Correio da Manhã* focam-se na violência sexual exercida pelo *Daesh*, com breve ênfase na identidade das vítimas, sobretudo aquelas que «não [são] muçulmanas». Duas das notícias baseiam-se em dados provenientes do Observatório Sírio dos Direitos Humanos, de enviados da ONU. ⁷¹ Em nenhuma das notícias são apresentadas experiências individualizadas das vítimas, ou seja, não são nomeadas, não têm voz própria. A representação destas vítimas é feita ora pelos enviados da ONU, ora pelos jornalistas que transmitem a informação. Quando as vítimas falam, o que aconteceu na notícia de 30 de dezembro de 2015 sobre a manutenção do sequestro por parte do *Daesh* de «3.400 yazidis no Iraque», é possível antever a seleção das experiências das mulheres. ⁷² Quem fala não é apelidada de vítima ou refugiada, é uma «ativista de escravatura sexual» que não se encaixa na imagem de vítima que se pretende retratar e por isso não fala da sua experiência pessoal mas sim de forma generalizada sobre a escravatura sexual: «o Estado Islâmico utiliza as mulheres

⁶⁸ «Nações Unidas alertam para a violência sexual na Síria e no Iraque», 08/05/2015.

⁶⁹ «UE mobiliza 40ME para apoiar refugiados da Síria».

⁷⁰ «Cem euros alimentam uma criança refugiada durante um ano», 17/11/2015.

⁷¹ «Estado Islâmico vende meninas raptadas como escravas», 08/06/2015; «Estado Islâmico vende escravas a combatentes na Síria», 08/11/2015.

⁷² «Daesh mantém sequestrados 3.400 yazidis no Iraque».

yazidis como “carne para traficar”», mas fala «em nome de milhares de mulheres e crianças que continuam sequestradas». Nas palavras da enviada da ONU «esta é uma guerra que está a ser travada no corpo das mulheres», mais uma vez das «mulheres» enquanto categoria homogénea e massificada. Não há qualquer referência às experiências particulares das vítimas, estas são sempre «mulheres», «escravas meninas raptadas» encaradas segundo as notícias como *commodities*: «[os militantes do *Daesh*] ocupam novas áreas para terem novas meninas»; «as meninas são vendidas “por tão pouco como um maço de cigarros” ou “por vários milhares de dólares”». A empatia criada para com as vítimas recorre a exemplos extremos, que são também a imagem das vítimas a quem se dá visibilidade, como «o exemplo de uma menina de 15 anos que foi comprada por um homem de 50 anos que lhe mostrou uma arma e um pau e lhe perguntou qual dos dois objetos escolheria [...] a menina escolheu a arma e o homem disse que não a tinha comprado para ele se matar [...] a seguir violou-a [sic]».

As «atrocidades» do *Daesh* são vistas como práticas medievais provocadas pela sua vontade de construir uma sociedade do século XIII, nas palavras da enviada da ONU. Trata-se de uma consideração que pressupõe uma ideia de progresso civilizacional benevolente, ao mesmo tempo que encara todas as manifestações de violência não sancionada pelos valores ocidentais como retrógrada e um regresso à barbárie, uma conceção que se encaixa nas representações hegemónicas de violência que apresentámos na secção do Estado da Arte referente ao conceito de violência (cf. supra).

O mesmo se pode dizer ao analisar o artigo de opinião de André Ventura, professor universitário na FDUNL, com o título «A injustiça islâmica». ⁷³ A referência à injustiça como sendo «islâmica» é uma forma de ligar a injustiça à religião e a todas as sociedades cuja religião é o Islão. A crítica recai na «autoproclamada tolerância ocidental» que ignora «minorias étnicas escravizadas e mulheres escandalosamente traficadas para a satisfação dos seus perversos líderes ditos islâmicos». É importante aqui notar a utilização de adjetivos como «gritante», «escandalosamente» e «perversos» para intensificar a repulsa do autor. A violência sexual é aqui utilizada como exemplo da injustiça islâmica, mais uma vez o corpo das mulheres é utilizado como argumento contra a suposta injustiça generalizada da religião islâmica. Não há, da parte do autor, qualquer tentativa de problematização do conceito de sociedade islâmica, são todas

⁷³ 17/08/2015.

metidas na mesma categoria de sociedades violentas e misóginas. André Ventura, com o objetivo de comprovar a sua opinião, utiliza o caso da alegada agressão do líder religioso islâmico em Lisboa contra a sua esposa, uma refugiada afegã. Segundo o autor esta agressão é um exemplo da «resistência das autoridades em atuar» devido a «estereótipos e medos que desenvolvemos enquanto nações democráticas».

O que aqui lemos é o retrato mais acabado do pensamento islamofóbico ocidental. Neste tipo de discurso, diversos acontecimentos são agrupados de forma acrítica dentro do rótulo «injustiça islâmica», desde a escravatura sexual do *Daesh* passando pela alegada agressão do Sheik Munir até à suposta afluência de «potenciais terroristas [...] à Europa infiltrados e imersos nos dramáticos movimentos migratórios que assolam o Mediterrâneo». Paralelamente, o mesmo tipo de abordagem presente nas notícias anteriores é aqui patente de forma mais visível quando comparamos a forma como as mulheres são apresentadas: as vítimas não ocidentais não têm nome, nem experiências pessoais individualizadas, ao contrário das vítimas ocidentais como é o caso de Kayla Mueller,⁷⁴ a «trabalhadora humanitária» (veja-a a descrição generalista «dezenas de outras jovens de todas as nacionalidades», sem que se mencione a diversidade de religiões). Note-se que se, segundo André Ventura, esta história «deveria atormentar as consciências de todos os líderes do mundo ocidental», há, portanto, um foco no mundo ocidental como decisor último em termos morais, mas cujo discernimento se encontra toldado pela «*nossa*⁷⁵ tolerância islâmica». Usando uma representação uniforme dos corpos das mulheres como alvos de violência islâmica, o texto preconiza uma exortação à ação da parte do dito Ocidente: dureza perante os homens muçulmanos a viver no Ocidente e disposição para pegar em armas contra grupos militares islâmicos no Médio Oriente.

Expresso:

Dos títulos selecionados, o *Expresso* foi o jornal que menos artigos publicou sobre a violência sexual, com apenas duas notícias publicadas *online*, e quatro publicações impressas. Quatro das seis notícias têm como tema central a violência sexual (ambas as notícias publicadas no *site* do *Expresso* e duas das notícias publicadas

⁷⁴ Ativista de direitos humanos norte-americana que trabalhava para Médicos sem Fronteiras, quando foi raptada em 2013 perto de Aleppo. Foi entregue ao líder do *Daesh*, que a teria violado repetidamente. Segundo o *Daesh* foi morta num bombardeamento jordano em 2015.

⁷⁵ Itálico nosso.

na versão impressa). Em apenas uma⁷⁶ os perpetradores são apresentados como «“shabbiha” e [...] soldados sírios» (a mesma notícia que não tem a violência sexual como foco central); com a tomada de Mossul e de Sinjar este tipo de violência passa a ser associado ao «fundamentalismo», «jihadismo» do *Daesh*. As notícias têm como foco central a violência sexual perpetrada contra mulheres (com a exceção adiante analisada da única notícia sobre a violência sexual cometida por forças do regime), seja ela violação ou escravatura (que inclui escravatura sexual). Aqui as notícias fundam-se não só em relatórios de ONG e OG, como também em repórteres internacionais e nacionais a escrever para o *Expresso* (e.g. David Sendra, na fronteira turca/síria; Ricardo Lourenço, correspondente nos EUA e Judit Neurink em Duhok).

Foram poucas as notícias do *Expresso* selecionadas, e aquelas que foram têm a violência sexual como tema central, pois, geralmente, os jornalistas deste jornal utilizam outras expressões para se referirem ao fenómeno. As palavras «raptadas» ou «tortura» podem implicar atos de violência sexual, mas sem que se faça qualquer referência expressa. As expressões «abuso sexual», «violação», «violência sexual» e «escravatura sexual» são apenas mencionadas quando são o foco central da notícia (tendo como exceção supramencionada a notícia sobre os refugiados sírios na fronteira entre a Turquia e a Síria em junho de 2011).

A primeira notícia, onde são mencionados casos de violência sexual, remete para o drama dos refugiados «encurralados na fronteira» entre a Turquia e a Síria.⁷⁷ O correspondente do *Expresso* descreve a situação política na Síria, o ataque pelas forças do regime contra Idlib e M'arrat al-Numan, que levou 10 mil pessoas a fugir para a fronteira. A notícia chama a atenção para a sua situação e a violência sexual é mencionada como uma das muitas experiências de violência vividas e contadas por estes refugiados que aguardam na fronteira com a Turquia. Há, portanto, nesta reportagem um reflexo da preocupação com a situação dos refugiados. Por outro lado, é interessante notar que, ao contrário das restantes peças jornalísticas, as vítimas de «violência sexual, torturas e assassínios a sangue frio» são descritas no masculino, embora este pormenor possa ser resultado do uso do «masculino neutro» ou devido à brevidade da referência a estas experiências, que não são de todo o foco da notícia. As experiências individuais dos refugiados não são nomeadas ou exploradas, «os

⁷⁶ «Encurralados na fronteira», David Sendra, 18/06/2011.

⁷⁷ *Ibid.*

refugiados» são representados enquanto coletivo. No entanto, vale a pena ter em conta que a imagem que ilustra a notícia é composta apenas por homens, possivelmente num campo junto à fronteira alguns com as mãos levantadas e fechadas em punho.

Com a tomada de Mossul e posteriormente Sinjar, o foco das notícias direcionou-se para a violência sexual cometida por militantes do *Daesh*. A 9 de agosto de 2014 surge a primeira notícia que menciona de forma secundária as violações cometidas pelo grupo: «EUA bombardeiam forças do EIIL». ⁷⁸ Esta notícia é baseada em confirmações vindas do Pentágono sobre os «ataques a posições de artilharia do Exército Islâmico do Iraque e do Levante (EIIL), depois de estas terem alvejado forças curdas perto da cidade de Erbil». O conteúdo informativo justifica a intervenção no Iraque, «o maior envolvimento militar norte-americano no Iraque desde 2011», pelo ataque às forças curdas e aos civis que se refugiaram nas montanhas de Sinjar. A informação relativa à intervenção americana no Iraque é seguida pela descrição da ajuda, através do envio de mantimentos aos deslocados nas montanhas, por parte dos militares americanos e do esclarecimento acerca da origem étnica das minorias vítimas de violência por parte do *Daesh*, violência confirmada ao Expresso pelo jornalista curdo Osamah Muhammad. O objetivo último desta citação direta, onde se lê: «posso confirmar que pelo menos 50 mulheres foram violadas e 80 foram feitas reféns. Uma deputada iraquiana diz que o EIIL ameaçou vendê-las como escravas», é justificar a intervenção americana recorrendo aos corpos violados das mulheres, glorificando o esforço americano ao afirmar que «com a ajuda norte-americana, os *yazidis* estão agora a receber mais comida e água por via aérea, mas a situação continua por resolver». É também frisado o pedido de «ajuda» por parte dos curdos «em termos de armamento aos EUA», pois segundo a notícia «os curdos contam com uma força de elite, os *peshmergas*, mas mesmo esta não tem sido capaz de conter a ofensiva jihadista»; ao mesmo tempo lembra-se que «são o grupo mais pró-ocidental e *secular* do Médio Oriente». A referência grupo secular é importante na medida em que o secularismo tende a ser atualmente encarado como parte da cultura ocidental e, portanto, moralmente superior à religiosidade, muitas vezes associada ao fundamentalismo dos muçulmanos (não apenas do *Daesh* já que este se apresenta como a encarnação de todos os males que advêm da religiosidade excessiva e da oposição ao secularismo, como o exemplo hiperbolizado). Os americanos são vistos como a única força capaz de vencer o *Daesh*,

⁷⁸ Cátia Bruno, 09/08/2014.

o que implica, por um lado, que o *Daesh* é visto como uma força muito poderosa, que se deve temer, e que a ingerência dos EUA é necessária para a paz na região.

Um tom muito diferente encontra-se na segunda notícia sobre o massacre dos *yazidi*, intitulada «Ameaça de genocídio jihadista», onde se afirma que, embora tenha sido Barack Obama a colocar «o drama dos iazidis [sic] no mapa, [...], foram os curdos que se empenharam em salvar essa minoria iraquiana». É uma imagem muito mais favorável aos curdos, vistos como heróis, que caracteriza a notícia. Nas palavras de Judit Neurink «os curdos têm sido muito bons a cuidar dos refugiados [...] são muito ativos», criticando-se ao mesmo tempo a falta de atuação das organizações internacionais. Quanto à violência sexual em si, a peça baseia-se na denúncia de dois representantes do secretariado-geral da ONU e num comunicado de Bangura. De acordo com essas informações há «“relatos abomináveis sobre raptos e detenções de mulheres, meninas e rapazes iazidis, cristãos, turcomenes e shabaks”». A adjetivação é uma constante nas informações relativas a este tipo de atos (e.g. «abomináveis»; «violações selvagens»). O foco anterior nos *yazidis* é transferido aqui também para os cristãos, principalmente aquando das informações da Fundação Ajuda à Igreja que Sofre que providencia ajuda a esta minoria religiosa. Os cristãos são retratados como uma minoria especialmente vulnerável e vítima dos acontecimentos (e.g. «foram expulsos das suas terras [...] pelos jihadistas»; «[...] havia [antes de 2003] no Iraque cerca de 1,2 milhões de cristãos, estima-se que hoje, esse número não vá além dos 50 mil»; «os cristãos não têm exército nem milícias [...] vivem estes dias totalmente apavorados») e embora o representante da organização cristã frise «não falamos só de cristãos, mas de outras minorias», as outras minorias não são mencionadas exceto no antetítulo da notícia e nos primeiros quatro parágrafos que antecedem a secção relativa à violência sexual. A par desta ênfase, há também uma citação direta de uma carta enviada pelo Papa Francisco a Ban Ki-moon «intercedendo pela segurança das minorias religiosas no norte do Iraque».

Quando é abordada de forma central e pormenorizada, a violência sexual é retratada como o que de pior pode acontecer a uma mulher: «mulheres preferem morrer a ser violadas por militantes do Estado Islâmico».⁷⁹ Note-se que logo no título da notícia se estabelece o género das vítimas e se associa a violação especificamente por membros do *Daesh* ao que de pior pode acontecer a uma mulher. A notícia é baseada num relatório da Amnistia Internacional no qual constam 40 entrevistas a jovens da minoria

⁷⁹ Liliana Coelho, 23/12/2014 (*Expresso online*).

yazidi capturadas no Iraque. As *yazidis* são retratadas como vítimas da violência do *Daesh*: «são obrigadas a casar»; «traumatizadas em cativeiro»; «vítimas de escravidão sexual no Iraque e na Síria», «não aguentam e suicidam-se». No entanto, não há testemunhos em primeira mão destas experiências pessoais e não existem narrativas que fujam à imagem da vítima jovem, bonita que prefere morrer a suportar a violência sexual. O exemplo paradigmático deste tipo de experiência é Jilan, numa história contada na terceira pessoa, com a vítima retratada como «uma mulher linda, penso que saberia que seria levada por um homem e decidiu matar-se». A experiência de Jilan é mediatizada através da interpretação da sobrevivente que lhe tenta dar sentido explicativo.

As vozes presentes na notícia são as dos representantes da ONG em questão (a AI que fala em milhares de vítimas e a MDH que, por sua vez, menciona centenas), que falam pelas vítimas, focando sobretudo a sua mercadorização pelos militantes e enaltecendo os curdos pela sua vitória em Sinjar.

Em dezembro de 2015, o *Expresso* publica, também em versão *online*, uma notícia baseada em informações da Reuters, de acordo com um documento alegadamente publicado pelo *Daesh* e encontrado numa rusga na Síria, sobre a existência de um manual com «regras para a violação e escravização das mulheres».⁸⁰ As perguntas retóricas colocadas no início do corpo da notícia remetem-nos precisamente para a existência de um macabro manual da violência sexual. À medida que vamos lendo a notícia percebemos que esse manual contém recomendações, citadas de forma indireta, onde se orientam os militantes (na notícia «donos» entre aspas) a mostrarem compaixão e não maltratarem as «escravas». A descrição acaba com uma referência à acusação por parte das organizações das Nações Unidas referente à captura e violação sistemática de mulheres e meninas a partir dos 12 anos, oferecidas como recompensa ou vendidas como escravas sexuais, fazendo também menção ao já anteriormente aludido relatório da Amnistia Internacional. A vítima é, ao mesmo tempo, visível de acordo com certas características presentes nas notícias anteriores. Aqui, todavia, refere-se também a sua formação académica e instrução.

Uma das notícias que aponta de forma clara para a diferença de tratamento entre vítimas provenientes de países ocidentais e vítimas provenientes dos países onde se localizam os conflitos tem como título «Noiva à força do califa Al-Baghdadi», e como

⁸⁰ «Daesh impõe regras aos militares que escravizam mulheres» (*Expresso online*).

subtítulo «rapariga yazidi que conseguiu fugir para o Curdistão conta o seu calvário e o da americana Kayla Mueller».⁸¹ A individualização das vítimas ocidentais, às quais se dá nome e se associa um Estado, contrasta com o anonimato e identificação étnica das vítimas provenientes do Iraque, neste caso específico. Embora a notícia seja propiciada por uma sobrevivente da violência sexual do *Daesh*, o foco da notícia é a americana Kayla Mueller. Vale a pena transcrever os primeiros dois períodos da notícia na íntegra:

A americana Kayla Mueller, trabalhadora da ajuda humanitária capturada na Síria pelo autoproclamado Estado Islâmico (Daesh, no acrónimo árabe) passou parte do ano e meio de cativo como propriedade privada do líder do grupo, Abu Bakr al-Baghdadi. É o que resulta do testemunho de uma rapariga yazidi de 14 anos aprisionada nas montanhas iraquianas de Sinjar, em agosto de 2014, que passou dois meses na companhia de Mueller e contou a sua história ao Expresso.

A história de Kayla e a sua experiência são-nos descritas pela «rapariga, cujo nome não reproduzimos por motivos de segurança». Para além de Kayla, é mencionada a existência de «outra estrangeira». A forma como Kayla é retratada, e.g. «voluntária americana», «tentou proteg[ê-las] de maus tratos e violência, por vezes colocando-se em perigo», «figura maternal para as mais novas», «sempre que regressava à sala que partilhava com as raparigas, contava-lhes o que acontecera, não raro a chorar», «a americana recusou [fugir com as raparigas yazidis], dizendo que o seu aspeto estrangeiro colocaria as outras em perigo se pedissem ajuda à comunidade árabe local» demonstra essa individualização. De uma forma geral, Kayla é não só a única vítima nomeada como também é descrita como uma personagem bondosa, protetora, decidida e altruísta – coadunando-se com o trabalho social desenvolvido antes do cativo. Enquanto as outras raparigas são incluídas na notícia como narradoras da história de Kayla e na medida em que os seus percursos se relacionam com a história de Kayla. Sobre elas é apenas dito que «[eram] todas adolescentes», «uma das yazidis também fora dada a Baghdadi [...]». As experiências pessoais destas «raparigas yazidis» são apagadas face às experiências desta «voluntária americana» morta.

Concatenando os resultados

Finda a análise das várias peças noticiosas recolhidas dos cinco anos que mediam o início de 2010 e dezembro de 2015, é importante ter uma visão mais

⁸¹ Judit Neurink, 15/08/2015.

abrangente da análise feita aos três jornais portugueses. Em primeiro lugar, a seleção do material informativo relativo ao fenómeno da violência sexual nos dois conflitos em questão, a Síria e o Iraque, muda de acordo com as agendas políticas do momento. Se antes da conquista de Mossul as notícias sobre violações e abusos sexuais se centravam na Síria, e eram mais especificamente imputadas às forças afetas ao regime de Bashar al-Assad, o cenário muda com a entrada em cena do *Daesh*. A partir do marco da tomada de Sinjar e da violência do grupo contra minorias, como é o caso mediático dos *yazidis*, a visibilidade de fenómenos violentos como a escravatura sexual e as violações, especialmente de mulheres e raparigas desta minoria em detrimento por exemplo das assírias, cresce exponencialmente em relação ao período centrado na violência de Bashar al-Assad. Por conseguinte, a imprensa deixa de se interessar pelos crimes cometidos pelas forças do regime na síria, passando o *Daesh* a surgir como força do mal e o inimigo a combater.

O que é importante analisar nesta primeira fase é o papel instrumental que muitas vezes estas notícias têm no desenvolvimento da imagem mediática dos inimigos. A violência sexual é especialmente importante já que há neste tipo de violência uma forte ligação a práticas e normas das sociedades patriarcais. As dinâmicas que envolvem a necessidade de proteger aqueles que são entendidos como os mais vulneráveis, e.g. mulheres e crianças, e a violação da sexualidade da pessoa como a invasão e posse do corpo do outro, humilhando-o, joga com as conceções sociais prevalecentes relativas à sexualidade e intimidade como algo sacralizado, especialmente para sociedades religiosas ou particularmente conservadoras. O impacto deste tipo de violência facilita a associação dos grupos que o praticam com o «lado mau», numa visão maniqueísta que se ajusta à agenda política do momento. Não é, pois, de estranhar que não se fale, por exemplo, dos raptos de mulheres e crianças alauitas levadas a cabo por grupos da oposição na Síria durante o ataque a Latakia, em agosto de 2013.⁸² Durante o período mais mediático da guerra civil síria, antes da conquista de Mossul, entre 2010 e a primeira metade de 2014, o foco estava direcionado contra o regime de Bashar al-Assad e neste sentido os grupos armados que o combatiam eram retratados de forma mais positiva. Mesmo os crimes por eles cometidos eram descritos como «menos graves» e

⁸² Informação retirada do *World Report 2015: Syria*, disponível em: <https://www.hrw.org/world-report/2015/country-chapters/syria>, ver também “*You Can Still See Their Blood*”: *Executions, Indiscriminate Shootings, and Hostage Taking by Opposition Forces in Latakia Countryside*, disponível em: <https://www.hrw.org/report/2013/10/10/you-can-still-see-their-blood/executions-indiscriminate-shootings-and-hostage>.

não havia menção à violência sexual. Com o aparecimento do *Daesh*, a violência que continuou a ser cometida pelo regime sírio passou a ser ignorada pelos meios de comunicação portugueses, embora estes tenham de facto aumentado o foco na questão. Outro dos exemplos mais flagrantes são os abusos (incluindo abusos sexuais, violações e tortura sexual) cometidos pelas forças governamentais no Iraque e outros grupos armados, de entre os quais os próprios curdos, normalmente retratados pela imprensa ocidental como heróis que barraram o avanço do *Daesh*,⁸³ que mereceram o silêncio dos jornais portugueses, focalizados na altura nas atrocidades cometidas pelo *Daesh*.⁸⁴

Por outro lado, vale a pena ter em conta que não é apenas a agenda político-mediática que influencia esta seleção de material jornalístico. Como nos adiantou o jornalista Jorge Morais, no âmbito do Colóquio Internacional de Outubro de 1993 subordinado ao tema *A Violência nos Meios de Comunicação Social*:

A procura de material jornalístico, obedece hoje em dia a regras de mercado que consideram o leitor de jornais como um cliente, não apenas como leitor, mas também como cliente. Isto estabelece uma relação entre o produtor jornalístico e o consumidor jornalístico, que provavelmente, tem a ver com a massificação, evidentemente, mas que provavelmente não existiria até alguns anos atrás. Isto torna as indústrias jornalísticas escravas, muitas vezes, da procura da própria clientela. Essa procura reflete-se muitas vezes na própria escolha do material, que acabará por ser tratado jornalisticamente (Morais, 1995, p. 267).

Ao mesmo tempo, considerar que os *media* portugueses são imunes às estruturas discursivas internacionais seria profundamente errado. Para além de dependerem, em grande medida, da informação que lhes chega através de fontes estrangeiras como as agências informativas internacionais, os relatórios de organizações como a ONU ou a Amnistia Internacional ou correspondentes internacionais (*freelancers* ou jornalistas a trabalharem para outras cadeias de informação), o acesso direto à informação através de reportagens no terreno está-lhes quase vedado pela falta de verbas para assegurar interpretes, segurança e lhes permitir permanecer tempo suficiente para estabelecer relações de confiança com os habitantes locais. Este processo leva tempo, ainda para

⁸³ A este propósito ver *Under Kurdish Rule: Abuses in PYD-run Enclaves of Syria*, disponível em: <https://www.hrw.org/report/2014/06/19/under-kurdish-rule/abuses-pyd-run-enclaves-syria>.

⁸⁴ Ver *World Report 2015: Iraq* da Human Rights Watch e *At a Crossroads: Human Rights in Iraq Eight Years after the US-Led Invasion*, disponível em <https://www.hrw.org/report/2011/02/21/crossroads/human-rights-iraq-eight-years-after-us-led-invasion>.

mais quando se tratam de pessoas que estão particularmente vulneráveis e que são por vezes alvo de práticas jornalísticas pouco éticas mais interessados no furo jornalístico do que no sofrimento real destas pessoas (veja-se a este propósito o que denuncia Al-Ali, 2016).

A visibilidade dada às vítimas deste tipo de violência também depende de conceções marcadamente maniqueístas relativamente às linhas divisórias da religião e etnia. Há frequentemente uma separação entre a identidade religiosa ou étnica associada aos perpetradores e a das vítimas. Peguemos por exemplo na ideia segundo a qual os árabes sunitas são no geral colaboracionistas, ou seja, colaboram com os militantes do *Daesh* na perseguição a cristãos e a *yazidis*. Esta caracterização não tem em conta que muitos árabes sunitas são eles próprios vítimas de perseguição (Al-Ali, 2016, p. 12). Há uma visibilidade seletiva no que toca também às vítimas. Os cristãos e *yazidis* têm mais visibilidade nos meios de comunicação analisados do que, por exemplo, os xiitas, turcomanos ou sunitas que são, também eles, vítimas deste tipo de violência – ou no caso já referido dos alauitas na Síria (vide *World Report 2015: Syria* da *Human Rights Watch*).

O mesmo acontece quando olhamos para a seleção dos casos baseados no género das vítimas. A esmagadora maioria dos casos apresentados são de mulheres e raparigas. Quando não se referem especificamente às mulheres e crianças, usam-se as expressões «refugiados» que embora, estejam no masculino, não se referem necessariamente às vítimas com esse género, mas sim à denominação falsamente neutral e universal de uma categoria (e.g. como a utilização do nome Homens para nos referirmos à Humanidade). As vítimas masculinas de violação e de tortura sexual não aparecem na cobertura mediática,⁸⁵ o que parece corroborar as observações de investigadores como Dolan (cf. supra) a propósito da reprodução da imagem de vulnerabilidade das mulheres e imunidade dos homens.

Esta reprodução da vulnerabilidade feminina é importante quando temos em consideração o papel dos *media* como vetores que informam as estruturas discursivas que formam as relações de poder nas sociedades onde se inserem. Citando Humberto Marcos «[...] *os meios de Comunicação Social, são eles próprios, construtores da*

⁸⁵ A título de exemplo *If the Dead Could Speak: Mass Deaths and Torture in Syria's Detention Facilities*, disponível em: <https://www.hrw.org/report/2015/12/16/if-dead-could-speak/mass-deaths-and-torture-syrias-detention-facilities>.

realidade; eles também criam o discurso social e são, talvez hoje uma das instâncias principais do próprio discurso social» (1995, p. 275).

Devido, precisamente, ao papel que os *media* têm enquanto vetores de formação das estruturas discursivas, a falta de contextualização abrangente e problematização dos fenómenos violentos torna-se especialmente problemática porque produz e reproduz imagens estereotipadas e essencialistas de identidades retratadas fora do espaço e do tempo. São frequentemente ignoradas as estruturas de violência, sejam elas políticas, sociais, económicas ou ideológicas, que informam e produzem o contexto do fenómeno violento que se está a cobrir mediaticamente. Um exemplo muito claro é-nos dado por Alhayek (2015) ao analisar os discursos presentes em notícias, recolhidas através do motor de busca *Google*, sobre as refugiadas sírias. Nestas notícias, de cadeias noticiosas anglo-saxónicas, as representações dominantes das refugiadas sírias são feitas invisibilizando as relações políticas e económicas, assim como as estruturas de desigualdade que estas mulheres experienciam ao tornarem-se refugiadas (*Id.* p. 6).

Tal como nos discursos analisados por Alhayek, também nas peças noticiosas analisadas neste projeto verificamos o mesmo tipo de abordagem. Veja-se a notícia do *Correio da Manhã* «Pobreza e violência sexual aumentam casamentos de meninas refugiadas» ou a do *Público* «Zaatari, o campo que é a imagem do êxodo sírio». Porém, no corpo da curtíssima notícia *online* não se procede a qualquer tipo de análise do contexto socioeconómica que conduz à situação. As observações de Alhayek aplicam-se à imprensa portuguesa:

The representations of Syrian refugee women in global and social media are dominated by an image of a powerless female Syrian refugee who is a victim of her family's actions of selling daughters off for money (Id., p. 3).

Syrian refugees are a backward people who sell their daughters at the first hardship they face, and on the other hand, Syrian refugee women are powerless victims of their uncivilised/barbaric society (Id., p. 3-4)

Da mesma forma será pertinente a crítica feita por Nadja Al-Ali (2016) acerca da necessidade de uma verdadeira perspetiva interseccional que tenha em conta não só as estruturas macro, como sejam a globalização, o imperialismo e neocolonialismo ocidentais, mas também as estruturas micro que influenciam as relações que se estabelecem entre as instituições e os indivíduos, bem como a necessidade de analisar a violência sexual do grupo *Daesh* não como um caso à parte, mas como fenómeno

inserido num contexto histórico marcado pela continuidade na ocorrência de violência sexual em cenário de conflito social e político.

Esta análise possibilitaria que se descartasse a caracterização das vítimas enquanto categoria universal, esquecendo a sua especificidade contextual que conjuga invariavelmente várias dimensões e identidades com as estruturas acima aludidas. Para que isso aconteça é imperativo que tanto os meios de comunicação social como o meio académico deixem de encarar as vítimas como categoria homogénea desprovida de individualidade, cuja história é representada nos *media* sem que se lhes seja permitida uma voz com a qual possam expressar a sua experiência pessoal ao mesmo tempo que se analisam as especificidades políticas e socioeconómicas que permitem e moldam o ato violento.

De facto, as peças jornalísticas analisadas na secção anterior constituem um exemplo desta representação simplista das vítimas não ocidentais. Como tão bem sintetizou Katty Alhayek, «*times of conflict are a repeated example of a situation where women are represented as faceless, nameless, and powerless victims*» (2015, p. 3). Torna-se, por isso, de extrema importância perceber as razões que levam à visibilização de certas vítimas individuais, como Kayla Muller. A representação de Kayla Muller, não só como uma vítima individualizada, mas também como uma personalidade particularmente generosa, bondosa e maternal para com as outras mulheres e raparigas que consigo conviveram durante o cativeiro, ilustra esta diferenciação entre a vítima ocidental individualizada, altruísta e detentora de capacidade de decisão e vontade própria, em comparação com a vítima não ocidental massificada, vulnerável e a necessitar de salvamento. Entre 2010 e 2015 não se encontra qualquer menção às mulheres curdas e *yazidi* que pegaram em armas para lutar contra o *Daesh*, ou às mulheres que sofreram violência sexual no decorrer da sua atividade política antirregime na Síria.

O papel dos meios de comunicação social na reprodução destas imagens é tema de discussão, dividindo-se as posições ou perspetivas. Uma primeira defende o papel dos meios de comunicação enquanto transmissões de fenómenos que se desenvolvem na sociedade e que se situam à margem da sua capacidade de ação, i.e., aqueles são entendidos como um mero veículo reprodutor de normas e discursos já produzidos na sociedade (van Dijk, 1987, 1994 *apud* Wievorka, 2002, p.121). Os *media* são neste sentido, sobretudo, veículos de islamofobia e o seu papel enquanto agentes não se opera

nos meios aqui analisados, i.e., as peças jornalísticas são assim fundamentalmente vetores destas estruturas discursivas (*Id.*, p. 122). Existe uma outra posição que defende o papel dos *media* enquanto agentes de produção de discurso que não se informa diretamente na realidade. Esta posição alerta-nos para as «lógicas próprias que desembocam no fabrico de relatos, de imagens, de representações [...] [que] não se submete[m] à prova da objetividade» (*Id.*, p. 123). Esta última posição é-nos útil porque permite explicar as diferenças «[...] [n]os seus critérios de seleção e de hierarquização das notícias [...]» e remete, em última análise, o «[...] racismo [...] [para] o resultado de uma atividade específica de comunicação que se desenvolve de maneira independente» (*Ibid.*). A perspetiva que aqui se adota permite não só considerar os *media* como vetores de racismo ou islamofobia, já existentes na sociedade, mas também explicar as diferenças entre materiais jornalísticos provenientes de diversas empresas de acordo com a segunda posição. Embora não se possa sobrevalorizar o papel dos *media* como produtores de islamofobia e racismo, visto que muitas vezes se limitam a reproduzir dinâmicas de poder já patentes na sociedade, ao mesmo tempo que se submetem a lógicas concorrenciais de mercado que moldam as suas escolhas jornalísticas, somos obrigados a reconhecer diferenças na forma de tratar o conteúdo jornalístico que são explicadas pela agência das empresas de comunicação social, i.e. das duas estruturas hierárquicas e dos jornalistas que as compõem.

Esta diferença é evidente quando comparamos o conteúdo jornalístico dos três jornais analisados. Enquanto o *Correio da Manhã online* publica notícias geralmente curtas ou muito curtas, baseadas exclusivamente em conteúdo de outros organismos informativos como são os relatórios de organizações governamentais e não governamentais assim como outras empresas de comunicação, o *Expresso* e o *Público* produzem material jornalístico próprio, que embora em número reduzido, permite reconhecer uma visão própria dos jornalistas que integram o jornal, não obstante a utilização simultânea de repórteres internacionais da parte do *Expresso*. Como foi suprarreferido, o número reduzido de reportagens de terreno deve-se sobretudo às dificuldades logísticas que a empreitada acarreta.

Em termos quantitativos, o jornal *Público* seguido pelo *Correio da Manhã* são aqueles que mais notícias publicam sobre violência sexual ou com referências ao fenómeno. Contudo em termos percentuais são o *Expresso* e o *Correio da Manhã* que apresentam mais notícias cujo foco central é a violência sexual. É mais visível a

preocupação do *Público* por descrever a violência sexual como mais um dos fenômenos violentos sofridos durante os cenários de guerra mencionados. Inclusivamente, existe uma maior preocupação da parte do *Público* e do *Expresso* em ouvir as histórias dos refugiados individualmente em relação, por exemplo ao *Correio da Manhã*, que retrata as vítimas, parafraseando Alhayek, sem rosto, sem nome e sem poder (Cf. supra). Mais uma vez, esta diferença dever-se-á à opção editorial da página do último, uma vez que a escolha favorece as notícias muito curtas onde não há espaço para discorrer acerca da complexidade do fenómeno nem nas experiências pessoais daqueles que com ela sofreram. Concomitantemente ressalva-se a importância da linha editorial que favorece, ao mesmo tempo, este tipo de notícias curtas por se adequar mais ao formato *online*, rápido e conciso, sem deixar de apelar através de títulos chamativos, daí advindo a centralidade do foco na violência sexual.

Também nas crónicas publicadas existe uma clara distinção entre o *Público* e o *Correio da Manhã*. No primeiro, a intenção inerente à inserção de referências ao fenómeno em causa deve-se sobretudo à necessidade de exemplificar a violência da qual os refugiados que pedem asilo na Europa são sobreviventes. A criação de empatia e a sensibilização do leitor em relação à causa dos refugiados é o objetivo, por exemplo, das crónicas de Rui Tavares no *Público*. Por outro lado, a crónica de André Ventura no *Correio da Manhã* insere referências à violência sexual como forma de gerar revolta contra uma «injustiça islâmica». São duas formas de usar o fenómeno da violência sexual no discurso cronístico totalmente diferentes: a instrumentalização do primeiro, historiador e eurodeputado independente pelo Bloco de Esquerda, serve sobretudo para canalizar apoio junto do público para a ajuda aos refugiados; o segundo, um professor de direito politicamente ligado ao PSD, instrumentaliza o fenómeno contra o Islão.

Vale a pena ressaltar, por último, que da mesma forma que os meios de comunicação social podem ser um veículo de difusão de discursos estereotipados também podem contribuir para a produção e difusão de discursos alternativos que deem voz às várias experiências dos sobreviventes de violência sexual, contextualizando-as tendo especial atenção às estruturas políticas, económicas, sociais e culturais que as moldam, tanto a nível local como internacional.

V. Definição Teórica e Hipóteses

A investigação que o presente projeto de investigação propõe terá por base a

seguinte pergunta de partida: *qual é a narrativa predominante nos media internacionais, nos meios feministas mainstream (de organizações internacionais como a ONU; em movimentos sociais como as Femen; European Women's Lobby e United Nations Entity for Gender Equality and the Empowerment of Women – UN Women) e no meio académico relativo à violência sexual perpetrada por membros de forças beligerantes/insurrecionais nos conflitos da Síria e Iraque, nos períodos compreendidos entre 2010 e 2015? Quais são os pressupostos político-filosóficos e psicossociais por detrás desta narrativa e de que forma é que poderá ser instrumentalizada por movimentos políticos e sociais «anti-imigração» / «anti-asilo» e/ou «pró-intervenção»?*

O projeto assentará numa interação entre a abordagem interpretativa e crítica – e neste sentido socialmente comprometida – que desmascara o objetivismo mostrando a conexão existente entre conhecimento e interesse (Habermas, 2013, p. 147), isto é, desnaturalizando certos conceitos dados como naturais e objetivos e associando-os aos interesses que sustentam,⁸⁶ pois «[...] logo que se entende que as proposições são relativas ao sistema de referência previamente nelas posto, a ilusão objetivista desfaz-se e liberta o olhar para um interesse que dirige o conhecimento» (Habermas, 2013, p. 136). É, contudo, necessário ter em atenção que esta crítica da razão neutra já havia sido feita por vários académicos, de entre eles destacam-se Friedrich Nietzsche ao advogar que «[...] todo o conhecimento tem um carácter local e de que nenhum observador humano consegue uma imitação tão perfeita do olho divino que transcenda realmente a sua própria localização» (Sloterdijk, 2014, p. 108), Michel Foucault com o desenvolvimento da teoria dos regimes de discurso/poder-saber e Thomas S. Kuhn com a teoria dos paradigmas científicos (Sloterdijk, 2014, p. 112), e, principalmente, as feministas, das quais se destaca Judith Butler, ao desconstruírem a noção de uma ciência neutra, sem género, e demonstrarem como o discurso científico naturalizado é produto de uma masculinidade dominante, quase exclusivamente dominado e determinado pelo género masculino (Sloterdijk, 2014, p. 112). Assim, partir-se-á desta tradição crítica do pensamento objetivista com o objetivo de interpretar os discursos ocidentais no que concerne ao tema supramencionado.

Ora, na investigação proposta utilizar-se-á o método dedutivo, ou seja, o consecutivo teste e reformulação de hipóteses refutadas e reelaboradas com base no

⁸⁶ Segundo Jürgen Habermas «a partir das experiências do dia-a-dia, sabemos que as ideias servem muitas vezes para mascarar com pretextos legitimadores os motivos reais das nossas ações. O que a este nível se chama racionalização chamamos-lhe, no plano da ação coletiva, ideologia.» (2003, p. 140-141).

estudo sistemático do conflito na Síria e Iraque entre 2010 e 2015. O objetivo é analisar o fenómeno da violência sexual e do discurso sobre a violência sexual na contemporaneidade à luz da teoria crítica para que futuramente seja possível comprovar a eficácia da teoria e corroborar ou refutar as hipóteses adiantadas na investigação preliminar. Para tal, parte-se de duas hipóteses iniciais derivadas das conclusões à investigação preliminar e, com as quais, posteriormente se pretende responder à pergunta de partida.

Primeiro, dar-se-á relevância ao estudo da narrativa veiculada pelas organizações internacionais e meios de comunicação social considerando-se a hipótese: *a narrativa vinculada pelas organizações e media internacionais representa simbolicamente o homem muçulmano como agressor e a mulher (seja ela cristã, muçulmana ou judia) como vítima*. Para corroborar/refutar a referida hipótese interpretar-se-á a relação entre o discurso internacional e o conceito de vitimização e Orientalismo através da recolha e tratamento de dados de fontes discursivas textuais e extratextuais (e.g. imagens e vídeos), eminentemente qualitativas, como relatórios de organizações internacionais e não-governamentais que abordem o fenómeno da violência sexual, comunicados oficiais e os próprios *sites* e peças jornalísticas (i.e. artigos, reportagens, documentários) de jornais/revistas internacionais.

No seguimento da escolha das fontes e recolha do material documental e iconográfico, o processo de análise e tratamento dos dados será feito com recurso ao método da análise crítica de discurso, no caso do material discursivo. O objetivo é, através da desconstrução dos discursos, compreender as relações de poder que se estabelecem no discurso mediático ao mesmo tempo que se compreende as instituições que lhe dão sentido e o sancionam. Entre as ferramentas que permitem levar a cabo esta análise encontram-se o estudo das linguagens sociais, discursos, conversações e intertextualidade (Cf. Gee, 2010, pp. 28-30), bem como a análise do funcionamento dessas instituições, recorrendo sobretudo aos estudos organizacionais e institucionais. Por outras palavras, o que se pretende é não só analisar o discurso, como também «discernir as formas de exclusão, da limitação, da apropriação [...]; mostrar como se formaram, para responder a que necessidades, como se modificaram e se deslocaram, que força exerceram efetivamente, em que medida foram contornadas» e «como se formaram, através de, apesar de, ou com o apoio desses sistemas de coerção, de série de discursos: qual foi a norma específica de cada uma e quais foram as suas condições de

aparição, de crescimento, de variação» (Foucault, 1997, p. 45). Para tal é necessário atender também às instituições que veiculam o discurso em causa, não só as empresas de comunicação social como os próprios movimentos feministas, mais especificamente as organizações feministas transnacionais *mainstream* ocidentais. Recordemos que se trata de organizações cujo discurso serve, muitas vezes de mote, para as posições tomadas por movimentos políticos.

Findo o processo, proceder-se-á a um período de reflexão acerca dos resultados e possível reavaliação das hipóteses de trabalho, recorrendo simultaneamente à comparação dos dados recolhidos com a bibliografia crítica sobre a temática em estudo.

Pretendendo-se uma aprofundada compreensão do fenómeno, é necessário analisar no decurso do tratamento da informação acima referida três dimensões do discurso: i) a dimensão identitária (i.e., género, raça, etnia, nacionalidade e socioeconómica); ii) a dimensão política (i.e., micro e macro); iii) dimensão relacional ou intersubjetiva.

A segunda parte do projeto, por sua vez, tentará corroborar/refutar a hipótese segundo a qual a *este discurso acerca da violência sexual está subjacente uma ideia determinada e generalizada do homem e da mulher do Médio Oriente – orientalismo – defendida pelo mainstream ideológico ocidental, que em última análise constitui uma forma de violência simbólica e intolerância dissimulada que fornece uma justificação plausível para os discursos islamofóbicos ocidentais, promove a rejeição de migrantes/refugiados dessas guerras e falha em defender os direitos destas mulheres*, ou seja, partindo das ideologias ocidentais dominantes/hegemónicas, caracterizada também por uma certa ideia de Oriente, tentar-se-á compreender de que forma esta influi na narrativa que justifica os discursos islamofóbicos. Com o objetivo de analisar estas conexões, recolher-se-ão fontes primárias textuais (e.g. relatórios de organizações internacionais e não governamentais, livros jornalísticos, entrevistas a ativistas iraquianas e sírias.) ou multimédia (e.g. documentários, reportagens jornalísticas, pequenas peças noticiosas etc.). Estas fontes serão tratadas de acordo com o método etnográfico e linguístico – análise crítica de discurso – para que se compreenda a relação acima mencionada, através da análise da dimensão psicossocial presente nos relatos analisados. Esta análise será complementada pela revisão da literatura relativa aos estudos pós-coloniais e de género.

Em suma, por um lado, os discursos ocidentais concernentes aos conceitos substantivos de violência sexual e género serão analisados nas componentes discursivas, filosóficas e psicossociais mencionadas e a partir daí extrair-se-ão e interpretar-se-ão as causas que originam a violência simbólica atrás mencionada, i.e., de que forma os componentes do discurso internacional se relacionam para representar este tipo de violência. Por outro, analisar-se-ão as repercussões que a narrativa internacionalmente vinculada tem na forma como o dito ‘ocidente’ lida com a violência sexual em cenários de conflito.

VI. Relevância do Projeto

O projeto *Discursos Mediáticos sobre o Oriente Violento: A violência sexual na Síria e Iraque enquanto possível veículo de Islamofobia em Portugal (2010-2015)* afigura-se relevante devido ao carácter atual dos debates em torno do fenómeno da violência sexual. Para além do interesse demonstrado pelas organizações internacionais e não-governamentais, e.g. *Global Summit to End Sexual Violence in Conflict*, London 2014, comemorou-se em 2015 os 40 anos do lançamento do sobejamente conhecido *Against Our Will* de Susan Brownmiller, com a realização de atividades científicas como, por exemplo, a *Conference «Against Our Will». Forty years after: Exploring the Field of Sexual Violence in Armed Conflict*, Hamburg 2015.

Este interesse deve-se em parte à perceção segundo a qual a violência sexual é um problema da maior gravidade que o ativismo, a reflexão crítica e o empenho das instituições internacionais não estão a conseguir combater e a maioria dos crimes continua impune.

Concomitantemente, a imprensa ocidental tem dado grande visibilidade e mostrado bastante interesse nos casos de violência sexual na Síria e recentemente no Iraque com a expansão do *Daesh*. O tema é de grande relevância política atual e os estudos académicos existentes são ainda escassos, o que é compreensível tendo em conta que a guerra ainda está a decorrer e é difícil fazer uma pesquisa no terreno nestas situações. De facto, o fenómeno da violência sexual exercida nestes dois conflitos ainda se encontra em fase de divulgação, análise e hermenêutica. A recolha e análise sistemática dos dados relativos a este fenómeno nos conflitos em causa têm sido feitas sobretudo pelas ONG's como a *Human Rights Watch*, e a Amnistia Internacional e grupos como o Observatório Sírio, que recolhe da informação junto dos refugiados,

tendo assim também contribuído para a divulgação de informação sobretudo referente às violações de direitos humanos. Por outro lado, afigura-se de extrema importância encetar uma análise de género, na senda dos recentes estudos de género que incidem sobre este fenómeno, que problematize a forma como este tipo de violência é representada pelas instituições internacionais que se encontram imiscuídas no conflito ou que transmitem o desenrolar do mesmo. Neste trabalho especial atenção deverá ser também dada à maneira como posteriormente esses casos são instrumentalizados pelo discurso político ocidental (e.g. como forma de justificação das intervenções externas; políticas de cariz islamofóbico).

A relevância da análise também deriva dos recentes desenvolvimentos relativos à vinda de refugiados de países como a Síria, o Iraque, o Afeganistão, Paquistão, Nigéria entre outros. O crescente fluxo de migrantes que fogem de situações adversas nos seus países de origem desencadeou reações muito diversas nas sociedades dos países europeus que estão a recebê-los ou para os quais os refugiados se dirigem. Esta onda de solidariedade ou de repulsa, muitas vezes baseada em estereótipos e preconceitos islamófobos, está muito presente nos meios virtuais e é também ela instrumentalizada politicamente por movimentos ditos nacionalistas, como é o caso do alemão PEGIDA, ou, numa escala muito menor, o português Partido Nacional Regenerador. Acontecimentos como os de Colónia (cf. Supra, nota de rodapé 20) exemplificam esta onda de ódio motivada por associações abusivas e imagens estereotipadas, cujo reflexo mais visível são as opiniões expressas nas redes sociais.

Ao mesmo tempo, a análise que se pretende fazer do fenómeno em causa enseja pela revitalização da teoria de género como complemento às teorias feministas, sem deixar de ser socialmente comprometida com o movimento. Por outras palavras, num mundo cada vez mais avesso a categorias ideológicas e, principalmente, ao feminismo enquanto movimento social, o que este estudo pretende de forma análoga é, precisamente, contribuir para a renovação e revitalização das teorias de género. A polarização de posições, à medida que a luta pelo direito das mulheres ganha cada vez mais visibilidade internacional, com campanhas como o *HeForShe* ou com a aprovação da Convenção de Istambul, de 2011, em vigor desde 1 de Agosto de 2014 e que pretende incentivar os países signatários a aprovarem leis que combatam a violência contra Mulheres (Portugal é um dos país signatários), leva ao surgimento de movimentos antagónicos, como são os movimentos de direitos do homem – no sentido

restrito do termo – e em movimentos de mulheres antifeminismo. Urge, portanto, analisar o fenómeno à luz dos estudos de género e/ou dos estudos *queer*, que nos ajudarão a formular uma crítica pertinente ao discurso vinculado pelos meios de comunicação predominantes no mundo anglo-saxónico e europeu, desconstruindo e descolonizando estes discursos para que tenhamos uma visão mais esclarecida e menos distorcida do fenómeno em causa.

Considerações finais

Hay un espacio enorme para poder denunciar la violencia sin generar opresión en nuestros discursos hacia una población que está triplemente victimizada: por los terroristas que están secuestrando su creencia y su identidad, por el resto de la población que la criminalizamos sin tapujos y por una serie de estructuras políticas, económicas y administrativas abiertamente racistas.

Brigitte Vasallo, *Perder el Norte*, 2013.

Há de facto, como refere Vasallo, um enorme hiato que separa a revolta que sentimos pelas atrocidades cometidas às populações civis e as generalizações acrílicas sobre determinada etnia ou cultura. A forma como transmitimos a informação é determinante na construção de um determinado discurso, enquanto relação de poder que se estabelece entre indivíduos e/ou instituições produzidas e reproduzidas oral e textualmente. Ao desenvolver este projeto tentámos não transmitir a ideia, errónea, segundo a qual o sofrimento das vítimas e sobreviventes está ao serviço de uma qualquer agenda imperialista ocidental, mas sim alertar para a importância do discurso na estruturação do pensamento ocidental e conseqüentemente nas políticas defendidas e desenvolvidas pelos países ocidentais em relação a determinada camada da população. A influência é, aliás, mútua, pois se o discurso influi na estruturação do pensamento de largas camadas da população do dito Ocidente, o mesmo se aplica para o próprio discurso que depende das estruturas discursivas produzidas e reproduzidas pelas instituições que as sancionam e reforçam.

Na prática, analisámos neste projeto apenas uma pequeníssima parcela desta rede dinâmica de relações de poder que se estabelecem entre as instituições e os indivíduos através do discurso. Os meios de comunicação social são importantes na divulgação de informação triada e selecionada de acordo com as estruturas de poder que imperam numa determinada sociedade, contribuindo ao mesmo tempo para a construção desse mesmo discurso.

O retrato maniqueísta e reducionista, principalmente de jornais sensacionalistas mais preocupados em chamar a atenção do leitor-cliente que em transmitir informação de forma contextualizada e crítica, permite a difusão de imagens estereotipadas ao mesmo tempo que refletem as estruturas discursivas da sociedade e as agendas políticas do momento. Mas da mesma forma, os meios de comunicação social podem também ser uma ferramenta importante na construção de discursos alternativos dando voz às várias experiências das vítimas de guerra, permitindo desta forma a contextualização de certas formas de violência.

Um exemplo claro do primeiro caso é a transferência de atenção mediática das atrocidades cometida pelo regime de Bashar al-Assad para as do *Daesh*. Esta mudança permitiu, de forma consciente ou não, que o primeiro se legitime aos olhos da opinião pública: ao se apresentar a oposição ao regime como fundamentalista, o mesmo regime surge como única alternativa ao caos radicalista islâmico. O resultado é a deslegitimação dos diversos movimentos de oposição. Mas o mesmo processo de simplificação se verifica com outras forças políticas: é o caso dos curdos do PYD, representados pela imprensa portuguesa como heróis, que ignora as violações de direitos humanos por eles cometidos.

Não se pretende, portanto, defender uma determinada facção militar em detrimento de outras, mas antes criticar a falta de contextualização histórico-espacial no discurso de grande parte da imprensa ocidental que permite a perpetuação desta visão dicotômica maniqueísta de um Oriente religioso bárbaro e um Ocidente secular civilizador. O mesmo se poderá dizer sobre a maneira como a imprensa *mainstream* tende a representar os movimentos pró-ocidente ou os seculares do Médio Oriente (exceção feita à Arábia Saudita por motivos estratégicos).

Nos discursos ocidentais sobre os conflitos da Síria e do Iraque encontramos abundantemente esta dicotomia entre um Ocidente emancipado e salvador e um Oriente retrógrado caracterizado pela violência e obscurantismo. Esta visão encontra-se num certo discurso ocidental feminista, que assim pode funcionar como uma forma de violência simbólica, na medida em que retira agência às mulheres do Oriente, impedindo que estas estabeleçam os seus próprios objetivos de acordo com os seus interesses – específicos da cultura e sobretudo condições socioeconómicas em que se inserem – em prol da exportação dos interesses das feministas ocidentais. Este discurso, para além disso, providencia justificações para discursos islamofóbicos como o controlo

das fronteiras ou a demonização da religião/cultura em que a mulher se insere – enaltecendo ao mesmo tempo as virtudes da cultura hegemónica ocidental. O Orientalismo aliado à já existente tipificação homem agressor/mulher vítima subalterniza assim duplamente a mulher ‘oriental’, na medida em que ela é não só uma vítima dos homens orientais como o seu papel de agência é-lhe também negado face aos ocidentais, sejam eles homens ou mulheres. É como se a mulher oriental estivesse num patamar de inferioridade em relação à mulher ocidental – um ser pelo qual as últimas têm que agir, já que as primeiras são incapazes de se defenderem ou de participarem na violência.

Esta constatação, para a qual várias feministas do Orientalismo chamaram a atenção (cf. supra, secção do Estado da Arte sobre orientalismo de género), pode ser comprovada pelo exemplo das mulheres vítimas de violência sexual, nomeadamente escravatura sexual, em Sinjar. A imprensa portuguesa, no período analisado, não falou das mulheres da região que pegaram em armas contra o *Daesh*, limitou-se a retratá-las como vítimas passivas da guerra e do fundamentalismo islâmico.

A violência sexual é instrumentalizada de acordo com os interesses políticos do momento, mas é importante ter em conta que essa instrumentalização só é possível a partir do momento em que o discurso estereotipado da vulnerabilidade da mulher é transmitido de forma acrítica pelos meios de comunicação social, já de si reflexo das crenças difundidas na sociedade em que se insere. No entanto, é importante analisar também os vetores que contribuem para a construção das estruturas discursivas que informam a forma de operar dos *media* e conseqüentemente moldam as opiniões dos indivíduos e favorecem a adesão de vastos sectores da população a programas anti-imigração de vários movimentos políticos que operam no Ocidente, desde os EUA – onde a figura do candidato republicano Donald Trump é a mais paradigmática – até às mais recentes tendências políticas de direita nacionalista e xenófoba – encabeçada por movimentos como o alemão PEGIDA, por partidos políticos atualmente em funções governativas como o Fidesz (União Cívica Húngara) de Viktor Orbán, primeiro-ministro da Hungria, ou mesmo do Venstre (Partido Liberal) de Lars Rasmussen, na Dinamarca, que aprovou recentemente políticas de restrição de asilo polémicas.

Com base neste plano e na investigação preliminar que nele se desenvolveu, será possível compreender a importância da desconstrução das estruturas discursivas que informam os discursos difundidos pelos *media* e pelas instituições que as sancionam. Só

assim poderemos compreender na sua complexidade a rede dinâmica de relações de poder que possibilita discursos anti-imigração e de carácter islamofóbico como aqueles difundidos por uma camada cada vez mais numerosa de pessoas nas sociedades ocidentais. O objetivo final será, portanto, perceber como a violência que atinge e molda a vida das mulheres do Iraque e da Síria tem sido usada e instrumentalizada por vários decisores/atores políticos e movimentos sociais/políticos ocidentais para promover os seus objetivos. Para tal, teremos que analisar instituições de grande influência (e.g. *Femen*; *European Women's Lobby*; *Transnational Feminist Network*; *UN Women*; *Women for Women International* etc.), bem como o modo como recuperam e professam um certo discurso feminista ocidental, a ainda como a relação entre a difusão do mesmo e a justificação das posições e políticas de movimentos e partidos políticos que defendem políticas de restrição de asilo ou intervenções internacionais nos dois conflitos em causa.

Será objetivo do projeto de doutoramento contribuir, através da análise à mediatização da violência sexual na Síria e no Iraque, para a popularização de um certo tipo de discurso feminista ocidental aparentemente atento aos sofrimentos das «outras mulheres» tem contribuído, na prática, para um reportório ideológico de agendas imperialistas. Ao mesmo tempo, será importante contribuir para a construção de alternativas progressivas e inclusivas de noticiar questões tão delicadas como a violência sexual, sem cair, portanto, na representação descontextualizada e homogeneizadora que perpassa pela maioria das notícias aqui analisadas. A construção de alternativas eticamente responsáveis deverá ser uma das principais preocupações de académicos e jornalistas.

Bibliografia

- ABU-LUGHOD, L., 2013. *Do Muslim Women Need Saving?*. Harvard University Press, Cambridge/London.
- AGAMBEN, G., 2007. *Homo Sacer: O Poder Soberano e a Vida Nua I*. Editora UFMG, Belo Horizonte.
- AGAMBEN, G., 2010. *Estado de Excepção*. Edições 70, Lisboa.
- AHRAM, A. I., 2015. «Sexual Violence and the Making of ISIS». *Survival: Global Politics and Strategy* 57:3, pp. 57-78.
- AL-ALI, N. S., 2007. *Iraqi Women: Untold Stories from 1948 to the Present*. Zed Books, London/New York.
- AL-ALI, N. S., 2016. «Sexual violence in Iraq: Challenges for transnational feminist politics». *European Journal of Women's Studies*, pp. 1-18. Disponível em <http://m.ejw.sagepub.com/content/early/2016/02/29/1350506816633723.full.pdf> [7 março 2016].
- ALHAYEK, K., 2015. «Untold Stories of Syrian Women Surviving War». *Syria Studies*, 7(1), pp. 1-30. Retirado de <https://ojs.st-andrews.ac.uk/index.php/syria/article/view/1066/850> [13 fevereiro 2016].
- ALISON, M., 2007. «Wartime sexual violence: women's human rights and questions of masculinity». *Review of International Studies* 33, pp. 75–90.
- ANAND, D., 2008. «“Porno-nationalism” and the male subject» in Parpart, J. L.; Zalewski, M. *Rethinking the Male Question: sex, gender and violence in International Relations*. Zed Books, London/New York, pp. 47-69.
- ANDERSON, I.; DOHERTY, K., 2008. *Accounting for Rape: Psychology, Feminism and Discourse Analysis in the Study of Sexual Violence*. Routledge, London; New York.
- ARENDT, H., 2014. *Sobre a Violência*. Relógio D'Água, Lisboa.
- ASAD, T., 2009. «Free Speech, Blasphemy, and Secular Criticism» in: Talal, A.; Brown, W.; Butler, J.; Mahmood, S., *Is Critique Secular? Blasphemy, Injury, and Free Speech*. University of California Press, Berkeley; Los Angeles; London, pp. 20-63.
- ASHCROFT, B.; GRIFFITHS, G.; TIFFIN, H. (eds.), 2008. “Part Nine: Feminism” in *The Post-Colonial Studies Reader*. Routledge, London and New York.

- AYUBI, N. N., 2008. «The Middle East and the State Debate: a Conceptual Framework» in *Over-Stating the Arab State: Politics and Society in the Middle East*. I. B. Tauris & Co Ltd, New York, pp. 1-20.
- BAAZ, M. E.; STERN, M., 2013. *Sexual violence as a weapon of war? Perceptions, prescriptions, problems in the Congo and beyond*. Zed Books, London/New York, pp. 12-41; 89-106.
- BENJAMIN, W., 1986. «Critique of Violence», in: *Reflections: Essays, Aphorisms, Autobiographical Writing*. Schocken Books, New York.
- BOURDIEU, P., 2012. «Symbolic violence». *Revista Latina de Sociologia*. 2, pp. 1-4.
- BOURKE, J., 2007. *Rape: A History from 1860 to the Present*. Virago, London.
- BRAH, A.; PHOENIX, A., 2004. «Ain't I A Woman? Revisiting Intersectionality». *Journal of International Women's Studies*, 5(3), pp. 75-86.
- BROWNMILLER, S., 1993. *Against our will: men, women, and rape*, 1st Ballantine Books ed. ed. Fawcett Columbine, New York.
- BUSS, D., 2014. «Seeing Sexual Violence in Conflict and Post-Conflict Societies» in Buss, D.; Lebert, J.; Rutherford, B.; Sharkey, D.; Aginam, O. (eds.). *Sexual Violence in Conflict and Post-Conflict Societies: International Agendas and African Contexts*. Routledge, New York/London, pp. 3-27.
- BUTLER, J., 2004. *Precarious Life: The Power of Mourning and Violence*. Verso, London/New York.
- BUTLER, J., 2009. *Frames of War: when is life grievable?*. Verso, London/New York.
- BUTLER, J.; SPIVAK, G., 2012. *Quem canta o Estado nação?* Edições Unipop, Lisboa.
- CONNELL, R. W., 1996. *Masculinities*. Polity Press, Oxford; Cambridge.
- COOK, R., 2015. «Nawal El Saadawi: “Do you feel you are liberated? I feel I am not”», *The Guardian*, 11 outubro. Disponível em: <http://www.theguardian.com/books/2015/oct/11/nawal-el-saadawi-interview-do-you-feel-you-are-liberated-not> [11 outubro].
- DOLAN, C., 2014. «Has Patriarchy been Stealing the Feminists' Clothes? Conflict-related Sexual Violence and UN Security Council Resolutions», *IDS Bulletin*, 45(1), pp. 80-84.

- DUNN, K., 2008. «Interrogating white male privilege» in Parpart, J. L.; Zalewski, M. *Rethinking the Male Question: sex, gender and violence in International Relations*. Zed Books, London/New York, pp. 47-69.
- DWORKIN, A., 1981. *Pornography: men possessing women*. Perigee Books, New York.
- ESPOSITO, R., 2010. *Bios. Biopolítica e Filosofia*. Edições 70, Lisboa.
- FANON, F., 1963. «Concerning Violence». *The Wretched of the Earth*. Grove Press, New York, pp. 35-106.
- FERGUSON, A. 1984. «Sex War: The Debate between Radical and Libertarian Feminists». *Signs*, 10(1), pp. 106-112.
- FERNANDES, A. H., 2010. «Estratégia, Guerra e Terrorismo: a Inexistência de um Vínculo Topológico». *Nação e Defesa* 126(5), pp. 245-259.
- FERNANDES, A. H., 2013. «Todos Somos Mulheres: A Estratégia como Razão das Vítimas e dos Vencidos»» *Nação e Defesa* 136(5), pp. 66-105.
- FOUCAULT, M., 1994. *História da Sexualidade – I: A Vontade de Saber*. Relógio D'Água, Lisboa.
- FOUCAULT, M., 1997. *Ordem do Discurso*. Relógio D'Água, Lisboa.
- FOUCAULT, M., 2013. *Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão*. Edições 70, Lisboa.
- FOUCAULT, M., 2014. *Arqueologia do Saber*. Edições 70, Lisboa.
- FRASER, N., 1989. *Unruly Practices: Power, Discourse, and Gender in Contemporary Social Theory*. University of Minnesota Press, Minneapolis.
- GALTUNG, J., 1990. «Cultural Violence». *Journal of Peace Research*, 27(3), pp. 291-305.
- GARRAIO, J., 2013. «Uma história “conveniente” de violações em tempo de guerra. Por que razão a Alemanha de Adenauer rejeitou Uma Mulher em Berlim e enalteceu Diário Prussiano» in Ribeiro, A. S. (org.), *Representações da Violência*. Almedina/CES, Coimbra, pp. 83-103.
- GEE, J. P., 2010. *An Introduction to Discourse Analysis: Theory and Practice*. Routledge, London.

- GERECKE, M., 2010. «Explaining Sexual Violence in Conflict Situations» in Sjoberg, L.; Via, S. (eds.), *Gender, War, and Militarism: Feminist Perspectives*. Praeger, Santa Barbara California/Denver Colorado/Oxford England, pp. 138-152.
- GLEICK, P. H., 2014. «Water, Drought, Climate Change, and Conflict in Syria». *Weather, Climate, and Society* 6, pp. 331-340.
- GLICK, E., 2000. «Sex Positive: Feminism, Queer Theory, and the Politics of Transgression». *Feminist Review*, 64, Feminism 2000: One Step beyond? Pp. 19-45.
- GOTTSCHALL, J., 2004. «Explaining wartime rape». *Journal of Sex Research* 41, pp. 129–136.
- HABERMAS, J., 2013. *Técnica e Ciência como 'Ideologia'*. Edições 70, Lisboa.
- HALE, S., 2010. «Rape as a Marker and Eraser of Difference: Darfur and the Nuba Mountains (Sudan)» in Sjoberg, L.; Via, S. (eds.), *Gender, War, and Militarism: Feminist Perspectives*. Praeger, Santa Barbara California/Denver Colorado/Oxford England, pp. 105-113.
- HANSEN, L., 2000. «Gender, nation, rape: Bosnia and the construction of security». *International Feminist Journal of Politics* 3, pp. 55–75.
- HASAN, M. M., 2005. «The Orientalization of Gender». *The American Journal of Islamic Social Sciences*. 22, pp. 26-56.
- HASAN, M. M., 2012. «Feminism as Islamophobia: A review of misogyny charges against Islam». *Intellectual Discourse* 20(1), pp. 55-76.
- HEMMINGS, C., 2005. «Telling feminist stories». *Feminist Theory* 6(2), pp. 115-139.
- HERSH, S. M., 2004. «Chain of Command». *The New Yorker*, 17 maio. Disponível em <http://www.newyorker.com/magazine/2004/05/17/chain-of-command-2> [28 janeiro 2016]
- HÜPPAUF, B., 1997. «Introduction: Modernity and Violence. Observations Concerning a Contradictory Relationship» in: Hüppauf, B. (ed.). *War, Violence and the Modern Condition*. Gruyter, Berlin/New York, pp. 1-32.
- KALDOR, M., 2013. «In Defense of New Wars». *Stability: International Journal of Security & Development* 2(1). Disponível em <http://www.stabilityjournal.org/articles/10.5334/sta.at/> [31 outubro 2015].

- KATRAK, K. H., 2008. «Decolonizing Culture: Toward a theory for postcolonial women's texts» in ASHCROFT, B.; GRIFFITHS, G.; TIFFIN, H. (eds.), "Part Nine: Feminism". *The Post-Colonial Studies Reader*. Routledge, London/New York, pp. 239-241.
- KELLY, L., 2010. «The Everyday/Everynightness of Rape: Is It Different in War?» in Sjoberg, L.; Via, S. (eds.), *Gender, War, and Militarism: Feminist Perspectives*. Praeger, Santa Barbara California/Denver Colorado/Oxford England, pp. 114-123.
- KIRBY, P., 2013. «How Is Rape a Weapon of War? Feminist International Relations, Modes of Critical Explanation and the Study of Wartime Sexual Violence», *European Journal of International Relations*, 19(4), pp. 797-821.
- KOCH, G.; LIEBMAN, S., 1995. «Blood, Sperm, and Tears», *Outubro*, pp. 27-41.
- KUO, P., 2002. «Prosecuting Crimes of Sexual Violence in an International Tribunal». *Case Western Reserve Journal of International Law* 34, pp. 305–321.
- LAZAR, M. M., 2005. «Politicizing Gender in Discourse: Feminist Critical Discourse Analysis as Political Perspective and Praxis» in Lazar, M. M. (ed.), *Feminist Critical Discourse Analysis: Gender, Power and Ideology in Discourse*. Palgrave Macmillan, p. 1-28.
- LINDEN, R. R. et al, 1982. *Against Sadomasochism: a radical feminist analysis*. Frog in the Well, San Francisco.
- LÓPEZ, F. B., 2010. «Towards a definition of Islamophobia: approximations of the early twentieth century» *Ethnic and Racial Studies*, Taylor & Francis (Routledge): SSH Titles, pp. 1-29. Disponível em: <https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-00645104/document> [30 outubro 2015].
- MACKENZIE, M., 2010. «Securitizing Sex? Towards a Theory of the Utility of Wartime Sexual Violence», *International Feminist*, 12(2), pp. 202-221.
- MAHMOOD, S., 2005. *Politics of Piety: the Islamic Revival and the Feminist Subject*. Princeton University Press, Princeton/New Jersey.
- MARCOS, L. H., 1995. «Violência, Obscenidade e Pornografia nos Meios de Comunicação Social» in *A Violência nos Meios de Comunicação Social*, Colóquio Internacional outubro 1993. Alta Autoridade para a Comunicação Social, Lisboa.
- MCCALL, L., 2005. «The Complexity of Intersectionality». *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, 30 (3), pp. 1771-1800.

- MOHANTY, C. T., 1988. «Under Western Eyes: Feminist Scholarship and Colonial Discourses», *Feminist Review*, 30, pp. 61-88.
- MORAIS, J., 1995. «Violência, Obscenidade e Pornografia nos Meios de Comunicação Social» in *A Violência nos Meios de Comunicação Social*, Colóquio Internacional outubro 1993. Alta Autoridade para a Comunicação Social, Lisboa.
- MUCHEMBLED, R., 2014. «A Violência Domesticada (1650-1960)» in *Uma História de Violência: Do final da Idade Média aos nossos dias*. Edições 70, Lisboa, pp. 273-332.
- n.d., 2015. «Iraq profile – timeline» *BBC*, 11 de agosto. Disponível em <http://www.bbc.com/news/world-middle-east-14546763> [15 novembro 2015].
- n.d., 2015. «Syria profile – timeline» *BBC*, 4 de outubro. Disponível em <http://www.bbc.com/news/world-middle-east-14703995> [15 novembro 2015].
- ONYANGO, M.A., HAMPANDA, K., 2011. «Social Constructions of Masculinity and Male Survivors of Wartime Sexual Violence: an Analytical Review». *International Journal of Sexual Health* 23, pp. 237–247.
- OWENS, P., 2010. «Torture, Sex and Military Orientalism». *Third World Quarterly* 37 (7), pp. 1041-1056.
- POOLE, E.; RICHARDSON, J. E., 2006. *Muslims and the News Media*. I. B. Tauris, London.
- RANCIÈRE, J., 1999. *Disagreement: Politics and Philosophy*. University of Minnesota Press, Minneapolis.
- RANCIERE, J., 2015. «Les idéaux républicains sont devenus des armes de discrimination et de mépris», entrevista por Eric Aeschmann, *Camp-Volant*, 2 abril. Disponível em: <http://campvolant.com/2015/04/04/jacques-ranciere-les-ideaux-republicains-sont-devenus-des-armes-de-discrimination-et-de-mepris>. [10 abril 2015]
- RIBEIRO, A. S., 2013. «Introdução: A representação da violência e a violência da representação» in Ribeiro, A. S. (org.), *Representações da Violência*. Almedina/CES, Coimbra, pp. 7-34.
- RICHARDSON, S. S., 2013. *Sex Itself. The Search for Male and Female in the Human Genome*. University of Chicago Press, Chicago/London.
- SAID, E. W., 2003. *Orientalism*. Penguin Books, London.

- SALETAN, W., 2004. «Rape Rooms: A Chronology: What Bush said as the Iraq prison scandal unfolded», *Slate*, 5 maio. Disponível em: http://www.slate.com/articles/news_and_politics/ballot_box/2004/05/rape_rooms_a_chronology.html [26 março 2016].
- SAYYID, S., 1997. *A fundamental fear: eurocentrism and the emergence of Islamism*. Zed Books, London/New York.
- SCULLY, P., 2009. «Vulnerable Women: A Critical Reflection on Human Rights Discourse and Sexual Violence», *Emory Int'l L. Rev*, 23, pp. 113-123.
- SHABI, R., 2015. «Syria's rebellious women» *Al Jazeera*, 18 de novembro. Disponível em <http://www.aljazeera.com/indepth/opinion/2015/11/syria-rebellious-women-151116084518785.html> [18 de novembro 2015].
- SHEPHERD, L.J., 2010. «Sex or Gender? Bodies in World Politics and Why Gender Matters», in: Shepherd, L.J. (Ed.), *Gender Matters in Global Politics: A Feminist Introduction to International Relations*. Routledge, New York, pp. 3–16.
- SIVAKUMARAN, S., 2007. «Sexual Violence Against Men in Armed Conflict». *European Journal of International Law*. 18, pp. 253-276.
- SJOBERG, L. & GENTRY, C., 2007. *Mothers, Monsters, Whores*. Zed Books, London/New York.
- SKJELSBAEK, I., 2001. «Sexual Violence and War: Mapping Out a Complex Relationship», *European Journal of International Relations*, 7(2), pp. 211-237.
- SLOTERDIJK, P., 2014. *Morte Aparente no Pensamento*. Relógio D'Água, Lisboa.
- SOLANGON, S.; PATEL, P., 2012. «Sexual violence against men in countries affected by armed conflict». *Conflict, Security & Development* 12, pp. 417–442.
- SONTAG, S., 2003. *Regarding the Pain of Other*. Picador, New York.
- SØRENSEN, M. K., 2014. «Foucault and Galtung on structural violence», *Irenees*. Disponível em http://www.irenees.net/bdf_fiche-analyse-1032_en.html [11 novembro 2015].
- SPIVAK, G. C., 1990. *The Post-Colonial Critic: Interviews, Strategies, Dialogues*. Routledge, New York/London.
- SPIVAK, G. C., 2008. «Can the Subaltern Speak?» in Ashcroft, B.; Griffiths, G.; Tiffin, H. (eds.), «Part Nine: Feminism», *The Post-Colonial Studies Reader*. Routledge, London/New York, pp. 28-37.

- THORNHILL, R.; PALMER, C. T., 2000. *A natural history of rape: biological bases of sexual coercion*. MIT Press, Cambridge.
- TICKTIN, M., 2008. «Sexual Violence as the Language of Border Control: Where French Feminist and Anti-immigrant Rhetoric Meet». *Signs* 33(4), pp. 863-889.
- TRUE, J., 2008. «The Ethics of Feminism», in: Reus-Smit, C., & Snidal, D. (Eds.), *The Oxford Handbook of International Relations*. Oxford University Press, Oxford/New York, pp. 408–421.
- VAN DIJK, T. A., 1988. *News as Discourse*. Lawrence Erlbaum Associates Publishers, Hillsdale/New Jersey/Hove/London.
- VAN DIJK, T. A., 1991. *Racism and the Press*. Routledge, London/New York.
- VAN DIJK, T. A., 2001. «Critical Discourse Analysis» in Schiffrin, D.; Tannen, D.; Hamilton, H. E. (eds.). *Handbook of Discourse Analysis*. Blackwell Publishers, Massachusetts/Oxford, pp. 352-371.
- VASALLO, B., 2013. «El Espectáculo Femen: Entrevista Completa» *Perder el Norte*, 07 novembro. Disponível em <http://perderelnorte.com/al-islam/islamofobia-al-islam/el-espectaculo-femen-entrevista-completa/el-espectaculo-femen-entrevista-completa/> [5 outubro 2015].
- VASALLO, B., 2015. «Condenar el terrorismo sin caer en la Islamofobia» *Perder el Norte*. 16 Enero. Disponible en <http://perderelnorte.com/racismo-2/islamofobia-racismo-2/condenar-el-terrorismo-sin-caer-en-la-islamofobia/> [5 Octubre 2015].
- WHITWORTH, S., 2008. «Militarized masculinity and Post-Traumatic Stress Disorder» in Parpart, J. L.; Zalewski, M. *Rethinking the Male Question: sex, gender and violence in International Relations*. Zed Books, London/New York, pp. 47-69.
- WIEVIORKA, M., 2002. *O Racismo: uma introdução*. Fenda, Lisboa.
- WIEVIORKA, M., 2009. *Violence: a new approach*. Sage, Los Angeles/London/New Delhi/Singapore/Washington DC.
- WOOD, E. J., 2010. «Sexual Violence during War: Toward an Understanding of Variation» in Sjoberg, L.; Via, S. (eds.), *Gender, War, and Militarism: Feminist Perspectives*. Praeger, Santa Barbara California/Denver Colorado/Oxford England, pp. 124-137.

- YEGENOGLU, M., 1998. *Colonial Fantasies: Towards a Feminist Reading of Orientalism*. Cambridge University Press, Cambridge/New York.
- ZAKARIA, R., 2015. «Sex and the Muslim Feminist: On refusing to equate sexual pleasure with freedom». *New Republic*, 13 de novembro. Disponível em <https://newrepublic.com/article/123590/sex-and-the-muslim-feminist> [17 outubro 2015].
- ZARKOV, D., 2001. «The Body of the Other Man: Sexual Violence and the Construction of Masculinity, Sexuality and Ethnicity in Croatian Media» in Moser, C. O. N.; Clark, F. C. (eds.), *Victims, Perpetrators or Actors? Gender, Armed Conflict and Political Violence*, Zed Books, London/New York, pp. 70-81.
- ZARKOV, D., 2011. «Exposures and Invisibilities: Media, Masculinities and the Narratives of Wars in an Intersectional Perspective» in Lutz, H.; Vivar, M. T.; Supik, L., *Framing Intersectionality: Debates on a Multi-Faceted Concept in Gender Studies*. Ashgate, Farnham/Surrey, pp. 105-116.
- ZIPFEL, G., 2013. «“Let Us Have a Little Fun”: The Relationship between Gender, Violence and Sexuality in Armed Conflict Situations». *RCCS Anual Review*, 5. Disponível em <https://rccsar.revues.org/signaler469?lang=pt> [31 outubro 2015].
- ŽIŽEK, S., 2009. *Violência*. Relógio D'Água, Lisboa.
- ŽIŽEK, S., 2015. *O Islão é Charlie? Considerações Blasfemas sobre o Islão e a Modernidade*. Objectiva, Lisboa.

Peças Jornalísticas

- BARATA, C., 2014. «ONU pede-lhe um dólar para alimentar os refugiados sírios», *Público*, 5 de dezembro. Disponível em <http://www.publico.pt/mundo/noticia/onu-pedele-um-dolar-para-alimentar-refugiados-sirios-1678560> [31 outubro 2015].
- BRUNO, C., 2014. «EUA bombardeiam forças do EIIL», *Expresso*, 9 de agosto, p. 27.
- COELHO, A. L., 2015. «Cristãos desde sempre no Iraque agora em fuga ao “Estado Islâmico”», *Público*, 30 de maio. Disponível em <http://www.publico.pt/mundo/noticia/cristaos-desde-sempre-no-iraque-agora-em-fuga-ao-estado-islamico-1697265> [31 outubro 2015].
- COELHO, L., 2014. «Mulheres preferem morrer a ser violadas por militantes do Estado Islâmico», *Expresso*, 23 de dezembro. Disponível em

<http://expresso.sapo.pt/internacional/mulheres-preferem-morrer-a-ser-violadas-por-militantes-do-estado-islamico=f903875> [31 outubro 2015].

- FERREIRA, A. G., 2011. «Governo sírio cometeu “crimes contra a humanidade”, diz relatório das Nações Unidas», *Público*, 29 de novembro, p. 26.
- GUIMARÃES, M. J., 2010. «Wikileaks atinge EUA com “impacto máximo”» *Público*, 23 de outubro, p. 14.
- GUIMARÃES, M. J., 2015. «Cada vez há mais crianças a chegar à Europa sozinhas» *Público*, 29 de agosto, p. 4.
- HAGUE, W., 2013. «Fim à violência sexual como arma de guerra», *Público*, 11 de abril, p. 47.
- LORENA, S., 2013. «Refugiada síria no Líbano: “Nós rendemo-nos à realidade da violação”», *Público*, 15 de janeiro, p. 24.
- LORENA, S., 2014. «Um Nobel do presente para salvar o futuro», *Público*, 10 de outubro. Disponível em <http://www.publico.pt/mundo/noticia/um-nobel-do-presente-para-salvar-o-futuro-1672545> [31 outubro 2015].
- LORENA, S., 2015. «Jihadistas, recrutam, escravizam e enterram crianças vivas no Iraque, diz relatório das Nações Unidas», *Público*, 7 de fevereiro, p. 21.
- LUSA, 2014. «Comissão de investigação da ONU acusa EI de crimes de guerra», *Correio da Manhã*, 14 de novembro. Disponível em http://www.cmjornal.xl.pt/mundo/detalhe/comissao_de_investigacao_da_onu_acusa_estado_islamico_de_crimes_de_guerra.html [31 outubro 2015].
- LUSA, 2015. «Nações Unidas alertam para a violência sexual na Síria e no Iraque», *Correio da Manhã*, 8 de maio. Disponível em http://www.cmjornal.xl.pt/cm_ao_minuto/detalhe/nacoes_unidas_alertam_para_violencia_sexual_na_siria_e_no_iraque.html [31 outubro 2015].
- MOTA, M., 2014. «Ameaça de genocídio jihadista», *Expresso*, 15 de agosto, pp. 24-25.
- n.d. 2012. «ONU acusa regime sírio de crimes contra a Humanidade», *Correio da Manhã*, 15 de agosto. Disponível em <http://www.cmjornal.xl.pt/mundo/detalhe/onu-acusa-regime-sirio-de-crimes-contra-a-humanidade.html> [31 outubro 2015].
- n.d. 2014. «Há 22 milhões de mulheres e raparigas deslocadas no mundo, diz ONG espanhola», *Correio da Manhã*, 20 de junho. Disponível em

- http://www.cmjornal.xl.pt/cm_ao_minuto/detalhe/ha-22-milhoes-de-mulheres-e-raparigas-deslocadas-no-mundo-diz-ong-espanhola.html [31 outubro 2015].
- n.d. 2015. «A violência sexual é cada vez mais uma arma de terror», *Público*, 15 de abril, p. 24.
- n.d., 2013. «Muitas sírias fugiram “das violações e da violência sexual”», *Público*, 14 de janeiro. Disponível em <http://www.publico.pt/mundo/noticia/muitas-sirias-fugiram-das-violacoes-e-da-violencia-sexual-1580678> [31 outubro 2015].
- n.d., 2014. «ONU envia missão ao Iraque para investigar atrocidades», *Público*, 1 de Setembro. Disponível em <http://www.publico.pt/mundo/noticia/onu-envia-missao-ao-iraque-para-investigar-atrocidades-1668370> [31 outubro 2015].
- n.d., 2014. «Pobreza e violência sexual aumentam casamentos de meninas refugiadas», *Correio da Manhã*, 7 de julho. Disponível em http://www.cmjornal.xl.pt/cm_ao_minuto/detalhe/pobreza-e-violencia-sexual-aumentam-casamentos-de-meninas-refugiadas.html [31 outubro 2015].
- n.d., 2015. «Daesh impõe regras aos militantes que escravizam mulheres», *Expresso*, 29 de dezembro. Disponível em: <http://expresso.sapo.pt/internacional/2015-12-29-Daesh-impoe-regras-aos-militantes-que-escravizam-mulheres> [10 março 2015].
- n.d., 2015. «Estado Islâmico vende meninas raptadas como escravas», *Correio da Manhã*, 8 de junho. Disponível em http://www.cmjornal.xl.pt/mundo/detalhe/estado_islamico_vende_meninas_raptadas_como_escravas.html [31 outubro 2015].
- n.d., 2015. «Grupos extremistas aumentam violência sexual», *Correio da Manhã*, 13 de abril. Disponível em http://www.cmjornal.xl.pt/mundo/detalhe/grupos_extremistas_aumentam_violencia_sexual.html [31 outubro 2015].
- n.d., 2015. «UE mobiliza 40ME para apoiar refugiados da Síria», *Correio da Manhã*, 29 de maio. Disponível em http://www.cmjornal.xl.pt/mundo/detalhe/ue_mobiliza_40me_para_apoiar_refugiados_da_siria.html [31 outubro 2015].
- NEURINK, J., 2015. «Noiva à força do califa Al-Baghdadi», *Expresso*, 15 de agosto, p. 30.

- PEREIRA, A. F., 2013. «Zaatari, o campo que é a imagem do êxodo sírio», *Público*, 24 de agosto. Disponível em <http://www.publico.pt/destaque/jornal/zaatari-o-campo-que-e-a-imagem-do-exodo-sirio-26996787> [31 outubro 2015].
- PEREIRA, A. F., 2014. «Estão a ser feitos “horrores indescritíveis” às crianças da Síria», *Público*, 6 de fevereiro, p. 28.
- PÚBLICO & LUSA, 2012. «ONU acusa Síria de crimes contra a humanidade», *Público*, 15 de agosto. Disponível em <http://www.publico.pt/mundo/noticia/onu-acusa-siria-de-crimes-contra-a-humanidade-1559163> [31 outubro 2015].
- PÚBLICO & REUTERS, 2014. «Só na Síria foram mortos mais cristãos em 2013 do que em todo o mundo em 2012», *Público*, 9 de janeiro. Disponível em <http://www.publico.pt/mundo/noticia/so-na-siria-foram-mortos-mais-cristaos-em-2013-do-que-em-todo-o-mundo-em-2012-1618992> [31 outubro 2015].
- RIBEIRO, F., 2015. «Quatro anos depois, não há luz nem soluções para a Síria», *Público*, 12 de março. Disponível em <http://www.publico.pt/mundo/noticia/quatro-anos-depois-nao-ha-luz-nem-solucoes-para-a-siria-1688952> [31 outubro 2015].
- RIBEIRO, J. R., 2013. «Violência sobre as mulheres cada vez mais comum na Síria», *Público*, 26 de novembro. Disponível em <http://www.publico.pt/mundo/noticia/violencia-sobre-as-mulheres-cada-vez-mais-comum-na-siria-1613995> [31 outubro 2015].
- RIBEIRO, N., 2015. «Rui Machete reivindica liberdade de expressão e defende papel dos jornalistas», *Público*, 3 de março, p. 8.
- ROCHA, J. M., 2010. «Amnistia Internacional acusa governos poderosos de bloquearem justiça internacional», *Público*, 27 de maio. Disponível em <http://www.publico.pt/mundo/noticia/amnistia-internacional-acusa-governos-poderosos-de-bloquearem-justica-internacional-1439143> [31 outubro 2015].
- SENDRA, D., 2011. «Encurralados na fronteira», *Expresso*, 18 de junho, pp. 26-27.
- SOBRAL, C., 2012. «Exército de Assad e oposição armada cometem crimes de guerra e contra a humanidade», *Público*, 16 de agosto, p. 19.
- TAVARES, R., 2013. «Responsabilidade nossa», *Público*, 1 de abril, p. 48.
- TAVARES, R., 2015. «Isto não tem de ser assim», *Público*, 22 de abril, p. 48.

Apêndice A: Entrevista

As perguntas feitas, em inglês, foram as seguintes:

1. *What do you think are the feelings/yearnings/concerns of the Iraqi women? Which are your/their claims?*
2. *What is your opinion on the way European and Anglo-saxonic feminists take the matter of Iraqi women's rights, their claims/priorities and main struggles?*
3. *What is your opinion on how European and Anglo-saxonic political institutions, feminist and women's rights movements are dealing/responding to the growing Syrian and Iraqi community/diaspora in Europe.*

A resposta de Samar Yazbek foi-me enviada em árabe:

عزيزتي

الأسئلة التي طرحتها، هي عامة ولا يمكن الاجابة عنها، تحتاج لرد طويل يشبه البحث، أظن انه لا وقت لدي لأرد على اسئلة عامة، لأنها ستأخذ العديد من الصفحات، انت تسألين مثلاً: عن المرأة السورية؟ في الوقت هذا سوريا لم تعد كما كانت في السابق، لا يمكن ان نقول بشكل علمي: المرأة السورية. لأن أوضاع النساء تختلف من منطقة الى أخرى، فالمنطقة التي يسيطر عليها داعش، تختلف عن مناطق يسيطر عليها النظام، او المجموعات الجهادية الأخرى اعذر عزيزتي، هذا يحتاج لوقت طويل، ولا أملك هذا الوقت، لأن الجواب الأول يحتاج الى بحث بحد ذاته

Esta foi a tradução⁸⁷:

«My Dear

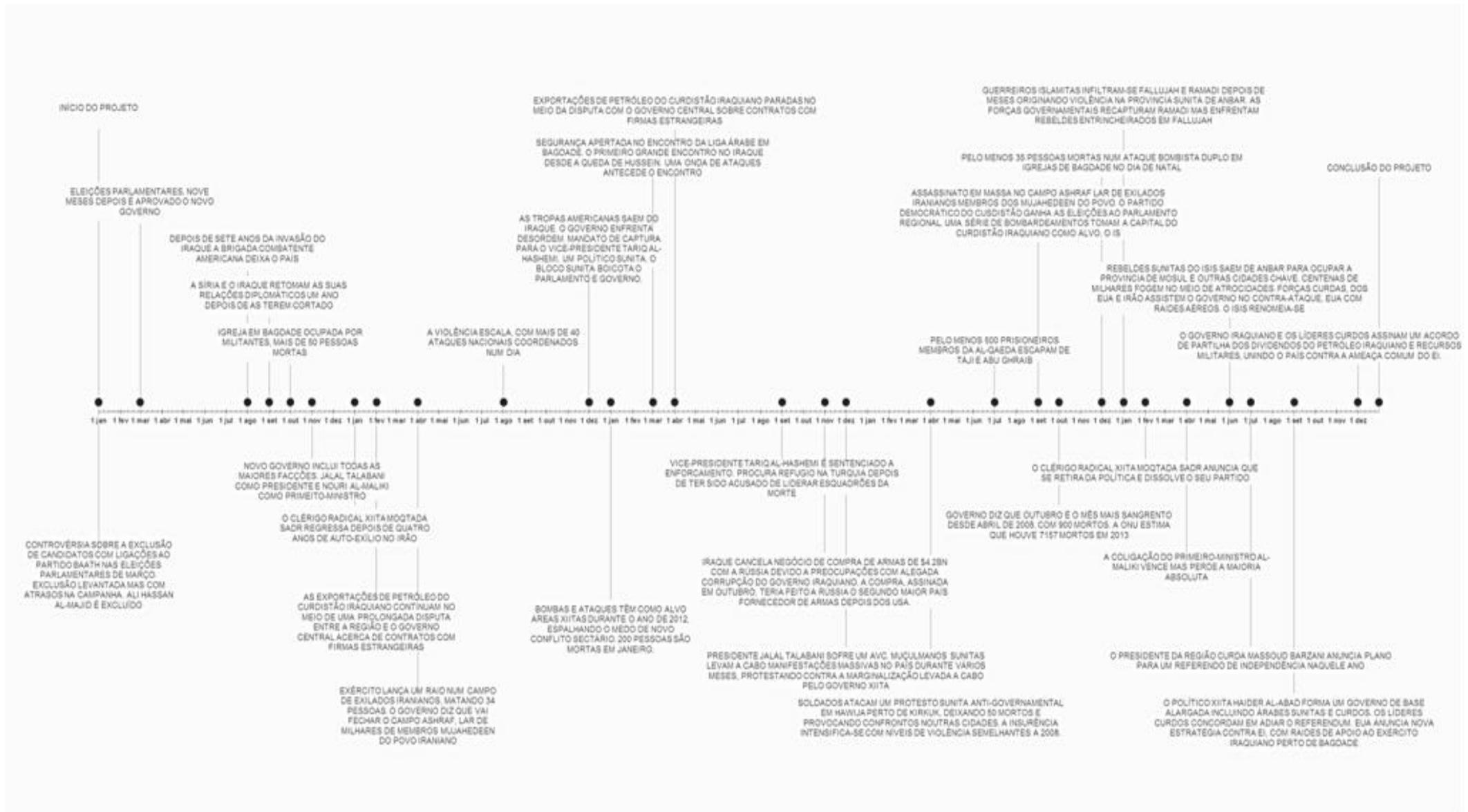
The questions you have asked are general and vague and one can not answer them, it needs a long and thorough answer most similar to a dissertation. I think I don't have the time to answer on shallow questions. For example, you are asking about the syrian woman? Now, in nowadays Syria, she's no longer the same. I can not say in a scientific or academic way "syrian woman" because it depends greatly on the region and place we consider; regions where ISIS is dominating greatly differ from those where the regime is taking hold, and it is true for regions under the grip of other jihadist groups.

I am sorry my dear but this requires a lot of time and unfortunately I don't have that time. The answer to only the first question would need a dissertation of its own.»

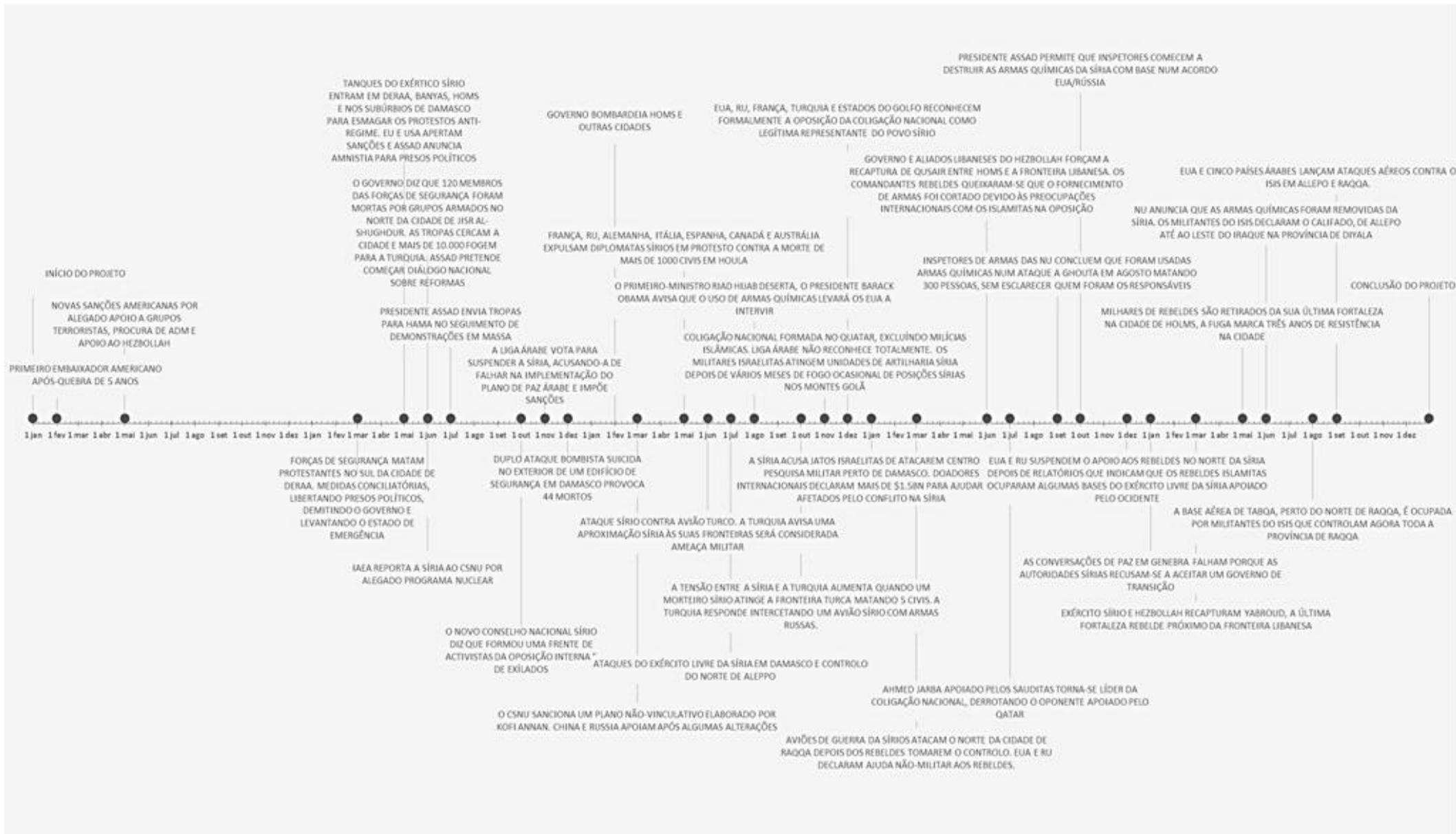
⁸⁷ Da autoria de Lyes Benkhellat.

Apêndice B: Cronologias

Cronologia Iraque



Cronologia Síria



Cronologia Noticiosa

